



Sérgio Veloso dos Santos Júnior

A Integração Amazônica ao Capitalismo Global

Do regionalismo fechado ao aberto

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Pedro Claudio Cunha Bocayuva Brando

Rio de Janeiro
Março de 2012



Sérgio Veloso dos Santos Júnior

A Integração Amazônica ao Capitalismo Global

Do regionalismo fechado ao aberto

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Pedro Claudio Cunha Cunha Bocayuva Brando

Orientador

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Prof. Ricardo Henrique Salles

UNI-Rio

Profa. Monica Herz

Vice-Decana de Pós Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PWÓ-Rio

Rio de Janeiro, 02 de março de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Sérgio Veloso dos Santos Júnior

Graduado e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, no ano de 2007. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Jagiellonian, Cracóvia, Polônia, no ano de 2009.

Ficha Catalográfica

Santos Júnior, Sérgio Veloso dos

A Integração Amazônica ao Capitalismo Global: do regionalismo fechado ao aberto / Veloso dos Santos, Sérgio; Orientador: Pedro Claudio Cunha Bocayuva Brando

ix, 116 f.; 29,7cm

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais

Inclui referências bibliográficas.

1. Amazônia; 2. Globalização; 3. Integração Regional; 4. Capitalismo Global; 5. Tratado de Cooperação Amazônica

CDD:327

Aos meus pais, Marcão e Ana.

Agradecimentos

Ao longo dessa dissertação a primeira pessoa do plural foi usada com certa frequência. Desde a graduação na UFJF, aprendi que essa é a forma correta de se referir a si mesmo em textos acadêmicos, o que sempre achei que fosse uma visão um tanto esquizofrênica de um "eu" acadêmico em construção. No entanto, depois de concluir esse trabalho eu compreendi a razão de tal regra: essa dissertação não seria possível sem a troca constante que tive com meu orientador, o Cunca. Desde o primeiro encontro, na sua gélida e minúscula sala no IRI, o camarada Cunca sempre esteve disponível para minhas questões. Abraçou meu tema de pesquisa como se fosse o dele, indicou diversos, vários, incontáveis autores, me emprestou, me deu, me enviou via email uma quantidade incrível de textos, que procurei, na medida do possível, ler. Ao Cunca agradeço a verdadeira orientação e, tenho certeza, amizade que desenvolvemos nesses dois anos, sabendo, com felicidade, que mais quatro anos de bastante trabalho nos aguardam no doutorado e no BPC. Fico feliz em tê-lo como mestre, de quem quero sempre aprender mais.

Aos meus pais, Marcão e Ana, que sempre fomentaram e apoiaram todos meus projetos e sonhos, desde quando resolvi tocar os primeiros acordes num instrumento soturno que, na maioria das vezes, só agrada a quem está tocando, até quando resolvi sair para minhas andanças no mundo, além de tudo mais. Aos meus pais eu agradeço a minha vida inteira!

À mulher que eu amo, Letícia, Let para mim. É ela quem me mostra todo dia de manhã que o amor existe, mesmo que a noite tenha sido uma incansável batalha imperial por mais espaço na cama. Aliás, aproveito a oportunidade para frisar, perante àqueles que lêem esses agradecimentos, que renuncio a qualquer direito imperial sobre qualquer espaço maior do que metade da cama. Prometendo só

violar as fronteiras para fazer carinho. Muito obrigado, lindinha!

Chegar em uma cidade nova é sempre um desafio. Não importa quantas vezes alguém tenha passado por isso, o desafio é sempre grande. Por isso agradeço à minha sempre professora e querida amiga Sonia Lino. Foi a Sonia quem me apontou, num email descompromissado, o caminho do leste e foi ela quem me recebeu e continua recebendo no Rio de Janeiro. Muito obrigado Sonia!

Dizem que ser filho único é ruim, que a gente fica egoísta, já que não tem com quem dividir. Eu digo que ser filho único tem uma grande vantagem: a gente escolhe os próprios irmãos e, assim, com quem dividir. Considero meus amigos Thiago Oliveira, Thiago Batista, Guto, Pedro Salim, Pedro Ivo e Tiagom os irmãos que nunca tive. Com eles compartilhei e continuarei compartilhando bons momentos da minha vida, sempre com muita música, muita conversa, às vezes séria, às vezes não, às vezes numa casa em Cracóvia ou Paris, às vezes num apartamento no Rio ou em alguma casa em algum lugar na Grande Juiz de Fora, cidade que, tenho certeza, todos amamos, mesmo odiando. Agradeço a eles simplesmente por serem meus amigos.

A toda minha família, espalhada por tudo quanto é canto do Brasil e do mundo. À minha tia Neguinha, minha segunda mãe, além de agradecer eu desejo saúde! Ao meu tio Joel, que fez às vezes de pai antes de eu ter realmente um pai, também desejo saúde, além de agradecer.

Aos membros da banca, Prof. Luis Manuel Fernandes e Prof. Ricardo Salles, por aceitarem ler e criticar meu trabalho.

Além de todas essas pessoas, agradeço também aos amigos da turma de mestrado e aos professores Carolina Moulin, Leonardo Ramos, Marta Moreno que, com suas críticas e comentários, me ajudaram a perceber lacunas e pontos fracos dos meus argumentos. Agradeço também ao professor Paulo Esteves, mensageiros de ótimas notícias no fim do ano passado.

A Guilherme Carvalho e Letícia Turra, da FASE, e a Luiz Arnaldo, pelos materiais enviados.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais esse trabalho não seria realizado.

A todos, muito obrigado!

Resumo

Santos Júnior, Sérgio Veloso; Brando, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva. **A Integração Amazônica ao Capitalismo Global: do regionalismo fechado ao aberto.** Rio de Janeiro, 2012. 116p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação de mestrado, ao longo de quatro capítulos, busca demonstrar como a Amazônia foi impactada e transformada por projetos de integração regional que, por meio do protagonismo do Estado brasileiro, se processou tanto na dimensão nacional quanto na internacional. O resultado foi a integração completa de toda região amazônica aos imperativos, preceitos, demandas e interesses do capitalismo global. Procuramos também sustentar a premissa teórica que globalização e capitalismo global são sinônimos e que sua expansão depende da atuação direta do Estado para se realizar no território, tornando-se uma forte variável para a definição das características gerais de uma região.

Palavras-chave

Amazônia; Globalização; Integração Regional; Capitalismo Global; Tratados Internacionais.

Abstract

Santos Júnior, Sérgio Veloso; Brando, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (Advisor). **The Amazon Integration to Global Capitalism: from closed to opened regionalism.** Rio de Janeiro, 2012. 116p. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This MSc dissertation, through four chapters, sought to demonstrate how the Amazon was impacted and transformed by projects of regional integration that, through the protagonism of the Brazilian State, was processed both in the domestic and international dimension. The outcome was the complete integration of all Amazon region to the imperatives, assumptions, demands and interests of global capitalism. We also sought to sustain the theoretical assumption that globalization and global capitalism are synonym and that their expansion depends on the direct agency of the State to be a territorialized reality.

Keywords

Amazon; Globalization; Regional Integration; Global Capitalism; International Treaties.

Sumário

Introdução	11
1. Capitalismo, globalização e escalas espaciais: estabelecendo o vocabulário conceitual	17
1.1. Globalização: resultado do alargamento da coerência capitalista	17
1.2. Estado Transnacional ou escalas espaciais?	20
1.3. Região, regionalismo, regimes de fronteiras e a construção do espaço	27
2. Do Eldorado ao Tratado de Cooperação Amazônica	35
2.1. Pré-história	35
2.2. Ditadura Militar, regionalismo fechado e Colonialismo Interno	42
2.3. O Tratado de Cooperação Amazônica e o Regionalismo Fechado	53
3. Dos anos 80 à era FHC: a ascensão de novas forças sociais, a transnacionalização da racionalidade desenvolvimentista e o regionalismo aberto	60
3.1. A redemocratização e a ascensão de novas forças sociais no contexto amazônico	60
3.2. O governo de Fernando Henrique Cardoso e a inserção da Amazônia no regionalismo aberto	67
3.3. A dimensão internacional da integração amazônica à nova geografia da globalização: a transformação do TCA em OTCA	76
4. Integração física, contramovimento transnacional e globalismo	

aberto	85
4.1. Iniciativa Para a Integração Regional Sul-Americana – IIRSA	85
4.2. Fórum Social Pan-Amazônico: contramovimento transnacional	97
Considerações Finais	107
Referências Bibliográficas	110

Introdução

O conceito de globalização é, nesse início de século, abordado, discutido e disputado nas mais variadas disciplinas, congressos e seminários ao redor do mundo. Nas últimas décadas, incontáveis institutos de pesquisa, programas de graduação e pós-graduação, livros e artigos, em várias línguas e em diversos lugares do planeta, concentraram-se sobre o problema. Ora concebida como um efeito perverso da dupla tirania do dinheiro e da informação, resultando no retrocesso da noção de bem público e de solidariedade (SANTOS, 2001); ora como decorrência de políticas públicas modernizantes, construídas a partir de múltiplas imaginações e entendimentos compartilhados (MUPPIDI, 2004); ora como um campo de conflito entre grupos sociais hegemônicos e subalternos (SOUSA SANTOS, 2002), a globalização é, sem dúvida, um fenômeno que compreende diversas e profundas transformações nas sociedades, despertando várias questões e proposições, tanto analíticas quanto combativas.

Com o intuito de nos posicionarmos frente a tão amplo debate, argumentamos que a globalização é uma época do desenvolvimento capitalista, sendo fruto da constante expansão daquilo que o historiador Fernand Braudel (2009) denominou de *economia-mundo* capitalista. Por definição, uma *economia-mundo* existe no interior de uma *zona de coerência* específica. É o longo processo de expansão física das fronteiras – ou seja, expansão territorial – da *zona de coerência* da *economia-mundo* capitalista para todo o globo que constitui o que entendemos como globalização. Entendemos, então, que o termo globalização se refere à época na qual o capitalismo já alcançou um patamar de expansão que o permite abarcar todo o planeta. Dessa forma, sustentamos que os termos globalização e capitalismo global não são nada mais do que sinônimos.

Historicamente, o capitalismo se expande e se concretiza por meio da adequação do território para a instalação de estruturas fixas e das relações sociais que sustentam a coerência da divisão das funções para a produção capitalista (HARVEY, 2004; 2005a). Esse processo, que David Harvey (2005a) define como

ajuste espacial, não é possível sem a atuação direta do poder estatal, pois cabe ao Estado construir, garantir e legitimar tanto a superestrutura de regras e restrições que proporciona unidade às relações sociais, quanto a infra-estrutura fixa, fincada no território, que proporciona, por sua vez, a produção e o deslocamento físico de mercadorias, serviços, pessoas e dinheiro (GILL e LAW, 2007). Assim, os argumentos teóricos que estruturarão essa dissertação partem de dois pressupostos: o de que capitalismo e globalização não são processos independentes e sim coincidentes; e o de que a globalização precisa tanto do Estado quanto do território para se realizar.

Essa dissertação é um esforço de análise de como o capitalismo global se instalou e se expandiu no território da bacia amazônica, incluindo-a nos limites da *zona de coerência* capitalista. Buscaremos analisar alguns dos principais elementos que proporcionaram que a Amazônia fosse integrada a estratégias que acarretaram na reorganização completa de seu território, de modo a sincronizá-lo com os imperativos e demandas da produção capitalista. Entendemos que esse processo de integração amazônica ao capitalismo global acontece simultaneamente em duas dimensões: a nacional e a internacional. Ou seja, o território amazônico foi sendo integrado à coerência capitalista por meio de estratégias desenvolvimentistas nacionais, conduzidas de forma própria por cada país amazônico dentro dos limites de sua soberania, ao mesmo tempo em que um cenário de integração entre os Estados amazônicos foi sendo construído.

Não é objetivo dessa dissertação, todavia, apresentar cada um dos projetos desenvolvimentistas de cada Estado amazônico. Pretendemos analisar ambas as dimensões da integração amazônica, nacional e internacional, a partir da atuação do Estado brasileiro desde a subida dos militares ao poder, em 1964, até o ano de 2010. Entendemos que, ainda que profundas transformações na sociedade brasileira e internacional tenham acontecido nesses quase cinquenta anos de história, é possível identificar certas continuidades na maneira como o Estado brasileiro se dirigiu à Amazônia desde 1964. O que permite essa afirmação é o fato da região amazônica ser considerada, tanto pelos governos militares, quanto pelos governos posteriores ao período da redemocratização, uma possível plataforma para o desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro por vias capitalistas. Em outras palavras, é a busca pela consolidação da coerência

capitalista em território amazônico que nos permite indicar continuidade entre a atuação dos governos militares e daqueles posteriores a 1985, ano que marca o fim da ditadura.

A escolha pela análise da atuação do Brasil se justifica pelo protagonismo exercido pelo Estado brasileiro, em especial pelo Itamaraty, na consolidação da dimensão internacional da integração amazônica. Ao longo de todo o século XX, o Itamaraty buscou construir situações que propiciassem que os Estados amazônicos atuassem conjuntamente na exploração e desenvolvimento da região. No entanto, foi somente em 1978, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que a semente para um cenário de cooperação e integração real e profunda foi lançada. Ainda assim, é no ano de 2002, sob a liderança do então presidente Fernando Henrique Cardoso, com a conversão do TCA em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que a semente germina e a Amazônia é finalmente atravessada por uma estratégia de exploração e desenvolvimento compartilhada por todos os Estados que dividem a região da bacia amazônica.

Um dos principais frutos dessa longa busca do Itamaraty por uma integração regional da Amazônia é a Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), que, como demonstraremos adiante, sincroniza a dimensão nacional e internacional da integração amazônica em uma só proposta, cujo objetivo é transformar o território amazônico numa grande plataforma de exportações e mobilidade de commodities. A forma como a IIRSA é estruturada também justifica nosso foco na atuação do Estado brasileiro na Amazônia. Pois, como demonstraremos ao longo dos capítulos 3 e 4, a racionalidade que orienta a IIRSA foi antes cunhada e testada nos limites do território brasileiro, por meio de programas desenvolvimentistas conduzidos pelos governos de FHC, para depois ser transplantada para todo continente sul-americano. Assim, o atual contexto da dimensão internacional da integração amazônica ao capitalismo global resulta da experiência brasileira na condução da integração de sua porção amazônica.

A dissertação se divide em quatro capítulos. O capítulo 1 é de ordem teórica, no qual buscaremos apresentar o instrumental e o vocabulário conceitual que guiará nossas análises no decorrer dos capítulos analíticos. Buscaremos justificar, a partir da retomada de alguns debates sobre globalização, os dois

pressupostos teóricos mencionados acima. Na seção 1.1 analisaremos a relação entre capitalismo e globalização através dos conceitos de *ajuste espacial e coerência estruturada* de David Harvey (2004; 2005a; 2005b) e de *zona de coerência* de Fernando Braudel (2009), com o objetivo de argumentar que globalização é resultado do alargamento da coerência capitalista para todo o globo. Na seção 1.2, refletiremos sobre como processos de transnacionalização implicam a construção de uma *nova geografia* (SASSEN, 2010) sustentada por processos de liberalização e desregulação que pressionam por uma redefinição das funções territoriais e possibilitam que atores sociais tenham suas vozes amplificadas na disputa pela hegemonia territorial.

Ainda no capítulo 1, na seção 1.3, buscaremos definir a noção de *regionalismo*. Entendemos que a definição de *regionalismo*, que se refere ao processo de construção de uma região e do regime de fronteiras que a limita e caracteriza (HAESBAERT, 2010), é central para essa dissertação. A constituição da globalização como um processo que, de fato, abarca todo o globo, abre uma discussão acerca da relação entre o regional e o global. Como o regional se situa dentro do amplo processo de constituição do global como uma *escala espacial* (HARVEY, 2004) própria? Entendemos que a própria definição de região, como proposta por autores como Haesbaert (2010) e Lefebvre (1991), oferece a resposta para essa questão. Região seria o reflexo das práticas dominantes que regem as relações entre grupos e *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971) multiescalares. Portanto, em uma região coexistem elementos regionais, assim como globais ou nacionais.

Nos capítulos 2, 3 e 4 buscaremos analisar a história da integração amazônica ao capitalismo global a partir do vocabulário conceitual apresentado no capítulo 1. No capítulo 2, analisaremos o processo de integração amazônica no período que vai de 1937 até o fim da ditadura militar, em suas duas dimensões, nacional e internacional.

Na seção 2.1, abordaremos, de forma concisa, a pré-história da integração amazônica, analisando o papel do *aviamento* (ARAMBURU, 1994) na constituição de um *bloco histórico amazônico* (GONÇALVES, 2010). Na seção 2.2, o nosso foco se desloca para a atuação dos governos militares na promoção do capitalismo em território nacional como forma de assegurar sua soberania

territorial, ao mesmo tempo em que garante o desenvolvimento e o crescimento econômico. Abordaremos alguns pilares da estrutura jurídico-financeira – Estatuto da Terra e sistema de crédito – montada pelos militares com o objetivo de integrar a região amazônica à dinâmica socioeconômica vigente em outras regiões do Brasil. Além disso, analisaremos, por meio do projeto da estrada Transamazônica, a função que a construção de uma estrutura de fixos desempenhou na estratégia militar. Por fim, argumentaremos que a agência do Estado brasileiro nesse período consolidou um cenário de *colonialismo interno* (CASANOVA, 2006), criando assimetrias e opressões que privilegiavam o capital externo à região amazônica em detrimento de um conjunto de forças sociais endógenas.

Na seção 2.3, abordaremos a dimensão internacional da estratégia de integração amazônica dos militares. Analisaremos os principais pontos do texto do Tratado de Cooperação Amazônica (anexo 1), situando-o no contexto do surgimento das questões ambientais na agenda das Nações Unidas e em discussões de fóruns internacionais. O principal objetivo dessa seção é entender como o TCA foi utilizado como um instrumento de *regionalismo fechado*.

O capítulo 3 inicia a análise do período pós-ditadura. Na seção 3.1, abordaremos a ascensão de novas forças sociais que disputaram o futuro da região amazônica. O foco de nossa análise é o movimento liderado por Chico Mendes, que ocasionou na formação do Conselho Nacional dos Seringueiros e nas Reservas Extrativistas (RESEX). Argumentaremos que no período da redemocratização, devido à crise do Estado brasileiro, o projeto de planejamento, ocupação e integração amazônica estatal se arrefeceu, possibilitando o fortalecimento da agência de atores da sociedade civil. Além disso, buscaremos situar as discussões acerca da Amazônia no âmbito do fortalecimento das questões ambientais no cenário internacional e apontar o papel que o governo de Fernando Collor de Mello desempenhou nesse cenário.

A seção 3.2 é dedicada aos governos de Fernando Henrique Cardoso. Nosso argumento é que a partir dos governos de FHC, a Amazônia, assim como nos governos militares, é atravessada por programas e projetos governamentais que visam sua integração bidimensional às dinâmicas do capitalismo global. Abordaremos a dimensão nacional da integração amazônica na era FHC a partir da análise dos programas *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, que fazem parte,

respectivamente, dos Planos Plurianuais 1996 – 1999 e 2000 – 2003. Na seção 3.3, o foco se desloca para a dimensão internacional da integração amazônica com uma análise da conversão do TCA, instrumento de *regionalismo fechado* dos militares, em OTCA, organização internacional com personalidade jurídica. Procuraremos demonstrar que o OTCA é um instrumento de promoção do *regionalismo aberto* na Amazônia, que deu suporte para a inauguração, no ano de 2000, da IIRSA.

O capítulo 4 se debruça sobre a atuação da IIRSA e sobre a resposta da sociedade civil organizada ao seu avanço. A IIRSA é objeto de estudo da seção 4.1, na qual descreveremos sua estrutura organizacional, seus principais princípios e sua função no processo de integração amazônica. Buscaremos, também, apontar a função que o BNDES, já nos governos Lula, desempenha no seu financiamento e na sua organização. Nosso argumento é que o BNDES serviu como um instrumento para as aspirações de liderança regional e relevância global do governo brasileiro, contribuindo para consolidar o *regionalismo aberto* na Amazônia e em todo o continente sul-americano. Além disso, de maneira breve, apontaremos a relação entre a IIRSA e o Programa de Aceleração do Crescimento e as dimensões nacional e internacional da integração amazônica.

Na seção 4.2 o nosso objeto de estudo é o Fórum Social Pan-Amazônico. Buscaremos analisá-lo à luz do conceito de *contramovimento* de Karl Polanyi (1980). Para tal situaremos as reivindicações dos movimentos sociais no FSPA no âmbito da *nova geografia* da globalização (SASSEN, 2010), analisando os principais pontos do *Manifesto do Fórum Social Pan-Amazônico* (FSPA, 2009) e da *Carta de Santarém* (FSPA, 2010). Além disso, buscaremos compreender, a partir do neologismo *globalismo aberto*, como a noção de *colonialismo interno* (CASANOVA, 2006) se aplica a esse período.

E, por fim, teceremos, a título de conclusão algumas considerações finais acerca da relação entre a integração física sul-americana e o projeto de integração política da UNASUL. Além disso, levantaremos alguns questionamentos sobre a validade ética do modelo de integração regional vigente.

1. Capitalismo, globalização e escalas espaciais: estabelecendo o vocabulário conceitual

1.1. Globalização: resultado do alargamento da coerência capitalista

O capitalismo é dotado de uma determinação produtiva que busca a conformação e a anexação de todas as escalas e configurações geográficas a parâmetros de produção semelhantes e sincronizados, que garantam maior eficiência e sustentem a auto-expansão do capital. Do ponto de vista temporal/espacial capitalista, o mundo ideal seria totalmente plano, em linha reta e no mesmo fuso horário. No entanto, essa racionalidade distópica contrasta com a geografia – física e política – naturalmente desigual e diversificada. Os componentes do processo de desenvolvimento do capital não são regidos pelos mesmos ritmos e temporalidades em diferentes configurações geográficas, o que faz com que a história do capitalismo seja marcada pelo *desenvolvimento geográfico desigual* (HARVEY, 2004).

Ainda assim, o capitalismo é uma forte máquina de transformação territorial e social baseada em um nexos temporal/espacial de caráter linear e homogeneizador, impactando diretamente em todas as configurações sociais e geográficas que atravessa. Ao desconstruir e fragmentar espaços e relações sociais não capitalistas, as forças sociais do capitalismo constroem e impõem novas relações sociais que servem a seus próprios interesses e demandas. O advento da globalização como realidade histórica é fruto desse poder construtor/destruidor que atravessa todo o globo.

Segundo argumenta David Harvey (2005a), esse nexos temporal/espacial capitalista se expande por meio de *ajustes espaciais*. A noção de *ajuste espacial* remete ao processo no qual as dinâmicas e relações capitalistas se expandem geograficamente, assimilando e adequando configurações sociais e geográficas não-capitalistas às suas necessidades e contradições. Por meio de *ajustes espaciais*, a distopia do capital se impõe em um mundo marcado por uma geografia naturalmente desigual (HARVEY, 1992). Ecoando Karl Marx, David

Harvey sustenta que a própria existência do capitalismo é dependente da forma como ele se expande pelo território:

“(...) o capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a ‘aniquilar o espaço por meio do tempo’, como diz Marx, mas só pode fazê-lo por meio da produção de um espaço fixo. Logo, o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão ‘global’ do trabalho e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para ter de reduzir a escombros e reconstruir essa paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior” (HARVEY, 2004, p. 86 - 87)

Ao produzir uma paisagem geográfica própria, estruturada sobre relações espaciais que organizam o território em função de uma divisão de funções que visa a produção e a acumulação, o desenvolvimento desigual por *ajustes espaciais* produz uma *coerência estruturada* que se expande geograficamente, num amplo processo de integração. Por definição, *coerência estruturada* seria “o espaço em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente” (HARVEY, 2005b, p. 146). A *coerência estruturada* é reforçada por políticas e instituições que regulam as relações de trabalho, os limites das culturas e das consciências nacionais, regionais e locais. Define, assim, espaços e escalas em que a produção e o consumo, a oferta e a procura, as lutas sociais e os regimes de acumulação permanecem unidos como certo tipo de estrutura coerente. No centro da *coerência estruturada* do capitalismo reside o nexo temporal/espacial que determina os parâmetros de produção e eficiência da distopia capitalista. A geopolítica da globalização, caracterizada por constantes *ajustes espaciais*, é marcada pelo alargamento desse modelo de *coerência estruturada*.

O historiador francês Fernand Braudel (2009), por sua vez, argumenta que o capitalismo surgiu em um espaço delimitado e específico, tanto geográfica quanto temporalmente: o Mediterrâneo do século XVI. É a partir desse espaço e tempo específico que o capitalismo se constitui como uma *economia-mundo* e de lá se expande, em um longo e lento movimento, para todo o globo. Como *economia-mundo*, Braudel (2009) entende a soma de espaços individualizados incorporados a uma mesma *zona de coerência* no interior da qual economias espaciais particulares desenvolvem suas operações de produção e troca a partir de procedimentos semelhantes. Uma *zona de coerência* é marcada pela existência de

um *nexo comum de relações sociais* que estabelece valores, regras, restrições e objetivos compartilhados.

O interior de uma *zona de coerência*, contudo, não é um espaço homogêneo e linear, no qual todos os atores dispõem de condições materiais e institucionais semelhantes. Tampouco é um espaço sem hierarquias, conflitos ou relações de poder. Pelo contrário, é composta por economias com capacidades materiais e institucionais próprias que se interligam por meio de relações de troca. Valores, regras, restrições e objetivos compartilhados no interior de uma mesma *zona de coerência* são construídos por meio de articulações, conflitos e negociações. Os limites sociais e geográficos de uma *zona de coerência* estão, portanto, sempre em disputa.

Além disso, para que economias particulares possam se integrar a uma mesma *zona de coerência* é necessário a existência de um conjunto de *capital fixo* (HARVEY, 2005b), fincado no território, que permita que bens e serviços possam se deslocar de um lugar para outro. Não há coerência sem uma estrutura que possibilite a constituição de uma logística de produção e circulação de mercadorias e serviços proporcionando que economias particulares interajam em um contexto de troca. Dessa forma, uma *zona de coerência* é composta por uma superestrutura – materializada em instituições cuja função é garantir valores, regras, restrições e objetivos compartilhados, gerando um ambiente propício a uma logística unificada – ao mesmo tempo em que é composta por uma infraestrutura territorial. É dentro de sua *zona de coerência* que o capitalismo desempenha vorazmente a dupla função de construtor/destruidor de configurações sociais e geográficas.

Noções análogas, *zona de coerência* e *coerência estruturada* permitem compreender a histórica relação entre capitalismo e globalização. O capitalismo se expande através de *ajustes espaciais* que provocam o alargamento de um modelo de coerência que busca, a todo custo, a eficiência na produção e circulação de capital em um amplo processo de integração e adequação de realidades histórico/geográficas diversas. É a expansão desse modelo de coerência capitalista por todo o globo, num processo de integração de atores, grupos e potencialidades

territoriais, que caracteriza a globalização¹. Não obstante, também caracterizam a globalização obstáculos geográficos multiescalares, que parecem se contrapor a essa coerência única alargada. Tais obstáculos são fruto tanto de configurações geográficas particulares e complexas, como a própria floresta amazônica, quanto de consequências políticas, como, por exemplo, a resistência de movimentos sociais organizados a grandes barragens para construção de usinas hidrelétricas. A globalização, abarcando todo esse quadro de expansão territorial da distopia capitalista, é um fenômeno marcado por uma dinâmica múltipla, imerso em integrações e rupturas, inclusões e exclusões, que molda e é moldado por contextos geográficos diversos.

1.2. Estado Transnacional ou escalas espaciais?

Cabe entender, agora, como o processo de alargamento capitalista, por vias de *ajustes espaciais* (HARVEY, 2005a), que consolidada a globalização, incide sobre a função e o poder dos Estados e sobre as possibilidades de grupos sociais diversos legitimarem suas lutas e reivindicações.

São diversas as interpretações sobre a forma como a globalização impacta sobre Estados e lutas sociais. Alguns autores, como Jan Aart Scholte (2002; 2005), afirmam que globalização e capitalismo são categorias independentes e devem ser analisadas como tal. Scholte (2002) entende globalização como uma questão da geografia social, cujas principais características seriam o *eclipse do Estado* e a *transcendência do território*, enquanto o capitalismo seria um regime econômico que se beneficia da globalização. O globo em si se constituiria como uma nova unidade espacial, condenando a geografia territorial à obsolescência. Por essa perspectiva, lutas sociais de caráter territorial perderiam legitimidade caso não atingissem alcance global. Scholte (2005), todavia, reconhece que, na atual configuração de poder global, globalização e capitalismo se confundem, gerando uma série de equívocos analíticos.

¹ Em outros momentos históricos, processos de *ajuste espacial* significavam anexações territoriais por mecanismos de colonização e subjugação de certas sociedades por outras. Dessa forma, o capitalismo se afirmava a partir de assimetrias e hierarquias impostas por vias de dominação militar e imposição de certos preceitos culturais que assumiam caráter universalistas. A célebre frase de Cecil Rhodes, importante colonizador e homem de negócios do império britânico do século XIX, citada por Hanna Arendt em *Origens do Totalitarismo* (1989, p. 154) expressa bem essa busca constante pela expansão do capitalismo através de anexações de novos territórios: “A expansão é tudo, (...) se eu pudesse anexaria os planetas”.

William Robinson (2004), por sua vez, por uma leitura gramsciana, identifica globalização como uma *época* do desenvolvimento capitalista. Em termos teóricos, globalização pode ser entendida como o cume de um longo processo de expansão da produção capitalista em todo o mundo. A partir desta perspectiva é possível argumentar que o capitalismo não é só um regime econômico que se beneficia do processo mais amplo da globalização, como propõe Scholte (2005). Globalização seria a fase transnacional do desenvolvimento do capitalismo mundial:

Globalization represents a new, transnational phase in the development of the world capitalist system. A defining feature of the globalization epoch is the rise of a transnational capital. (ROBINSON, 2004, p. 9)

Fundamental a tal argumento é a constatação de que a globalização é marcada por uma profunda integração da produção global de bens e serviços sob o controle e gerenciamento de classes sociais transnacionais. Nessa fase do capitalismo, o processo de produção se transforma, integrando o funcionamento do que antes eram circuitos nacionais de produção a novos circuitos globais. Esta perspectiva parte da constatação de que o fortalecimento do capital transnacional, a partir dos anos 70, permitiu a descentralização e integração funcional ao redor do globo de uma vasta cadeia de produção e circuitos de acumulação transnacionais. Nesse contexto, empreendedores com orientação e recursos suficientes deslocaram seu foco do mercado nacional para o internacional. Passaram, então, a se organizar como uma *classe capitalista transnacional* (ROBINSON, 2004; 2005; 2007) e compor a estrutura organizacional e material que sustenta o avanço do capital transnacional ao redor do globo. Robinson (2004) sustenta que a formação de uma classe transnacional é fundamental para a concretização da globalização: “Transnational class formation is central to globalization and involves the rise of a transnational capitalist class” (ROBINSON, 2004, p. 33).

Ainda da perspectiva do autor, portanto, podemos inferir que a coerência capitalista passa a se alargar por meio de processos de transnacionalização que integram classes capitalistas nacionais a um aparato de classe mais complexo, de alcance transnacional. Contudo, Robinson (2005) alega, ainda, que essa classe capitalista transnacional, composta por proprietários e executivos de grandes corporações transnacionais ao redor de todo o globo, constitui o cerne de uma

hegemonia transnacional: “I want to suggest that the transnationalisation of classes allows us to imagine a transnationalisation of hegemony” (ROBINSON, 2005, p. 5).

Hegemonia é um termo bastante disputado por diversas correntes de pensamento no campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional e por isso merece ser empregado com cautela. As tradições realista e institucionalista definem hegemonia como uma forma de dominação desempenhada estritamente pelo Estado (WALTZ, 1983; KEOHANE, 1984). Em contraste, Robert Cox (2007), um dos principais representantes da chamada *teoria crítica*, que abre caminho para as abordagens neogramscianas em Relações Internacionais (GILL, 2007), sustenta que a noção de hegemonia passa pelo Estado, mas se encontra “entrincheirada na sociedade civil” (COX, 2007, p. 104).

Para os neogramscianos, hegemonia é resultado da relação de poder entre classes sociais dentro da arena estatal ampliada². Classes sociais exercem dominação hegemônica não simplesmente a partir do uso da força, mas através da sua capacidade de ir além de seus interesses corporativos e imediatos e se constituir como lideranças morais e intelectuais, estabelecendo os compromissos e alianças com que constroem o que Gramsci (2011b) chama de *bloco histórico*. O conceito de *bloco histórico* refere-se à “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2011b, p. 231). No interior de um *bloco histórico*, os elementos interagem na criação de uma *unidade orgânica*, que representa a base do consenso de uma ordem social por meio da qual a hegemonia da classe dominante é criada e recriada. É essa unidade que garante o caráter consensual necessário para que uma hegemonia se estabeleça.

Hegemonia é o resultado de um equilíbrio entre consenso e coerção. O poder coercitivo caminha em conjunto com a capacidade das classes sociais dominantes de estabelecerem um ambiente de consenso. A idéia de poder em Gramsci (1971), afinal, remete a uma dupla perspectiva da ação política:

² Antonio Gramsci (2011a) define Estado através da equação “Estado= Sociedade Civil+Sociedade Política”. Essa noção ampliada de Estado se contrapõe à definição que o entende exclusivamente a partir de sua estrutura de governo, ou seja, da sociedade política, excluindo as forças da sociedade civil. Para Gramsci, o Estado é uma arena de conflitos. É um lugar onde a dialética e as lutas sociais reinam por excelência.

They are the levels of force and of consent, authority and hegemony, violence and civilisation, of the individual moment and of the universal moment ("Church" and "State"), of agitation and of propaganda, of tactics and of strategy, etc. (GRAMSCI, 1971, p. 170)

Segundo Robinson (2005) a transnacionalização dos circuitos de produção provocaria a transnacionalização do Estado e das forças hegemônicas. As *forças sociais transnacionais* seriam a categoria chave para compreender a construção da hegemonia no cenário da globalização, na perspectiva do autor, são os grupos dominantes transnacionais que detêm o controle dos mecanismos hegemônicos: “States have been captured by transnationally oriented dominant groups who use them to integrate their countries into emergent global capitalist structures” (ROBINSON, 2005, p. 5) (meus grifos).

Robinson (2004) afirma que nas últimas décadas do século XX, a forte ascensão da classe capitalista transnacional teria fundamentado um processo de construção de um *bloco histórico capitalista global* (ROBINSON, 2004, p. 75), engendrando modificações na ordem social global e na estrutura econômica e transformando o Estado em um aparato transnacional. Esse *bloco histórico*, centrado no controle da classe capitalista transnacional, teria atuado rigorosamente pela liberalização do mercado internacional através da construção de uma superestrutura legal e regulatória, de cunho neoliberal, que sustentaria uma situação de *hegemonia transnacional*. Para Robinson (2004), o consenso seria construído no âmbito da classe capitalista transnacional, que captura o Estado e o transforma em uma espécie de *correia de transmissão* para a hegemonia global.

Esse *bloco histórico capitalista global* seria composto pelos proprietários e executivos de corporações transnacionais e instituições financeiras privadas, além de incluir o quadro burocrático, executivo e técnico que administra agências transnacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC (ROBINSON, 2005). A *classe capitalista transnacional*, em uma ação conjunta ao redor de todo o globo, exerce pressão para o desmantelamento de medidas de bem-estar social de cunho keynesiano, que limitam a mobilidade do capital, e para a abertura de setores públicos às dinâmicas do mercado. Nesse cenário, as instituições supranacionais previamente existentes, como, por exemplo, a ONU, seriam instrumentalizadas e

transformadas de acordo com os interesses da *classe capitalista transnacional*, compondo a estrutura gerencial do cenário hegemônico.

A noção de *regionalismo aberto* remete a processos de interdependência possibilitados por acordos de liberalização e desregulação que propiciaram a constituição de uma economia internacional aberta, promovendo o fluxo constante de capital por todo o globo (CORAZZA, 2006). Se contrastarmos tal definição com os argumentos de Robinson (2004; 2005; 2007), podemos inferir que tais acordos só seriam possíveis devido à força hegemônica das classes capitalistas transnacionais, que capturariam os Estados e pressionariam para que a noção clássica de territorialidade, baseada nas fronteiras soberanas de cada Estado, fosse reorientada para servir como uma plataforma para os fluxos de capital transnacional. O *regionalismo aberto*, nesse sentido, seria resultado de uma *hegemonia transnacional*, em face da qual os Estados desempenhariam mera função instrumental, adequando seu território às demandas e dinâmicas do *bloco histórico capitalista global*.

A nosso ver, tal leitura, todavia, é demasiado reducionista, pois concebe a função do Estado através de uma *ontologia plana* (MORTON, 2007) estruturada unicamente na predominância do *bloco histórico capitalista global*:

The transnational state thesis therefore offers a flattened ontology that removes state forms as a significant spatial scale in the articulation of capitalism, levels out the spatial and territorial logics of capital accumulation, and elides the class struggle extant in specific locations. (MORTON, 2007, p. 148).

Segundo Morton (2007), a tese da *hegemonia transnacional* parte do pressuposto que o capitalismo se expande de forma *homoeiciente*, ou seja, a difusão e a expansão do capitalismo ao redor do globo se dariam de forma uniforme, a despeito das contradições do *desenvolvimento geográfico desigual* (HARVEY, 2004). Por essa perspectiva, a tese da *hegemonia transnacional* de Robinson (2004; 2005; 2007), além de submeter o papel e função do Estado na promoção do capitalismo global à hegemonia de classes transnacionais, não permite a compreensão das forças sociais territorializadas que lutam para criar legados histórico-geográficos alternativos ao avanço do capitalismo global. Formas culturais e modos de vida distintos ou resistentes às dinâmicas sociais implementadas pelo capitalismo global não são tidos como capazes de promover mudanças históricas significativas, pois estariam todas sufocadas pelo poder

homogeneizador do capital. Assim, a tese de Robinson desqualifica tanto o Estado quanto o território como instâncias nas quais a globalização se realiza.

Como contraponto à tese da *hegemonia transnacional*, entendemos que a noção de *escalas espaciais* (HARVEY, 2004) permite uma compreensão mais complexa da forma como o Estado e o território se situam no processo de expansão global do capitalismo. Segundo Harvey (2004), *escalas espaciais* são recortes espaciais nos quais seres humanos organizam sua existência de forma hierárquica. Lares, comunidades, cidades e nações são exemplos óbvios de *escalas espaciais* distintas, porém complementares. A formação de uma *escala espacial* é decorrente da interação entre processos e limites geográficos naturais e lutas e decisões políticas “tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas” (HARVEY, 2004, p.108). Historicamente, processos de formação de fronteiras políticas, que situam o Estado nacional como um recorte espacial soberano sobre todos os outros, fornecendo e legitimando um conjunto de regras e restrições compartilhadas no interior de sua jurisdição, são peças-chave do caráter hierárquico das *escalas espaciais*.

Em contraste com a *ontologia plana* da tese de Robinson (2004; 2005; 2007), que, como critica Morton (2007), parte de uma concepção *homoeeficiente* da expansão do capitalismo, a noção de *escalas espaciais* (HARVEY, 2004) toma como ponto de partida o caráter desigual do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, nos oferece a compreensão de que o capitalismo não se expande pelo globo *capturando* as forças que atuam em escalas nacionais ou regionais, subordinando-as às demandas, necessidades e imperativos das forças atuantes na escala global. Entendemos, então, que a globalização não é fruto de processos de *captura*, mas sim de amplos processos de *integração* das demandas, necessidades e imperativos de forças sociais oriundas de diversas *escalas espaciais*, sejam elas nacionais, regionais ou global.

Nesse amplo processo de integração, o local se torna um “microambiente com alcance global” (SASSEN, 2010, p. 161), engendrando transformações no caráter hierárquico que norteia as relações sociais em variadas *escalas espaciais*. A multiplicidade de *escalas espaciais* (HARVEY, 2004), que apresentam desafios e características próprias, é o que caracteriza o que Saskia Sassen (2010) denomina de *nova geografia* da globalização.

Por meio da estrutura desregulada da economia global, da descentralização da autoridade e de novas tecnologias da informação, novos atores sociais – sejam eles do interior da floresta amazônica ou de uma favela indiana – têm suas vozes amplificadas, seus discursos ouvidos e sua capacidade de articulação potencializada (SASSEN, 2010). O caráter multiescalar da globalização possibilita que atores locais acessem diretamente a outros atores, possibilitando a formação de redes horizontais, não-hierárquicas – de alcance local, regional ou mesmo transnacional – que se impõe como voz ativa nos processos de transformações sócio-geográficas resultantes dos *ajustes espaciais* que expandem o capitalismo. Assim, ainda que em um contexto de assimetrias, não são só as classes capitalistas que se beneficiam do processo de transnacionalização das capacidades promovido pela globalização.

Isso não significa, porém, que, frente à amplificação do poder de articulação de novos atores sociais, o aparato estatal tenha se tornado obsoleto. A multiplicidade de conflitos e reivindicações sociais visíveis no cenário global indica, ao contrário, que a escala estatal permanece fundamental para a expansão do poder integrador da globalização. Segundo Morton (2007), o Estado nacional é uma espécie de *ponto de condensação* para os processos que constituem a configuração sócio-geográfica da globalização. O Estado, como uma arena de disputas e conflitos, desempenha função essencial no âmbito dos processos de transnacionalização, tanto no que diz respeito ao alargamento das capacidades do capital, quanto à amplificação das possibilidades de articulação de grupos e *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971) que buscam resistir ou simplesmente se posicionar frente ao avanço capitalista³. Ou seja, é na arena estatal que projetos capitalistas, ou alternativos ao capitalismo, se legitimam e se concretizam.

A centralidade que o Estado assume no âmbito da globalização é explicada pelo fato de que cabe a ele construir, garantir e legitimar tanto a superestrutura de regras e restrições que proporciona unidade às relações sociais, quanto a infraestrutura fixa, fincada no território, que proporciona a produção e o deslocamento físico de mercadorias, serviços, pessoas e dinheiro (GILL e LAW, 2007). A soma

³ Ao contrário da noção de *bloco histórico*, que expressa *unidade orgânica* dos contrários num ambiente de consenso hegemônico, o conceito de *bloco social* remete a um agrupamento de forças sociais convergentes em torno de um mesmo objetivo, num ambiente não hegemônico, disputando, com outros *blocos sociais*, espaço, legitimidade e recursos para seus projetos e alternativas.

entre superestrutura e infraestrutura sustenta fluxos transfronteiriços ao mesmo tempo em que abre canais de projeção e articulação para novos atores sociais.

Como demonstraremos mais adiante ao analisar o protagonismo brasileiro na Amazônia, garantir que os fluxos de capital permaneçam no território estatal é do interesse não só das classes capitalistas transnacionais, mas também dos próprios Estados. Por meio de programas desenvolvimentistas, o Estado alonga a presença do capital em seu território e faz com que fluxos internos e externos de capital sejam capazes de garantir que o próprio Estado se sustente como uma força reguladora da vida social. Em última instância, tanto o capital quanto aparato estatal estão inseridos em uma relação simbiótica que beneficia a ambos.

Ao mesmo tempo, é acessando os poderes de Estado que as lutas e reivindicações sociais, sejam elas de alcance regional, nacional ou transnacional, se caracterizam como vitoriosas ou derrotadas. Ou seja, a arena estatal é fundamental tanto para a expansão do capitalismo, quanto para as reivindicações que buscam encontrar alternativas e limites para o avanço capitalista. É sobre essa afirmação de caráter teórico, que situa o Estado ao mesmo tempo como uma arena para relações de poder e como um agente fundamental para a consolidação da globalização no território, que construiremos nossa análise nos capítulos a seguir.

1.3. Região, regionalismo, regimes de fronteiras e a construção do espaço

Ainda assim, é preciso frisar, como argumenta Sassen (2010), que na *nova geografia* da globalização o Estado é forçado a se reinventar. Nessa *nova geografia*, devido a processos de desregulamentação e liberalização da economia global, o regime de fronteiras associado ao Estado-Nação e seu poder soberano e exclusivo se rompe, “contribuindo para a formação de novos tipos de formação de fronteiras” (SASSEN, 2010, p. 179). A autoridade formal, exclusiva e soberana dos Estados sobre o território nacional é trincada, gerando um novo desafio para a manutenção das atribuições estatais tradicionais de contenção de processos sociais, planejamento e gestão. No âmbito da *nova geografia*, os Estados têm de desenhar uma nova compreensão de seus direitos soberanos sobre suas fronteiras, o que implica diferentes formas de ocupar e planejar o território, assim como

novas formas de relação entre Estados de uma mesma região, gerando novas formas de *regionalismos*.

A idéia de *regionalismo* se refere ao processo de construção de uma região e de regimes de fronteira. Uma região é um espaço territorial concreto produzido por práticas sociais específicas, que apresenta características econômicas, políticas, sócio-geográficas, culturais e climáticas próprias (HAESBAERT, 2010). As características gerais de um espaço territorial serão sempre convergentes com a forma como as forças sociais existentes nele se relacionam. Pois, como afirma Lefebvre (1991), a produção do espaço é resultado das relações sociais e históricas que acontecem sobre ele, assumindo, então, diferentes significados e configurações de acordo com as práticas dominantes em cada formação social. Região, portanto, mais do que um instrumento metodológico, deve ser concebida como um fato, uma realidade derivada da ação efetiva da multiplicidade de sujeitos sociais que a produzem como instrumento para proposições concretas de transformação.

Por essa perspectiva, não há como definir região e, por sua vez, *regionalismo*, sem levar em consideração a dimensão doméstica e internacional de processos de integração regional, que tipos de interesses e demandas orientam as práticas dominantes e que desdobramentos elas acarretam. Assim, como sustenta Haesbaert (2010, p. 122),

a região deve ser vista incorporando a multiplicidade e a complexidade de processos que marcam os arranjos espaciais contemporâneos, especialmente (...) as dinâmicas de diferenciação, coesão/(des)articulação, fragmentação/exclusão e mobilidade, fixação.

Segundo Brenner e Elden (2009), historicamente, o Estado é agente fundamental na construção de um espaço como região. Sua importância se encontra na concretização do nacionalismo como uma ideologia abrangente em todo o espaço sob sua jurisdição, e em uma série de projetos estatais que constroem e reconstroem o espaço territorial como unidades nacionais inseridas em um contexto mais amplo definido pelo mercado internacional e pelas esferas operacionais de corporações multinacionais. A capacidade estatal de construir e reconstruir o espaço territorial nacional é associada à *racionalidade política*, cunhada no interior da arena estatal, que, segundo Lefebvre (1991), sustenta a

implementação de cálculos estratégicos orientados para intensificar as relações de mercado no espaço territorial nacional⁴.

O Estado é, portanto, um agente definidor das dinâmicas que marcam os arranjos espaciais contemporâneos. Pois, ao mesmo tempo em que é uma arena para disputas e conflitos entre grupos e *blocos sociais* diversos (GRAMSCI, 2011a), o Estado é detentor de poderes institucionais que definem as estratégias de atuação na região, indicam as regras e restrições que orientam a relação entre os grupos e *blocos sociais*, fomentam a transformação física da paisagem geográfica de uma região e decidem a maneira como se relacionar com outros Estados. É por essas razões que entendemos, então, ser o Estado um agente fundamental para processos de *regionalismo*.

A forma como os Estados respondem às demandas domésticas, a seus próprios interesses e aos imperativos internacionais incide diretamente sobre forma como se desenvolve o processo de *regionalismo*. Segundo Herz e Hoffmann (2004), o século XX foi marcado por duas formas distintas de *regionalismo*. Ambas remetem a transformações e adequações no âmbito doméstico e no cenário internacional, incidindo de forma decisiva na maneira como espaços territoriais são concebidos e construídos como regiões.

A primeira tem sua origem nos anos seguintes ao fim da Segunda Grande Guerra, estendendo-se até meados da década de 1980. Ou seja, a primeira onda de *regionalismo* reflete o período da Guerra-Fria. Essa primeira fase foi fortemente influenciada por políticas de segurança promovidas pelos Estados Unidos, que tinham como objetivo o combate direto a expansão do comunismo. Nesse contexto, os processos de *regionalismo* visavam fortalecer a capacidade de proteção e a segurança dos países contra fatores externos, fator esse que se expressava tanto no campo político como econômico.

⁴ Em uma citação encontrada em Brenner e Elden (2009), a relação apontada por Lefebvre entre Estado e território fica mais clara: “Nation States, attached to a territory, managers of this space, arbitrate and act as dominant power from and by this space. They manage it as eminent owners, almost in the way this world meant under the *ancient regime*, whereby the written rights and powers of the nobles and the king were superimposed upon the common rights of the peasants, ‘commoners’, holders of perpetual usufruct. An analogous superimposition governs the modern State and its relationship to its space (territory). Methods (sometimes compelling and sometimes violent) and multiple procedures, the best known of which is ‘expropriation’, give concrete expression to this eminent right which we know extends itself to under the ground and to air space, forests and water sources, rivers and coast, maritime territories and to recently extended territorial waters”. (Lefebvre *apud* Brenner e Elden, 2009 p.363)

O tipo de *regionalismo* que se desenvolveu nessa primeira onda é denominado de *regionalismo fechado*. Ainda que movido por políticas de segurança que visavam fechar o espaço territorial soberano de possíveis ingerências internacionais, seja por medo da expansão do comunismo soviético, seja por medo do capitalismo ocidental, o *regionalismo fechado* não indica um cenário no qual os Estados não se integravam ou não buscavam cooperar. Cenários de integração regional derivam da necessidade de adaptação às mudanças e exigências do cenário internacional, nacional ou regional⁵. Dessa forma, no âmbito do *regionalismo fechado* os Estados cooperavam e se integravam com o objetivo de aumentar sua segurança e garantir sua soberania, algo que pretendemos demonstrar no capítulo 2 a partir de análise do projeto de integração amazônico desenvolvido pelos governos militares no Brasil.

Com o fim da Guerra-Fria, no final da década de 1980 e início da de 1990, a nova realidade criada pela aceleração do processo de expansão do capitalismo global, potencializado pelo Consenso de Washington – que, como argumenta Harvey (2008), serve como padrão para as dinâmicas econômicas e políticas da globalização – estimulou a tendência ao aumento das articulações e integrações mais profundas entre Estados (SENHORAS, 2006). Esse momento configura a segunda onda de *regionalismo*, denominada de *regionalismo aberto*. Segundo Corazza (2006), o *regionalismo aberto* é um modelo para integração regional que integram vocações produtivas locais e regionais aos parâmetros e metas geradas no âmbito do capitalismo neoliberal globalizado.

Do ponto de vista econômico, o *regionalismo fechado* servia como instrumento de suporte para políticas nacionais que buscavam o desenvolvimento endógeno a despeito do mercado internacional (SENHORAS, 2006). Na história sul-americana, isso fica claro pela predominância dada pela CEPAL a processos de substituição de importações, que visavam superar as restrições de mercado ao desencorajar importações e encorajar o fortalecimento das indústrias nacionais (CEPAL, 1994).

⁵ É importante, no entanto, diferenciar a noção de *integração regional de cooperação internacional*. Segundo Matlary (1994), “integração regional é mais ampla que cooperação internacional, porque pode resultar em novas unidades ou entidades políticas, ou ainda em uma mudança nas últimas”.

No que diz respeito ao *regionalismo aberto*, esse cenário se transforma radicalmente. Em convergência com o fortalecimento de um quadro de políticas liberalizantes constituídas no âmbito do Consenso de Washington, os Estados adotaram estratégias desenvolvimentistas que visavam aumentar sua projeção no mercado internacional e, dessa forma, aumentar sua relevância econômica e política no cenário da globalização. O espaço territorial é convertido, então, em uma plataforma de produção em larga escala, passando a ser elemento fundamental para a manutenção e garantia de fluxos globais de bens, serviços, pessoas e dinheiro. As características gerais que a noção de região assume sob a égide do *regionalismo fechado* são bastante diferentes daquelas assumidas no âmbito do *regionalismo aberto*. Como buscaremos demonstrar ao longo dos capítulos seguintes, o padrão de integração regional se altera drasticamente na passagem de um *regionalismo* para outro.

No *regionalismo fechado*, os Estados cooperavam entre si para garantir que o território continuasse inteiramente sobre sua soberania. A relação entre o espaço nacional e o mercado internacional era, portanto, sempre mediada pela necessidade da garantia da soberania e da segurança e proteção da economia nacional. Esse cenário era marcado por um regime de fronteiras cujo propósito era delimitar com precisão onde começava um Estado e terminava outro. Assim, fluxos transfronteiriços de capital eram engessados por medidas que, a fim de garantir o poder soberano do Estado sobre seu território, visavam fechar a região às assimetrias e ingerências internacionais.

Já no *regionalismo aberto*, a busca pela garantia da soberania perde espaço para uma visão que define o poder soberano de forma mais fluida. O espaço territorial passa a ser atravessado por estratégias desenvolvimentistas que impõem aos Estados compartilharem, de certa forma, sua soberania com Estados vizinhos. Assim, o território nacional de um determinado Estado se soma ao território de outro compondo um espaço regional no qual as capacidades produtivas são integradas de forma a fornecer ganhos para todos. Esse novo cenário se constrói sobre a necessidade de facilitar a mobilidade da produção por todo o território continental, não só nacional, a fim de facilitar a mobilidade da produção para quaisquer outras regiões do globo.

A forma como os Estados desenham seus limites fronteiriços é, também, elemento crucial para a compreensão de processos de *regionalismos*. Segundo Harvey (2005a), a noção de fronteira pode ser definida de duas maneiras. A primeira definição deriva da experiência européia, posterior à Westphalia, na qual o espaço territorial é recortado por Estados nacionais que buscam impor sua soberania em um espaço limitado. Tal experiência implica uma definição de fronteira análoga a noção de limites: fronteira seria a demarcação de onde começa um espaço de jurisdição e termina o outro. Já a segunda definição deriva da experiência norte-americana da marcha ao oeste, na qual o espaço territorial encontrava-se aberto e disponível para a expansão de uma sociedade em formação. Assim, se na primeira definição fronteira remete a um espaço territorial recortado, delimitado e já dominado, na segunda remete a um espaço territorial aberto, a ser ainda dominado e ocupado.

No período do *regionalismo fechado*, fronteiras eram delimitações rígidas que visavam fechar um determinado território para os de fora, enquanto proporcionava ao Estado soberano liberdade para se impor sobre o território de acordo com seus próprios objetivos. Como demonstraremos no capítulo 2, no fim da década de 1970, movido por medo de supostas ameaças internacionais à Amazônia, os Estados amazônicos se organizaram em torno de um tratado de cooperação cujo principal objetivo era consolidar a soberania sul-americana na região. O regime de fronteiras nesse momento era, portanto, instrumento de soberania e proteção, visando blindar a região.

À primeira vista, a definição de fronteiras baseada na experiência européia pós-Westphalia parece ser mais adequada para a compreensão do *regionalismo fechado*. No entanto, como concluímos a partir da análise desse tipo de *regionalismo* na Amazônia, ambas as definições de fronteira – como espaço territorial limitado, demarcado e dominado e como espaço territorial aberto, a ser dominado – coexistem. Na dimensão internacional do *regionalismo fechado*, a primeira definição é mais presente. Os Estados se integravam de forma comedida, buscando assegurar sua soberania territorial e consolidar seus limites fronteiriços. Todavia, na dimensão nacional desse padrão de *regionalismo*, os Estados se voltavam para porções ainda não dominadas de seu território de modo a inseri-los numa lógica de acumulação que os tornasse plataforma para o desenvolvimento

nacional. Assim, na dimensão nacional do *regionalismo fechado*, a segunda definição parece ser mais coerente.

No âmbito do *regionalismo aberto*, a busca pela manutenção da soberania é superada pelo objetivo de transformar o território como um todo, não somente o nacional, em plataforma para acumulação e desenvolvimento. Celso Lafer (2004) argumenta que na nova conjuntura de integração à economia global, o regime tradicional de fronteiras é ressignificado. O *regionalismo aberto* implica a transformação de uma noção de fronteira baseada na *separação* para outra, baseada na *cooperação* (LAFER, 2004)⁶. Se no *regionalismo fechado* os Estados cooperavam para garantir que suas fronteiras permanecessem fechadas às ingerências e assimetrias internacionais, no *aberto* eles cooperam de modo a facilitar o compartilhamento do território e a permitir que o mesmo seja cada vez mais atravessado por fluxos de capital transfronteiriços.

Sassen (2010) argumenta que o novo regime de fronteiras vigente na *nova geografia* apresenta dois componentes centrais. O primeiro se refere ao corpo de regulamentações de fluxos que convergem em torno da autoridade estatal. Ainda cabe aos Estados a consolidação de um conjunto de regras e restrições que confere legitimidade legal ao modelo de coerência do capitalismo. No entanto, esse corpo de regulamentações na *nova geografia* passa a ser decidido no espaço regional compartilhado pelos Estados, o que contrasta com o padrão do *regionalismo fechado*, no qual os Estados buscavam consolidar um cenário de decisões tomadas no interior do espaço nacional⁷.

⁶ Segundo o diplomata Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso, o *regionalismo aberto* proporcionaria “encontrar melhores caminhos no trato dos desafios e oportunidades da globalização através de uma ação voltada para a consolidação da democracia e da paz, e a concomitante promoção dos direitos humanos; para o estímulo do comércio através de novos enlances nos processos de integração econômica já existentes na região; para a cooperação tanto no combate a drogas ilícitas e delitos conexos, quanto no âmbito da ciência e tecnologia, pois a ampliação e aplicação do conhecimento é um ingrediente crítico da competitividade dos processos produtivos da região. Uma outra ação conjunta contemplada na reunião de Brasília é a dos eixos sinérgicos da integração da América do Sul, vale dizer o leque de projetos de integração física, dotados de sustentabilidade no seu sentido amplo (ambiental, social, de eficiência econômica) e baseados numa perspectiva geoeconômica do espaço regional. Estes projetos de infra-estrutura de integração são um inequívoco exemplo do processo de transformação de *fronteiras-separação* em *fronteiras-cooperação*, e poderão ter um efeito multiplicador sobre o desenvolvimento e ampliar a integração econômica da região” (LAFER, 2004, p. 56 - 57) (nossos itálicos).

⁷ A União Européia é um bom exemplo de como as decisões passaram para o espaço regional formado por unidades nacionais que compartilham sua soberania.

O segundo componente são as variedades de dinâmicas que surgem de processos contemporâneos localizados fora do arcabouço estatal. Esse componente remete diretamente aos processos de transnacionalização e desregulamentação que sustentam e possibilitam a existência de grandes fluxos transfronteiriços. Ou seja, o regime de fronteiras da globalização se sustenta ao mesmo tempo em um componente que remete diretamente ao poder estatal, ainda que em um contexto regional, e em outro, que diz respeito às dinâmicas concebidas fora do arcabouço estatal e no interior das práticas transnacionais.

Entendemos que a noção de *regionalismo aberto* é convergente com a idéia de uma *nova geografia* originada pelo processo de expansão do capitalismo global, como proposta por Sassen (2010). A globalização, que, como já argumentamos, entendemos ser sinônimo de capitalismo global, é fruto de medidas liberalizantes que abrem as economias nacionais para fluxos de capital transfronteiriços. O *regionalismo aberto* é a expressão dessa conjuntura refletida na forma como o território é planejado para oferecer suporte a esse fluxo global. Assim, esse padrão de *regionalismo* implica medidas de integração física através de infra-estruturas compartilhadas e transfronteiriças, que buscam fortalecer o corpo de regulamentações de fluxos pelos Estados ao mesmo tempo em que proporcionam facilidades às dinâmicas, demandas e necessidades que surgem fora do arcabouço estatal.

O *regionalismo aberto*, ao transformar e adequar o território, é um instrumento de expansão da globalização. Segundo Santos (2008, p. 47) o processo de globalização, ao abrir o território para fluxos de capital transfronteiriços, acarreta a “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”. São várias as consequências dessa transformação, entre elas está a dicotomia entre dois modelos de integração regional, como buscaremos mostrar a partir da análise do *regionalismo aberto* na bacia amazônica e da luta de movimentos amazônicos por autonomia no capítulo 4. Por um lado há um projeto de integração de caráter vertical, que visa a aceleração de todas as formas de circulação de capital, o fortalecimento da divisão territorial e da divisão internacional do trabalho; por outro há o projeto alternativo, de caráter horizontal, que visa o fortalecimento da luta por direitos e pela autonomia dos povos que habitam a região.

2. Do Eldorado ao Tratado de Cooperação Amazônica

2.1. Pré-história

A primeira expedição estrangeira à floresta amazônica que se tem notícia data de 1539. O espanhol Gonzalo Pizarro foi enviado ao *país da canela* em busca do tesouro Inca escondido no Eldorado (LANGER, 1997). No decorrer da expedição, cada vez mais embrenhados em uma floresta densa e desconhecida, os espanhóis, amargurados e desesperados, constataram que as árvores da canela, que, segundo indicaram os indígenas, conduziriam a um lugar de muito ouro e prata, estavam espalhados pelos pântanos da floresta, um obstáculo quase intransponível. O tão desejado Eldorado, se realmente existisse, era praticamente inatingível.

Diversos indígenas, que acompanhavam a expedição na condição de carregadores, e espanhóis sucumbiram ao esgotamento e às mais variadas febres. A disenteria e a malária eram obstáculos muito mais densos e mortais do que os pântanos que sugavam quem se atrevia a atravessá-los. Mas a floresta não era somente um conjunto de entraves. A fim de descer o rio Coca, no Equador, Gonzalo Pizarro demandou a construção de um bergantim. Na falta do piche, os índios coletaram das cascas das árvores uma substância grudenta que serviu como liga para a embarcação solicitada pelo conquistador espanhol. Segundo Gruzinski (2001), essa foi uma das primeiras vezes documentadas que um europeu fez uso da borracha amazônica.

Sob o comando de Francisco de Orellana, o bergantim construído com a borracha amazônica foi jogado no Rio Coca no dia seguinte ao natal de 1539. Algum tempo depois, provavelmente já sem o primeiro bergantim, a expedição atinge um rio de proporção bem maior que a do Rio Coca. Eles haviam chegado no Rio Amazonas⁸.

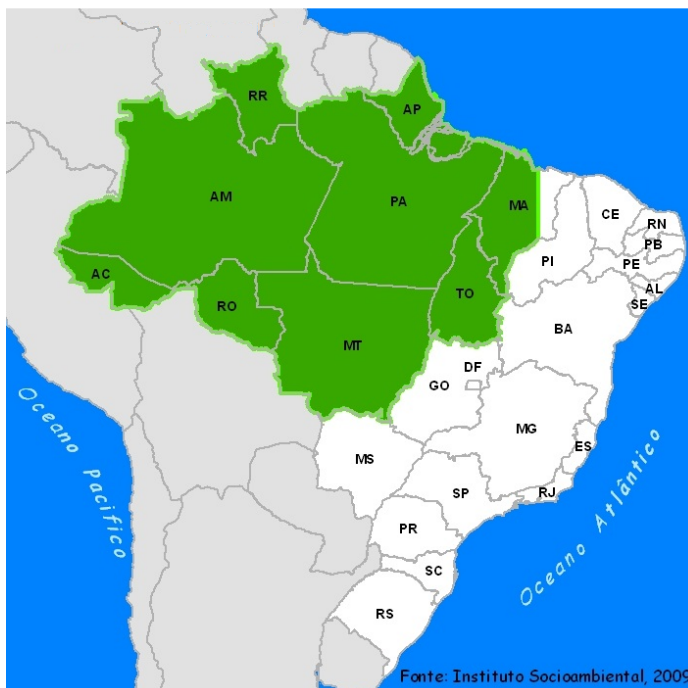
⁸ Gonzalo Pizarro, já desiludido com a expedição, retorna à Quito. O bergantim lançado ao rio Coca foi, então, liderado pelo seu tenente Francisco de Orellana, que seguiria as ordens dadas por Pizarro de seguir o fluxo do rio Coca até a sua foz e, caso não encontrasse indícios de que o

A expedição de Pizarro e Orellana, mesmo não tendo encontrado nem ouro nem prata, foi a primeira a ter cruzado o continente sul-americano de oeste a leste (GRUZINSKI e BERNAND, 2001). Já naquele momento se cogitou desmatar a região para o desenvolvimento da agropecuária. O padre dominicano espanhol Gaspar de Carvajal, que fez parte da expedição liderada por Pizarro e Orellana no século XVI, e que estava no momento em que atingiram o rio Amazonas, escreveu no seu diário: “Es tierra templada y donde se cogerá mucho trigo y se criarán todas frutas y demás desto es aparejada para criar todos ganados” (CARVAJAL *apud* GRUZINSKI e BERNARD, 2001, p.549, n.19).

Todavia, ainda que a expedição espanhola demonstre o quão antigo são as intenções de exploração do território amazônico, foi só em meados do século XX que a Amazônia se viu decisivamente impactada por uma profunda transformação sócio-geográfica que deixou marcas irreparáveis. Durante quase 450 anos de presença estrangeira no território amazônico – de 1500 a 1970 – apenas 2% de todo o imenso território da floresta havia sido destruído, enquanto ao longo de apenas 30 anos, de 1970 a 2000, 14% foi desmatado (LOUREIRO, 2002).

Toda a região da bacia amazônica corresponde a 1/20 da superfície terrestre e a 2/5 da América do Sul, totalizando 7.702.264 km² (mapa 1), sendo que 5.082.539 km² pertence ao Brasil (mapa 2), correspondendo a 54% do território brasileiro, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Além do Brasil, a região amazônica se distribui por oito países compondo a Pan-Amazônia: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Nessa extensa região estão presentes um quinto de toda água doce disponível no mundo, um total de 50 mil km de rios navegáveis, um terço das florestas mundiais latifoliadas, 80% da biodiversidade do planeta e 3,5 milésimos da população planetária (BECKER, 2009; PICOLI, 2006).

Eldorado estaria naquela direção, retornasse. Na junção do rio Coca com o rio Napo, 170 km ao longo do rio Coca, os espanhóis ameaçaram rebelar-se caso Orellana seguisse as ordens de Pizarro e retornasse. Orellana, então, sem contar com a aprovação prévia de Pizarro, decidiu por seguir pelo rio Napo em busca de novas terras para o Rei da Espanha. Seu homens construíram uma embarcação maior. Sob constante ameaça de ataques indígenas, os espanhóis seguiram até a confluência com o rio Amazonas e nele seguiram, por mais de 1200 km, até o encontro com o rio Negro, próximo do que viria a se tornar a cidade de Manaus. Havia nessa área uma tribo nativa denominada Icamíabas. De acordo com as informações que coletaram no decorrer da expedição, os conquistadores entenderam que essa tribo era composta por ferozes mulheres guerreiras. Posteriormente, Orellana narrou ao rei Carlos V sua derrota para as guerreiras que chamou, em referência à mitologia grega, de amazonas. O rio, ainda denominado extra-oficialmente de rio Orellana, foi batizado como rio Amazonas (GRUZINSKI e BERNAND, 2001).

Mapa 1 - Bacia Amazônica**Mapa 2 - Amazônia Brasileira**

No que concerne a porção brasileira, a Amazônia da primeira metade do século XX foi marcada por atividades econômicas cíclicas, incipientes e isoladas, que contavam com atuação também incipiente do Estado brasileiro. Ainda assim, a partir das últimas décadas do século XIX, a região amazônica viu explodir a demanda internacional pela borracha devido à nascente e crescente indústria automobilística norte-americana. Nesse cenário, empreendedores americanos tornaram-se bastante interessados na Amazônia brasileira⁹. Período de extrema prosperidade, o ciclo da borracha, ainda que de forma temporária, quebrou o isolamento da região integrando-a ao mercado mundial e interligando áreas da própria floresta (VELHO, 1972).

Movido pela onda de prosperidade da borracha, foi construída, entre 1907 e 1912, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (HARDMAN, 2005). A construção da ferrovia visava facilitar uma estratégia comercial rudimentar de exportação dos produtos extrativos. Todavia sua conclusão foi freada pelo brusco fim do ciclo da borracha impulsionado pelo seu cultivo no sudoeste asiático. Em 1927, já em um período de intenso declínio do comércio da borracha brasileira, Henry Ford fez um acordo com o governo do Pará para a fundação da Fordlândia. Esse estranho empreendimento tinha como objetivo extrair látex para suprir suas fábricas de automóveis nos Estados Unidos com matéria-prima. Todavia, Fordlândia foi um fracasso devido, entre outros fatores, a incompatibilidades entre a quantidade e a intensidade de trabalho demandado pelo empregador norte-americano e o tanto que os trabalhadores brasileiros estavam dispostos a oferecer (GRANDIN, 2010).

Outras atividades extrativistas coexistiram com o surto de prosperidade da borracha e se beneficiaram dela, como, por exemplo, a extração da castanha (VELHO, 1972). Após o fim do surto extrativista, a mineração e a agropecuária se firmaram na região. Contudo, o caráter cíclico e a incipiência eram ainda marcas constantes em todas as atividades econômicas desempenhadas na Amazônia naquele período. Ainda assim, cada uma delas representou, a seu próprio modo, uma quebra no isolamento da região constituindo *frentes de deslocamento*¹⁰ de populações para Amazônia.

⁹ Segundo Picoli (2006), em 1912, 36% das exportações brasileiras foram destinadas aos Estados Unidos, sendo que 60% de toda borracha comercializada em Nova Iorque era amazônica.

¹⁰ O antropólogo Otávio Velho (1972) definiu essas frentes de deslocamento populacional e ciclos de atividades econômicas como *frentes de expansão*, definidas de acordo com relações cíclicas de produção e condição de trabalho. O termo *frente de expansão* busca expressar o caráter

Em busca de terra e trabalho, em 1937, durante o Estado Novo, o governo brasileiro organizou a *marcha para o oeste*, constituindo mais uma frente de deslocamento populacional (PICOLI, 2006). Mas foi durante a Segunda Guerra Mundial, com a chamada *batalha da borracha*, que um verdadeiro *ajuste espacial*, nos termos definidos por Harvey (2005a), foi implementado através da transferência em massa de nordestinos para a região, ficando conhecidos como os “soldados da borracha”. Com ocupação do sudoeste asiático por tropas japonesas, a produção de látex naquela região ficou impossibilitada. Nesse contexto, segundo Picoli (2006), os EUA se voltam novamente para a Amazônia, a fim de retomar e facilitar a extração e o escoamento da borracha. Além disso, foi criado, em 1942, o Banco de Crédito da Borracha, que posteriormente, em 1950, se tornaria o Banco de Crédito da Amazônia. No entanto, o fim da guerra significou, mais uma vez de forma abrupta, o final desse novo ciclo da borracha.

Os programas de ocupação da região amazônica durante o Estado Novo foram bastante rudimentares, sendo mais objetos de discurso do que práticas efetivas. Ainda assim, foram responsáveis pela transferência de mais de quatro milhões de pessoas de outras regiões do Brasil, em especial do nordeste, para a Amazônia (BECKER, 2009).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, o Brasil se voltou novamente para o oeste. A construção da nova capital implicou obras que visavam à conexão do centro-oeste brasileiro a outras regiões. Nesse período, foram construídas diversas rodovias cujo ponto de partida era Brasília. As rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, interligando regiões da Amazônia de difícil acesso à nova capital, abriram uma nova fase na história da Amazônia. Antes da construção dessas novas rodovias só era possível chegar a Belém por via aérea ou marítima.

Contudo, por mais isolada de outras regiões do país e do mundo que a Amazônia pudesse ser, sua imensa rede de rios navegáveis sempre se constituiu como fator de integração, proporcionando à região um funcionamento sócio-econômico particular baseado no *aviamento*. Por *aviamento* entende-se um sistema de venda e troca de mercadorias a crédito (ARAMBURU, 1994). Sua origem data do período colonial, mas foi durante a batalha da borracha que seu

cíclico e incipiente das atividades econômicas desempenhadas na região amazônica na primeira metade do século XX.

funcionamento se espalhou por toda a porção brasileira da floresta. As várias frentes de povoamento que tomaram conta da Amazônia nos 400 anos de colonização resultaram em uma ocupação descontrolada que dependia de regatões¹¹ e aviadores¹² para transportar, ao longo dos vários rios e igarapés amazônicos, bens de consumo e ferramentas de trabalho para os diversos migrantes que no passado se instalaram na floresta. Estes, por sua vez, pagavam o aviador com produtos extrativos e agrícolas.

Segundo Aramburu (1994), o *aviamento* era uma forma de crédito informal capaz de chegar aos rincões mais escondidos da Amazônia. No entanto, ele dependia também de um sistema de crédito formal, por meio do qual os aviadores financiavam as mercadorias e ferramentas de trabalho que trocavam com produtores e extrativistas. O antigo Banco de Crédito da Borracha, transformado em Banco de Crédito da Amazônia, financiava as firmas aviadoras. Belém era o centro de uma rede de crédito, distribuição e venda baseada na mobilidade do regatão que se aventurava pelas águas amazônicas.

O sistema de crédito do *aviamento* permitia que o aviador oferecesse uma espécie de crédito indireto ao produtor rural, que tinha o acesso a mercadorias garantido mediante a promessa de entrega futura de produtos extrativos (PEREIRA, 2002). Havia um caráter paradoxal inerente ao sistema de crédito do *aviamento* que, ao mesmo tempo em que atrelava o produtor à economia formal, se constituía como um obstáculo à difusão e aprofundamento das relações impessoais de mercado. Os vínculos construídos entre o aviador e o aviado demandam laços de compadrio e de fidelidade pouco compatíveis com a coerência capitalista moderna (ARAMBURU, 1994).

Há, ainda, outro fator que caracteriza o *aviamento* como um entrave para a expansão da coerência capitalista: a forma como as relações de troca se estabeleciam. A troca entre o aviador e o produtor geralmente não se dava pela mediação da moeda. A moeda nacional servia apenas como uma referência de

¹¹ Segundo McGrath (1999), o *regatão* é um comerciante intermediário que viaja entre centros regionais e comunidades através de rios e igarapés, levando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de produtos regionais, agrícolas e extrativistas. Figura controvertida da história amazônica, o *regatão* é ora tido como pioneiro heróico, integrando áreas isoladas da Amazônia aos centros produtores, ora como um atravessador sem escrúpulos, que explorava os pobres da zona rural e roubava comerciantes locais.

¹² O fornecedor de mercadoria é o *aviador*, o que a recebe é o *aviado*.

valor, sendo que a troca em si era concretizada via escambo. Como sustenta Aramburu,

“nesse sistema de crédito sem dinheiro, o escambo anula os princípios jurídicos do mercado ao acabar com um dos seus fundamentos: a liberdade de compra e venda. (...) Ao mesmo tempo em que o sistema constitui um obstáculo à difusão das relações de mercado, o produtor só tem acesso a este a não ser por meio do aviamento. Esse seria o paradoxo criado nas relações entre a modernidade global e o aviamento local.” (ARAMBURU, 1994, p. s/p).

Além disso, o aviador assumia uma série de funções que ocupava o espaço deixado por um Estado ausente. Esse traço fica evidente quando analisado a forma como os produtores rurais amazônicos tinham acesso a tratamentos de saúde (PEREIRA, 2002). O produtor depositava sua confiança no aviador e nele buscava apoio para tratamentos no caso de doenças, pois era o aviador o responsável por fazer o deslocamento tanto dos doentes quanto dos medicamentos ao longo da rede hidrográfica amazônica. Nesse sentido, o *aviamento* monopolizava as relações econômicas e sociais que os produtores rurais amazônicos mantinham com o mercado e com o Estado, e, ao mesmo tempo em que servia como ponte, se constituía como uma barreira à modernização das relações sociais.

Por intermédio dos aviadores, que trafegavam livremente entre as firmas aviadoras e exportadoras de Belém e os rincões amazônicos, os produtores rurais amazônicos entravam em contato com uma sociedade mais ampla não apenas pelas relações de troca. O regatão e o aviador funcionavam como receptor-transmissor de informação (ARAMBURU, 1994; PEREIRA, 2002; GONÇALVES, 2010), levando as *boas novas* dos centros urbanos, como Belém e Manaus, para os cantos mais escondidos da floresta. O *aviamento* unia o mundo do caboclo, por mais isolado que ele pudesse estar, à sociedade regional, nacional e, em última instância, internacional, já que os produtos extrativos trocados com os aviadores eram conduzidos aos centros urbanos e, mesmo que em pequena escala, exportados para os mercados europeus e norte-americanos (ARAMBURU, 1994; PICOLI, 2006). Por essa razão, argumentamos que, ao servir como ponte entre Estado, mercado e produtores rurais amazônicos, o *aviamento* já contribuía para certa inserção, ainda que superficial e paradoxal, da Amazônia na coerência do capitalismo internacional e na divisão internacional do trabalho.

Por meio dessa estrutura institucional baseada no sistema de crédito do Banco de Crédito da Amazônia, nas firmas aviadoras de Belém, nos aviadores e

regatões e em diversos pequenos agricultores, a Amazônia da primeira metade do século XX se constituía como uma *unidade orgânica* (GONÇALVES, 2010). Ainda que superficialmente conectada ao mercado internacional, seu funcionamento não dependia, necessariamente, do humor e das demandas internacionais. Segundo Gonçalves (2010), o Estado brasileiro, através do Banco de Crédito da Amazônia, assegurava a existência de um *bloco histórico amazônico* que durante várias décadas significou o sustento do caboclo, de comunidades ribeirinhas e extrativistas. Além disso, estruturava relações de fidelidade e coesão social unindo rincões dos mais escondidos a centros urbanos como Belém e Manaus.

Porém, a partir de 1966, o governo federal muda o foco de sua política territorial para a Amazônia e desmonta toda a estrutura de crédito que dava sustentação ao sistema do *aviamento* e ao *bloco histórico amazônico* (GONÇALVES, 2010). A ascensão dos militares ao poder significou uma curva em direção à internacionalização da Amazônia que acabou com sua *unidade orgânica*. Um novo momento se abre na história amazônica, deixando para trás um passado de exploração em baixa escala e baseado nas forças endógenas da floresta e indicando um longo presente de forças exógenas cada vez mais definidoras da realidade sócio-geográfica da floresta (BECKER, 2001; 2009).

2.2. Ditadura Militar, regionalismo fechado e Colonialismo Interno

No que concerne à Amazônia, o golpe militar é um marco histórico na forma como seu território foi ocupado, transformado e valorizado do ponto de vista econômico, estratégico e, conseqüentemente, geopolítico (BECKER, 2009; GONÇALVES, 2010; GODFREY, 1989; MARTINS, 2009; PICOLI, 2006). Por meio de um complexo e profundo processo de produção do espaço pela ação direta do Estado, os governos militares estabeleceram o controle técnico e político da região. Baseados em um discurso desenvolvimentista-nacionalista, que proclamava a necessidade de se garantir a integridade regional e a soberania brasileira pela *integração* da floresta a outras regiões do Brasil, os militares desmontaram a estrutura que sustentava o *bloco histórico amazônico* (GONÇALVES, 2010), introduzindo atores exógenos e constituindo novas

alianças. Dessa maneira, o regime militar, sob o slogan *Pra Frente Brasil*, inseriu, definitivamente, o território amazônico na *zona de coerência* (BRAUDEL, 2009) do capitalismo mundial.

Nesse momento histórico do século XX, ainda não estavam constituídas as bases econômicas e sociais que resultaram na liberalização econômica e na transnacionalização das capacidades produtivas, características fundamentais da globalização. Ou seja, o regime de fronteiras associado ao Estado-Nação e seu poder soberano e exclusivo ainda não havia sido desafiado, e a autoridade formal do Estado ainda não estava, como argumenta Sassen (2010), trincada. A Guerra-Fria, no seu auge, constituía barreiras, em alguns lugares até mesmo físicas, para o livre fluxo de capital que sustenta as dinâmicas atuais do capitalismo global.

Somado a esse contexto global, o governo ditatorial avaliava que havia ameaças internas¹³ à soberania e à ordem e estabilidade institucional brasileira, o que legitimava a criação de toda uma máquina de repressão. Na avaliação dos militares, o território amazônico estava sob constante ameaça de invasão, tanto interna quanto externa, e por isso devia ser definitivamente incorporado à estratégia desenvolvimentista por vias que, como demonstraremos mais adiante, remetem ao que Casanova (2006) define como *colonialismo interno*. A Guerrilha do Araguaia¹⁴, enfrentada pelo exército brasileiro em 1972, é um bom exemplo de como, na perspectiva militar, forças internas representavam constante ameaça à integridade amazônica.

Sob o slogan *integrar para não entregar*, os militares entendiam que a integração da região amazônica aos interesses nacionais seria a forma mais viável de garantir soberania sobre aquele território. Até a década de 1970, contudo, o plano de integração da Amazônia desenhado pelos militares não sugeria a integração com as regiões amazônicas dos outros Estados. O plano do *integrar*

¹³ Por meio do intercâmbio de militares brasileiros ao National War College, nos Estados Unidos, por ocasião da Segunda Grande Guerra, os militares brasileiros aprenderam que a questão da *defesa nacional* não “se tratava mais de fortalecer o ‘poder nacional’ contra eventuais ataques externos, mas contra um ‘inimigo interno’, que procurará ‘solapar as instituições’” (ARNS, 1986, p. 70).

¹⁴ Formada por integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Guerrilha do Araguaia tinha por objetivo fomentar uma guerra popular revolucionária antiimperialista através da criação de uma zona livre no sul do Pará. A estratégia da guerrilha se pautava nas guerras revolucionárias bem sucedidas em Cuba e na China. Na perspectiva dos militares, que avaliavam o território amazônico como um espaço aberto e desocupado, à espera de um projeto modernizador que o integraria a sociedade brasileira, a Guerrilha do Araguaia significava uma ameaça à *defesa nacional* tão séria quanto a invasão de qualquer Estado estrangeiro (SALES, 2007).

para não entregar visava a integração da Amazônia às dinâmicas econômicas e sociais de outras regiões do Brasil como forma de impor na floresta a mesma soberania e modelo econômico que o governo brasileiro já exercia sobre outras porções do território nacional (PICOLI, 2006). Foi somente quando, como argumentaremos com mais detalhes ainda nesse capítulo, a questão ambiental e o direito ao desenvolvimento passaram a ocupar posição central na agenda internacional que o governo brasileiro se empenhou na concretização do antigo plano do Itamaraty de integração regional com os Estados amazônicos (RODRIGUES, 2009).

A dimensão nacional do projeto integracionista militar, que tinha, entre outros objetivos, transformá-la em uma alavanca para o desenvolvimento econômico nacional (PICOLI, 2006), foi concretizado pela criação de uma estrutura jurídico-financeira e de uma infra-estrutura de fixos que visavam preparar o território para a instalação de empreendedores de outros lugares do Brasil e do mundo. Por outro lado, ao que diz respeito à política externa brasileira daquele período, os militares, preocupados com a ingerência internacional que colocava em xeque não só sua soberania sobre aquele território, mas também seu direito de desenvolver mediante o uso dos recursos amazônicos, concretizaram, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978, o antigo projeto do Itamaraty de integração internacional regional da Amazônia. Dessa forma, os militares sublinharam a importância de uma integração amazônica tanto na dimensão nacional quanto na internacional. Em ambas as dimensões as medidas tomadas pelo governo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 acarretaram na inserção da Amazônia no *regionalismo fechado*.

De forma paradoxal, a instalação de uma superestrutura jurídica e financeira, de infra-estruturas fíncadas no território e da consolidação de um tratado de cooperação internacional, que inseriram a Amazônia num contexto de *regionalismo fechado*, iniciou um processo de alta internacionalização do território amazônico. Foi nesse período da história amazônica que empresas e empreendedores, tanto nacionais quanto internacionais, encontraram condições para se fixarem na região (GONÇALVES, 2010).

O *Plano de Integração Nacional* dos militares garantiu que o grande capital extra-regional, tanto nacional quanto internacional, se internalizasse no

espaço amazônico. Porém, e esse é um detalhe crucial, esse capital extra-regional seria liderado e limitado pelo Estado brasileiro soberano. Delfim Neto, Ministro da Fazenda (1967 e 1974), da Agricultura (1979) e do Planejamento (1979 e 1985), afirmava que:

O plano de integração nacional representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira. Por isso estamos convocando todos os empresários. **Para que eles se unam com o governo neste lance definitivo da conquista da Amazônia.** Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo país. (NETO apud GONTIJO, 1970, p.56) (grifo nosso)

Criado em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra consagrou a idéia de que a divisão do espaço em grandes propriedades modernizadas era um objetivo a ser estimulado (GONÇALVES, 2010). O Estatuto da Terra cumpria a importante função de construir um mercado de terras que fosse acessível aos empresários nacionais e estrangeiros. De certa forma, caberia a esses empresários a modernização amazônica por meio de atividades industriais e agropecuárias. Já no primeiro artigo do Estatuto, ficam claras as metas estabelecidas: reforma agrária e promoção de uma política agrícola. O Estatuto define política agrícola como:

Conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (BRASIL, 1964)

O Estatuto proporcionou que uma verdadeira reforma agrária capitalista tomasse conta da floresta. Seu principal objetivo era, por meio da abertura de novos espaços à penetração do complexo agroindustrial, aumentar a produtividade e capacidade de acumulação, convertendo a Amazônia num território lucrativo. O Estatuto possibilitou a diversos atores exógenos, interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios, enxergar o território amazônico como uma grande *fronteira de ocupação*¹⁵.

Ao projeto de ocupação da Amazônia pelos militares, o Estatuto da Terra serviu como instrumento jurídico para a consolidação de um longo processo de *acumulação primitiva* (MARX, 1990), no qual o camponês vê seus meios de

¹⁵ Segundo Becker (2001; 2009) e Martins (1995; 2009) a noção de *fronteira de ocupação* refere-se a um espaço não plenamente estruturado, desprovido de forças sociais próprias capazes de sustentar atividades econômicas rentáveis, e encarado como se estivesse à espera de modernização, desenvolvimento e progresso.

subsistência lhe sendo arrancados e se vê obrigado a se subjugar à vontade daqueles que passam a deter o monopólio desses meios¹⁶. Segundo Gonçalves (2010), por meio do Estatuto da Terra e da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁷, os governos militares promoveram a conversão de grandes grupos empresariais em proprietários de longas extensões de terra¹⁸. Os militares consolidaram, assim, uma situação na qual as condições de trabalho e produção dependiam do arbítrio do grande empresário, então convertido em proprietário da terra, reproduzindo formas de dominação, coerção e violência que em vários momentos passava pelo trabalho escravo (MARTINS, 1995).

Além de construir uma estrutura jurídica que possibilitava a entrada de grandes grupos empresariais em um desleal mercado de terras, os sucessivos governos militares constituíram uma estrutura financeira baseada em incentivos fiscais, promovendo desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. Esses incentivos, cuja função era facilitar a acumulação (PICOLI, 2006), asseguraram e efetivaram a instalação de grandes grupos econômicos na região. Por meio de recursos públicos, os governos militares, de maneira paradoxal, aprofundaram a consolidação da internacionalização da Amazônia.

¹⁶Segundo Karl Marx (1990), “the so-called primitive accumulation, therefore, is nothing else than the historical process of divorcing the producer from the means of production. It appears as ‘primitive’ because it forms the pre-history of capital, and of the mode of production corresponding to capital. (...) Hence the historical movement which changes the producers into wage-labourers appears, on the one hand, as their emancipation from serfdom and from the fetters of the guilds, and it is this aspect of the movement which alone exists for our bourgeois historians. But, on the other hand, these newly freed men became sellers of themselves only after they had been robbed of all their own means of production, and all the guarantees of existence afforded by the old feudal arrangements. And this history, the history of their expropriation, is written in the annals of mankind in letters of blood and fire”. (MARX, 1990, p. 874 - 875)

¹⁷ Segundo informação colhida no sítio oficial do INCRA na internet, “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais”. Mais informações no endereço http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=36&Itemid=56 (último acesso 12/01/2012).

¹⁸ Gonçalves (2010) argumenta que, desde o período colonial, contudo, o campesinato brasileiro vem sofrendo com imposições governamentais que beneficiam grandes produtores. A Lei das Sesmarias, determinação da coroa portuguesa no século XVI, dividiu o território colonial em grandes latifúndios cujos proprietários eram colonos portugueses que recebiam as terras diretamente da coroa. Em 1850, já no apogeu do período imperial, a Lei de Terras estabeleceu que só seriam válidos títulos de propriedade que tivessem sido adquiridos mediante operação de compra e venda. Nesse sentido, afirmamos então, que o Estatuto da Terra, mais de cem anos depois, finalizaria um longo processo de *acumulação primitiva*.

Essa estrutura financeira se baseava na atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada por meio da Lei 5.173 de 27/10/1966, e no Banco da Amazônia (BASA)¹⁹, que fora transformado em um agente da política financeira do governo federal para o desenvolvimento da região. Segundo Martins (2009) e Picoli (2006), por intermédio da SUDAM e do BASA, o governo federal concedia às empresas um desconto de 50% do imposto de renda devido por empreendimentos situados em áreas mais desenvolvidas do país. O dinheiro descontado seria depositado no BASA e forneceria 75% do capital caso a empresa tivesse algum projeto de investimento destinado à região amazônica. Por meio desse plano de incentivos, o investidor entraria com somente 25% de recursos próprios para desenvolver algum tipo de atividade agro-industrial no interior da região denominada Amazônia Legal, além de ter diminuído o imposto devido por outros investimentos em outras áreas do país.

Criado por Getúlio Vargas em 1953, o conceito de Amazônia Legal Brasileira²⁰ (ALB) permitiu que todo o território amazônico passasse a ser visto como uma unidade passível de ser controlada e ocupada. Contudo, foi em 1966 que esse conceito se tornou um imperativo na forma como a região amazônica passou a ser tratada pelo Estado. Fruto de demandas e necessidades políticas, a idéia de Amazônia Legal consolidou-se como menos um imperativo geográfico e mais um conceito político (SILVA, 2004), sendo bastante útil para os planos de ocupação e transformação sócio-geográfica dos governos militares. Os limites da ALB delimitam a área de atuação do BASA e das políticas de incentivos fiscais.

Além disso, foi criada, em 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), cuja função era promover investimentos e atrair empreendimentos para a industrialização da região (GONÇALVES, 2010). Por meio da SUFRAMA o governo federal criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), que objetivava consolidar uma base econômica na Amazônia Ocidental, possibilitando a instalação de indústrias tecnológicas no coração da floresta. Até os dias de hoje, a ZFM é responsável por meio milhão de empregos

¹⁹ Na década de 60, o Banco de Crédito da Amazônia, que em sua origem era chamado de Banco de Crédito da Borracha, se torna somente Banco da Amazônia (BASA).

²⁰ A Amazônia Legal Brasileira (ALB) é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e a parte oeste do meridiano 44 do estado do Maranhão. Sua área é de 5.109.812 km² e representa 60% do território brasileiro.

principalmente nas áreas de eletroeletrônicos, duas rodas e químicos²¹. Já naquele período, os militares fixaram a exportação de produtos amazônicos como a principal meta a ser conquistada. Como afirmava repetidamente Delfim Neto, “exportar é o que importa” (NETO *apud* PICOLI, 2006, p. 47).

Foi por meio da íntima relação entre Estado e empresas privadas, nacionais ou internacionais, que a Amazônia brasileira foi definitivamente integrada ao modelo de coerência capitalista. Ao longo da ditadura, mais de 600 empresas transnacionais passaram a investir maciçamente na região (GONÇALVES, 2010). O capitalismo, sob liderança do Estado brasileiro, era, então, simultaneamente produzido por vias de *acumulação primitiva* e reproduzido por investimentos de conglomerados transnacionais – facilitados por incentivos fiscais – que visavam a circulação das mercadorias amazônicas por todo o globo.

Ainda assim, toda a estrutura jurídica e financeira criada pelo governo federal durante a ditadura militar brasileira não seria suficiente para a conquista da Amazônia e sua inserção na *zona de coerência* capitalista sem a criação de uma infra-estrutura fixa que garantisse mobilidade e energia para as empresas lá instaladas. Mário Andreazza, Ministro dos Transportes (1967 a 1974) e do Interior (1979 a 1985), argumentava que o problema do desenvolvimento da Amazônia seria sanado a partir da criação de uma estrutura de transportes e de comunicação na região (GONTIJO, 1970). Esta se constituiria como uma alavanca para o estabelecimento do capitalismo na floresta amazônica e, por consequência, para a integração da região aos planos econômicos brasileiros.

De todos os grandes projetos que marcaram esse período da história amazônica, talvez o mais emblemático tenha sido a estrada conhecida como Transamazônica. Partindo de João Pessoa e Recife, a estrada se unificaria em Picos, no Piauí, seguindo até Cruzeiro do Sul, no Acre. De lá, o empreendimento brasileiro encontraria com sua contraparte peruana interligando o Oceano Atlântico ao Pacífico por uma única rodovia (MORAIS, 1970). A estrada seria o instrumento de mais um grande projeto de *ajuste espacial* interno que possibilitaria, novamente, o escoamento de um grande contingente de nordestinos famintos e pouco hidratados para a Amazônia, onde poderiam trabalhar nos diversos projetos governamentais e nas empresas que se instalaram na região.

²¹ As informações sobre a SUFRAMA e a Zona Franca de Manaus foram coletadas no site http://www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm (último acesso em 19/09/2011)

Como afirmava Costa Cavalcanti, Ministro das Minas e Energia (1967 a 1969) e do Interior (1969 a 1974),

a preocupação do governo é integrar as duas regiões, ligando-as por uma estrada que permitirá levar novos habitantes para a Amazônia e novos recursos para o Nordeste. (CAVALCANTI *apud* GONTIJO, 1970, p.57).

A estrada era peça como fundamental para o *Programa de Integração Nacional*, pois ao garantir a mobilidade de pessoas e mercadorias ao longo do território amazônico, abria, literalmente, caminhos para a construção de um conjunto de infra-estruturas paralelas que, além de suprir a obra da Transamazônica com recursos e matéria prima necessárias, aprofundava a dominação e a integração da região amazônica aos objetivos estatais.

Nesse contexto, diversas usinas de eletricidade foram construídas nesse momento, o que demandava estudos sobre a vazão dos rios amazônicos e sua potencialidade hidrelétrica. Essas usinas, além de suprir as demandas energéticas da construção da transamazônica, passavam a gerar energia para os centros urbanos em ascensão nos estados do Pará e Amazonas. Foi o caso da Usina Hidrelétrica Curuá-Una, que teve suas obras impulsionadas devido a importância da energia que geraria na implantação da transamazônica próxima à região de Santarém (LEMOS, 2007)

A construção da transamazônica, projeto faraônico nunca concluído, demandou entradas profundas em regiões ainda inexploradas da floresta com o objetivo de abrir o território para a estrada. No seu rastro, iam pessoas diversas com sonhos e interesses ainda mais diversos. A atividade do garimpo teve um crescimento relevante na região amazônica a partir do início das obras da transamazônica (MORAIS, 1970). A abertura de clareiras no meio da mata permitia que pequenas pistas de pouso fossem construídas, garantindo mobilidade tanto para os trabalhadores do garimpo quanto para o ouro garimpado. Além disso, a transamazônica foi peça chave na confirmação do potencial mineral do Pará (GONTIJO, 1970).

O advento da transamazônica ocasionou em mais uma fase de ocupação desorganizada, movida pelo deslocamento de garimpeiros para rincões da floresta, e abriu o território para ser explorado por grandes empresas mineradoras. Assim, ao mesmo tempo em que expandia o acesso e controle estatal sobre o território amazônico, a estrada levava consigo a precariedade do trabalho no garimpo,

regulado não por sólidas leis trabalhistas, mas por relações de força e poder que quase sempre envolviam endividamento e armas, dando origem à *escravidão do ouro*²².

Além disso, a transamazônica significou um novo momento nas relações entre indígenas e Estado. Só no primeiro trecho, entre Jacareacanga, no Pará, e Humaitá, no Amazonas, a estrada atravessaria terras de oito nações indígenas (GONTIJO, 1970). A construção da estrada, em diversos momentos, significou o primeiro contato entre várias tribos e o homem branco. Mas mesmo entre as tribos que já haviam estabelecido contato, a chegada da estrada significou transformações irreparáveis (MORAIS, 1970).

Durante o período de mais força do *aviamento*, regatões e aviadores mantinham contato com várias tribos. Essa relação, por mais que já constituísse uma ponte entre o mundo indígena e o ocidental brasileiro, não colocava em disputa a terra indígena. No entanto, nesse novo contexto, os militares expandiam o alcance geográfico da estrutura jurídico-financeira que sustentava suas estratégias desenvolvimentistas. As terras indígenas eram, assim, inseridas nos termos do Estatuto da Terra, passando a ser disputadas em um mercado de terras no qual os indígenas não tinham condição nenhuma de assegurá-las. Dessa forma, a estrada, além de convergir com a necessidade do estabelecimento de vias de transporte que integrasse fisicamente a região, funcionava como uma via de conquista, abrindo o território para sua colonização pelo Estado brasileiro.

Argumentamos, então, que toda a estrutura jurídico-financeira, assim como outros grandes projetos²³ de construção de infra-estrutura que impactaram

²² Segundo Ricardo Gontijo (1970), “normalmente o garimpeiro tem dois padrões: o dono da terra onde ele instalou seu garimpo e o comerciante que fez o campo de pouso para os taxis-aéreos. Sua história começa quando ele cisma (por experiência própria ou por informações passadas de pai para filho) que em determinado local de um igarapé existe ouro. Vai então à cidade, compra fiado no armazém, abastecendo-se por muito tempo (dias ou meses), toma uma canoa de motor ou a remo e vai para aquele local (que passa a ser um ponto de garimpo). (...) Quando o caboclo não é o dono do ponto, mas apenas empregado de um proprietário da terra que explora o minério da área, suas dívidas ficam anotadas no armazém do patrão, normalmente funcionando no próprio garimpo. Essa conta também é – normalmente – insolúvel: o garimpeiro nunca consegue pagar o que deve, porque não sabe fazer contas, fiscalizar seus gastos. O ciclo se fecha em torno do homem que enfrenta na selva a *escravidão do ouro*: por causa das dívidas, ele não pode abandonar o garimpo (em caso de fuga, acaba assassinado numa emboscada na selva). E quanto mais aumentam essas dívidas, maior é sua esperança de conseguir mais jazidas que possam libertá-lo e, afinal, enriquecê-lo tanto quanto o patrão. Nessa ilusão, o caboclo trabalha até a morte” (GONTIJO, 1970, p. 86 - 87).

²³ Além da transamazônica, diversos outros grandes projetos serviram como instrumento do *colonialismo interno* dos militares, constituindo-se como enclaves que trouxeram poucos

diretamente na configuração sócio-geográfica da floresta, foram instrumentos de *colonialismo interno* (CASANOVA, 2006) utilizados pelo governo brasileiro para se impor sobre o território amazônico. A noção de *colonialismo interno*, como analisada por Casanova (2006), é análoga ao conceito clássico de colonialismo, ou seja, refere-se a fenômenos de conquista, submissão e opressão de algumas sociedades por outras. A diferença entre o *colonialismo clássico* e o *interno* é que o centro gerenciador dos mecanismos que garantem essa dominação não é um Estado estrangeiro, situado em outra jurisdição territorial, mas é o próprio Estado soberano que detém o controle direto sobre o território. Por isso o termo *interno*, que denota que um aparato administrativo impõe assimetrias e hierarquizações a todos que se situam no interior de sua jurisdição.

Casanova (2006) argumenta que os processos que consolidam o *colonialismo interno* seriam sustentados, direta ou indiretamente, pelos interesses e demandas daquilo que é definido, conjunturalmente, como questão nacional. No caso do regime militar, definia-se como questão nacional a necessidade de integração de todas as regiões do Brasil como forma de manter a integridade territorial sob o poder soberano do governo federal. A inserção de zonas de fronteira, como a amazônica, nas dinâmicas capitalistas pode ser analisada sob essa perspectiva. Ao garantir a presença de grandes empresas nacionais e internacionais na região, os militares afastavam a possível ameaça estrangeira ao mesmo tempo em que desenvolviam as potencialidades produtivas da região.

Os instrumentos de *colonialismo interno* aqui citados – Estatuto da Terra, programas de incentivos financeiros e projetos de desenvolvimento de infraestrutura – serviram para inserir a Amazônia em um contexto bidimensional de *regionalismo fechado* que preparava seu território para a implantação do modelo de coerência capitalista. Na dimensão nacional do processo de integração regional amazônica, o *colonialismo interno* foi instrumento fundamental para a concretização da estratégia brasileira. O governo brasileiro criou um aparato jurídico-financeiro que impôs um contexto de assimetrias, hierarquizações,

benefícios para as populações locais. Entre vários outros projetos podemos citar: o projeto Radar da Amazônia (RADAM), executado nos anos 70, cuja finalidade era levantar o potencial madeireiro, da fertilidade do solo e da existência de minérios da região. Mais informações sobre o RADAM podem ser encontradas em <http://www.projeto.radam.nom.br/apresentacao.html>; os projetos do Grande Carajás e das barragens de Tucuruí, projetos complementares que visavam a exploração da capacidade mineral da região do Carajás, no estado do Pará (SANTOS, 2002).

submissões e opressões cuja finalidade era garantir sua presença soberana, ao mesmo tempo em que reconstruía a região de acordo com as práticas dominantes do capitalismo. Dessa forma, argumentamos que, no caso da atuação brasileira no território amazônico nas décadas de 1960 e 1970, as noções de *regionalismo fechado* e *colonialismo interno* são complementares, sendo o segundo um instrumento para o primeiro.

Além disso, os instrumentos de *colonialismo interno* do regime militar produziram grandes enclaves, como o Grande Carajás e a transamazônica, que aprofundaram e solidificaram um cenário no qual as expectativas das populações locais eram previamente estabelecidas e limitadas. Os grandes projetos de infraestrutura, que visavam preparar o território para sua inserção num regime de acumulação capitalista, ao fomentar um mercado desleal de terras, que claramente privilegiava forças exógenas em detrimento das populações que tradicionalmente ocupavam o território amazônico, combinavam elementos de *acumulação primitiva* (MARX, 1990) com uma especialização subordinada dessas populações tradicionais na divisão do trabalho. Assim, era consolidado um cenário de modernização segregadora entre aqueles que se inserem nos processos de acumulação formal, como os engenheiros e outros tipos de profissionais especializados que se deslocam de outras regiões do país para trabalhar nos projetos, além da massa de ex-produtores rurais que, sem a posse de sua terra, se converteram em mão-de-obra barata para as grandes obras de infra-estrutura, e aqueles condenados a permanecerem à margem dos processos formais.

Quando as bases econômicas e sociais da *nova geografia* (SASSEN, 2010) da globalização se consolidaram no cenário internacional e passaram a ser internalizadas pelos Estados, entre as décadas de 1980 e 1990, a porção brasileira da Amazônia já contava com a presença de grandes empreendedores transnacionais. Dessa forma, a transição do *regionalismo fechado* para o *aberto*, sob a liderança do então presidente Fernando Henrique Cardoso, contou com estruturas e recursos que facilitaram sua consolidação, pois o território amazônico já havia sido ocupado por forças sociais do capitalismo.

Antes de analisarmos a instalação e os impactos do *regionalismo aberto* na Amazônia, é imperativo que analisemos a dimensão internacional da integração regional amazônica a partir do Tratado de Cooperação Amazônica.

2.3. O Tratado de Cooperação Amazônica e o Regionalismo Fechado

O governo brasileiro foi precursor em propor a construção de um cenário de cooperação regional amazônica, ora por motivos de segurança, ora por anseios que contemplavam sua estratégia de desenvolvimento nacional. Entre as décadas de 1940 e 1970 houve diversas tentativas protagonizadas pelo Brasil de estabelecer cooperação entre Estados amazônicos²⁴. Já na 1ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas Para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), em 1946, o Brasil apresentou um projeto de criação de um instituto internacional de pesquisas científicas na Amazônia, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) (RODRIGUES, 2009). A idéia era captar recursos para desenvolver pesquisas que possibilitassem ações específicas regionais, tanto científicas quanto políticas. O esforço brasileiro em fomentar um cenário de cooperação regional na Amazônia na década de 40 respondia aos interesses desenvolvimentistas do Estado Novo e aos anseios de que a região, cujas potencialidades ainda eram pouco conhecidas naquele momento, pudesse vir a ser foco de ingerências internacionais.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil retira o foco de sua política externa regional da Amazônia, sendo somente após o golpe militar de 1964 que a região ganha novamente destaque na agenda interna com o *Programa de Integração Nacional*. Nesse período, o Brasil concentrou seus esforços diplomáticos na promoção de acordos e tratados com países do leste e do sul do continente sul-americano. Como reflexo desse período foi firmado, em 1969, o Tratado da Bacia do Prata, cujo objetivo era:

²⁴ No livro intitulado *Nova Política do Brasil*, o ex-presidente Getúlio Vargas defendia que a necessidade de um cenário de cooperação amazônico se originava na extensão geográfica da bacia amazônica que transcendia fronteiras políticas: “As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam ao seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão de sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside a relação dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico” (VARGAS, 1944, p. 3).

“conjugar esforços com o objeto de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável”²⁵ (TRATADO DA BACIA DO PRATA, 1969).

Na década de 1970, a questão ambiental passa assumir posição central em fóruns e conferências internacionais. Nesse novo contexto, estratégias desenvolvimentistas que se baseavam na utilização intensiva de recursos naturais são colocadas em xeque. O Clube de Roma, criado em 1968 e composto por cientistas, industriais e políticos de todo o globo, tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. Redigido por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT) chefiada pela cientista Donella Meadows, e solicitado pelo Clube de Roma, o relatório *Limites do Crescimento* (MEADOWS et al., 1972) trouxe à tona a noção de *crescimento zero*, que trazia em seu bojo contra-argumentos ao padrão de desenvolvimento estabelecido²⁶.

Em 1972, a Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas, teve como foco central questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. A emergência dessas questões na agenda das Nações Unidas, somada à idéia de *crescimento zero* defendida no relatório encomendado pelo Clube de Roma alguns anos antes, trouxe um embate acerca do modelo de desenvolvimento que, em resumo, estabeleceu um contexto de animosidade entre os países desenvolvidos, que queriam o recuo do crescimento a qualquer preço, e os países em desenvolvimento, que sublinhavam o direito de desenvolverem-se. Nesse contexto, o Brasil liderou um grupo de 77 países em via de desenvolvimento que acreditavam que a preocupação ambiental era uma forma de limitar o direito ao

²⁵ O Tratado da Bacia do Prata, firmado entre os governos das Repúblicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, representados na I Reunião Extraordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, realizada em Brasília nos dias 22 e 23 de abril de 1969, pode ser encontrado na íntegra no sítio http://www2.mre.gov.br/dai/m_67084_1970.htm (último acesso em 08/01/2011).

²⁶ Em uma entrevista de 2008, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso comentou acerca deste relatório: “Que eu me lembre, sim. A idéia do Clube de Roma era de crescimento zero. Isso criou uma incompatibilidade com os países em desenvolvimento. Naturalmente, a esquerda brasileira era contra. E eu também, claro. Ora, a idéia naquele tempo era o desenvolvimento como algo central. O Clube de Roma queria crescimento zero por acreditar que há bens que são limitados. Mas a sensação comum era de que tudo seria ilimitado – o ar e os mares estariam sempre disponíveis, sem problemas. Não havia noção de limites”. A entrevista está disponível na íntegra no sítio <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3676&bd=1&pg=1&lg=> (último acesso em 08/01/2011).

desenvolvimento e manter o cenário de assimetria e dependência entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (RODRIGUES, 2009).

O grupo de países em desenvolvimento que, sob a liderança brasileira, se articularam contra os discursos anti-desenvolvimentistas dos países desenvolvidos, incluía, entre outros, os Estados amazônicos. Estes, por sua vez, já estavam comprometidos em programas domésticos de desenvolvimento que envolviam a exploração direta dos recursos de suas porções da Amazônia. Ademais, além de colocar em xeque estratégias desenvolvimentistas, a emergência das questões ambientais nos fóruns internacionais aumentava a pressão para a internacionalização da Amazônia como forma de protegê-la das aspirações exploratórias dos Estados que detinham soberania sobre seu território. Abria-se, então, um cenário que demandava algum tipo de medida de proteção por parte dos Estados em desenvolvimento.

Já no ano de 1967, na 1ª Reunião de Manaus, a chancelaria brasileira sublinhou a importância de uma integração física regional da Amazônia. Posteriormente, esse tema seria artigo fundamental do Tratado de Cooperação Amazônica. Mesmo formalizado somente em 1978, o Itamaraty já vinha trabalhando nas bases do tratado desde a década de 1960. O interesse da diplomacia brasileira de concretização de um cenário de cooperação amazônica, que desde a década de 1940 já se esboçava e que durante as décadas de 1950 e 1960 permaneceu desaquecido, ganha na emergência internacional das questões ambientais e na pressão pela internacionalização da Amazônia um forte elemento catalisador, finalmente concretizando um cenário propício para a consolidação de um tratado de cooperação.

O Tratado de Cooperação Amazônica, apresentado como proposta concreta pelo Itamaraty em 1976, formalizado em 1978 e homologado junto às Nações Unidas em 1980 (RODRIGUES, 2009), surge como uma solução tanto para as pressões internacionais que colocavam em xeque a soberania dos Estados sul-americanos sobre a Amazônia e seu direito ao desenvolvimento pela exploração dos recursos amazônicos. O TCA serviu como blindagem às crescentes pressões internacionais, pois demonstrou à comunidade internacional que os países amazônicos se comprometiam em cuidar de seus territórios amazônicos em sua completude, sem abandonarem suas estratégias e

compromissos desenvolvimentistas. Nesse sentido, o TCA buscou consolidar um *regionalismo* que proporcionasse aos Estados amazônicos cooperarem no manejo de seus territórios ao mesmo tempo em que tornava a Amazônia fechada às ingerências internacionais.

Como forma de costurar um tratado que não inflamasse ainda mais os discursos em defesa da internacionalização da região amazônica, a ênfase dada à soberania de cada Estado sobre o território amazônico vinha acompanhada pelo reconhecimento de que o equilíbrio entre crescimento econômico e proteção ambiental é fundamental. Por essa razão, o texto do tratado, já em seu preâmbulo, expressa certa busca por uma *via média* entre soberania, desenvolvimento e proteção ambiental:

(...) CONSIDERANDO que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente;

CÔNSCIAS de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia; (...) (TCA, 1978)

As Partes Contratantes reforçam o compromisso de construir suas políticas públicas de acordo com seus imperativos nacionais, que passa a envolver, também, a preservação do meio ambiente. Assim, ao assimilar o discurso preservacionista que emergiu no cenário internacional naquele contexto, o TCA blindou a região amazônica de possíveis ingerências internacionais.

Como já dissemos no capítulo 1, segundo Herz e Hoffmann (2004), o *regionalismo fechado* se inseria num contexto fortemente marcado por questões de segurança internacional, reflexo da estratégia norte-americana de contenção de aspirações políticas díspares com suas próprias concepções. Estados buscavam se integrar como forma de protegerem-se de possíveis instabilidades internacionais. No que diz respeito à economia política internacional, o *regionalismo fechado* também reflete a busca por segurança. O contexto econômico da época era marcado por profundas assimetrias e relações de dependências.

Na América Latina, a CEPAL sublinhava a importância de processos de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) como forma de prezar pela integridade econômica e industrial da região (CORAZZA, 2006). A ISI

corroborava a avaliação da CEPAL de que os países latino-americanos, ainda pouco industrializados, não podiam competir em iguais condições com países em estágio de desenvolvimento industrial mais elevado, como os EUA e países da Europa ocidental. Nesse contexto, havia também a avaliação que regimes internacionais, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)²⁷, aprofundariam o contexto de assimetria econômica/industrial, significando mais dificuldades para o desenvolvimento industrial da América Latina. Assim, no âmbito do *regionalismo fechado*, os países buscavam uma integração regional que os protegesse e garantisse condições para que desenvolvessem sua base econômica e industrial sem interferências internacionais.

O texto TCA não se refere diretamente à questão da Industrialização por Substituição de Importações. Todavia, busca construir um contexto propício para o desenvolvimento de cada um dos países, sempre frisando que a exploração e uso dos recursos naturais amazônicos é objeto de decisão soberana de cada um dos países. O Artigo IV do tratado deixa esse ponto bem claro:

“As Partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional” (TCA, 1978).

Nesse sentido, ainda que o TCA frise a importância de “estabelecer estreita colaboração nos campos da pesquisa científica e tecnológica” (TCA, 1978), não foi objetivo do tratado, ao menos no momento de sua assinatura, constituir na Amazônia um cenário de desenvolvimento compartilhado entre os Estados. O tratado visava a construção de um cenário que possibilitasse que cada país conduzisse suas próprias estratégias desenvolvimentistas, consolidar suas bases industriais e mercado doméstico, e, dessa forma, conduzir um desenvolvimento harmônico de toda a região amazônica.

Ainda assim, havia a intenção de criar uma infra-estrutura que aumentasse o grau de integração física entre os países. O Artigo X versa sobre esse objetivo:

“As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infra-estrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Consequentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e telecomunicações, **tendo em conta**

²⁷ Do inglês: *General Agreement on Tariffs and Trade*.

os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais” (TCA, 1978) (Grifo nosso).

Fica claro que qualquer intenção de integração é limitada pelas estratégias e aspirações de cada País Contratante, sendo que o texto do tratado toma muito cuidado em frisar esse ponto, como demonstra a parte que grifamos do Artigo X. Assim, entendemos que é possível argumentar que o TCA visa constituir um *regionalismo* que se volta para a construção do desenvolvimento em escala nacional, e não regional. O desenvolvimento de toda região seria reflexo do desenvolvimento nacional de cada porção amazônica. A integração regional completa, por meio da constituição de estratégias e políticas desenvolvimentistas compartilhadas, era processo avançado demais para a época.

Rubens Ricupero, em um artigo para a Revista de Informação Legislativa sobre o Tratado de Cooperação Amazônica, enumera os cinco princípios fundamentais do tratado. São eles:

- i. Competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- ii. Soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- iii. Cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- iv. Equilíbrio e harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica;
- v. Absoluta igualdade entre todos os parceiros. (RICUPERO, 1984, p. 186)

A simples existência do tratado já era suficiente para garantir esses objetivos, pois funcionava como um instrumento que demonstrava para a comunidade internacional, no âmbito das Nações Unidas, o comprometimento dos Estados com a preservação da floresta, ao mesmo tempo em que mantinha vivo o direito à soberania. Nesse sentido, de 1978 a 1989 o tratado permaneceu inativo, não apresentando nenhum projeto que visasse a integração de fato do território amazônico. Assim, a intenção de construir uma infra-estrutura que proporcionasse

a integração física do território amazônico, expressada no Artigo X do tratado, não é concretizada.

Em 1989, uma nova fase na existência do tratado se abre com a Reunião de Manaus. Realizada a pedido do Brasil nos dias 26 e 27 de outubro de 1989, a Reunião de Manaus reuniu Ministros de Transportes dos países signatários do TCA. Nela foi discutida a criação de 14 corredores de transportes intermodal, que atravessariam toda a Bacia Amazônica (ZEVALLOS, 1993). Além disso, a reunião marcou a renovação do compromisso político assumido em 1978, trouxe à tona o conceito de *desenvolvimento sustentável* e buscou avançar nas discussões de uma cooperação profunda entre os governos amazônicos (RODRIGUES, 2009). No entanto, foi só no ano de 1994, no fechar das cortinas do governo de Itamar Franco, que se iniciou o processo que converteria o tratado em um instrumento de cooperação que conduziria a um contexto de integração regional de fato. Nesse ano deu-se início às discussões acerca da criação da Secretaria Permanente do tratado.

Nesse novo momento da história do TCA, sob a égide de Fernando Henrique Cardoso, eleito Presidente da República em 1994 e reeleito em 1998, o tratado se transforma num instrumento da política externa brasileira cujo objetivo era a construção de um novo tipo de *regionalismo* no território amazônico, estruturado sobre novas premissas que não mais visavam a proteção da região das assimetrias do cenário internacional. Nesse novo *regionalismo*, processos de integração regional passam a buscar uma maior projeção da região no contexto da globalização por meio da potencialização de sua capacidade produtiva. A transição do TCA para OTCA, transformando-o de um instrumento de *regionalismo fechado* em um instrumento de *regionalismo aberto*, será objeto de estudo do próximo capítulo. No entanto, antes de entrarmos nessa discussão, faz-se necessário analisar as mudanças históricas que atravessaram o território amazônico brasileiro com o fim da ditadura militar, a fim de compreender a dimensão nacional da integração amazônica ao *regionalismo aberto*.

3. Dos anos 80 à era FHC: a ascensão de novas forças sociais, a transnacionalização da racionalidade desenvolvimentista e o regionalismo aberto

3.1. A redemocratização e a ascensão de novas forças sociais no contexto amazônico

Em 1985 a ditadura militar chega ao seu fim. Como se sabe, o Brasil foi assolado por uma grave crise econômica e por altíssimos índices de inflação que esfriaram o modelo desenvolvimentista vigente até então. A presença estatal decisiva que promovia a expansão capitalista na Amazônia se arrefeceu. O período da redemocratização brasileira viu o espaço social amazônico se pluralizar por meio da atuação de atores sociais outrora reprimidos. No espaço público, que se reconfigurava por vias democráticas, esses novos atores reivindicavam reconhecimento, direitos e melhores condições de vida e trabalho.

Mesmo nesse quadro de transformações sociais, porém, o Estado não deixou de ser agente atuante de mudanças. Durante o governo de José Sarney (1985 a 1990), foi implementado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), já previsto no Estatuto da Terra de 1964²⁸. Além disso, outra expressão da atuação estatal na Amazônia foi o Programa Calha Norte (PCN). Criado em 1985, por meio da Exposição de Motivos nº 18/85, elaborada pela Secretaria-Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, o PCN é um programa para ocupação das faixas de fronteira da região, em especial as calhas dos Rios Amazonas e Solimões. Seu objetivo é garantir maior presença militar na região das fronteiras com Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Colômbia. O PCN e o 1º PNRA deixam claro que a presença estatal recrudescceu, porém não se extinguiu durante a década de 80. A Amazônia permanecia como uma importante área para a defesa nacional (SILVA, 2004).

²⁸ Segundo Oliveira (2001), no decorrer das décadas de 70 e 80, pressões sociais por reforma agrária vinham aumentando. Nesse contexto, coube ao governo da Nova República aceitar e implementar o 1º PNRA. Ainda assim, no final do governo Sarney, apenas 8% das terras previstas haviam sido desapropriadas e uma média de 10% de famílias assentadas, pouco mais de 140 mil de um total de 1,4 milhões (OLIVEIRA, 2001).

Ainda assim, segundo Gonçalves (2010) e Becker (2009), os anos 80 viram o surgimento de vários eventos públicos de debates na Amazônia, reunindo pescadores, seringueiros, população remanescente de quilombos, atingidos por barragens, quebradeiras de coco de babaçu, comunidades indígenas, assentados, garimpeiros e etc.. Todas as lutas sociais que o regime militar se esforçou em reprimir via mecanismos jurídicos, como a Lei de Segurança Nacional e os Atos Institucionais, e de uma estrutura de repressão física, floresceram a partir da redemocratização da década de 80. Além disso, na escala global, a questão ambiental, e, conseqüentemente, o destino da Amazônia, se tornou alvo de questionamentos de blocos e instituições internacionais, tais como o G7²⁹ e o Banco Mundial, que passaram a pressionar por políticas públicas de preservação ambiental (BECKER, 2009).

De todos os movimentos sociais que se consolidaram nesse período, talvez o mais emblemático tenha sido aquele liderado por Chico Mendes. Natural de Xapuri, no estado do Acre, Chico Mendes teve seus quarenta e quatro anos de vida marcados pela luta contra a destruição da floresta amazônica e por melhores condições de trabalho e vida para os amazônidas. Sua liderança ativa ampliou a luta dos trabalhadores rurais na Amazônia para além da reivindicação da posse da terra e de melhores condições de trabalho e vida, e passou a focar na defesa da floresta em pé. Por meio de um método eficaz de ativismo denominado *empates*, os seringueiros – homens, mulheres, crianças e idosos – colocavam seus próprios corpos como obstáculo contra a derrubada de árvores em manifestações pacíficas (GONÇALVES, 2010). Foi esse ideal, de preservação da floresta em pé, que norteou, em 1985, a consolidação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), fundado na ocasião do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros que reuniu cerca de 130 extrativistas do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará, representando doze sindicatos e três associações (BECKER, 2009; GONÇALVES, 2010).

O movimento dos seringueiros, fortalecido pela consolidação do CNS, conquistou a desapropriação de diversas propriedades rurais na Amazônia,

²⁹ Exemplo direto de como transformações no cenário internacional influenciaram na configuração social e na preservação da floresta amazônica é o PPG7. Segundo Becker (2009, p. 36), o PPG7 “constitui um instrumento de desregulação patente nos objetivos de preservação dos recursos genéticos e contenção do desmatamento, bem como na ênfase que atribui à participação das ONGs como contraponto para controle da aplicação do programa”.

culminando na criação de Reservas Extrativistas³⁰ (RESEX). Reservas Extrativistas são áreas reconhecidas como terras da União com usufruto exclusivo dos extrativistas, organizados em cooperativas ou associações reconhecidas. Não há títulos individuais de propriedade nas reservas. A criação das RESEX significou uma alternativa econômica para a floresta amazônica, tornando-a produtiva ao mesmo tempo em que a mantinha em pé (GONÇALVES, 2010).

Por meio do CNS, criou-se também a Aliança dos Povos da Floresta, que uniu as reivindicações dos seringueiros às dos povos indígenas pela luta por uma reforma agrária que contemplasse o direito à terra das populações amazônicas. “Não há defesa da floresta sem os Povos da Floresta”, dizia Chico Mendes. A Aliança dos Povos da Floresta coroou o florescimento de uma identidade amazônica baseada na luta pela preservação da floresta em pé. Dentro da fronteira amazônica, que durante o regime militar foi marcada pela entrada de forças exógenas, emergiu uma inédita constelação de forças políticas, estabelecendo um novo contexto nas complexas relações de poder da floresta. Essa nova correlação de forças estabelece a criação de uma *fronteira socioambiental* que reproduz um modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para a visão interna da região e para os habitantes locais (BECKER, 2009).

Segundo Becker (2001; 2009) e Haesbaert (2010), fronteiras resultam da configuração política, econômica, social e cultural que configura uma região, assim uma fronteira não é só limites políticos impostos pelas autoridades formais, mas sim o encadeamento das forças e a maneira como as lutas e conflitos sociais acontecem. Processo central para a definição de uma fronteira é a maneira como se formam os grupos e *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971), os discursos e

³⁰ Numa entrevista concedida ao Jornal do Brasil, no dia 09 de dezembro de 1988, treze dias antes de morrer, Chico Mendes disse sobre as RESEX: “Veja bem: até 1984, a gente realizava os empates, mas não tínhamos muita clareza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. As pessoas falavam: ‘Vocês querem impedir o desmatamento e transformar a Amazônia em santuário? Intocável?’. Estava aí o impasse. A resposta veio através da Reserva Extrativista. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas. Nas reservas extrativistas, nós vamos comercializar e industrializar os produtos que a floresta generosamente nos concede. Temos na floresta o abacaba, o patoá, o açaí, o buriti, a pupunha, o babaçu, o tucumã, a copaíba, o mel de abelha, que nem os cientistas conhecem. E tudo isso pode ser exportado, comercializado. A universidade precisa vir acompanhar a Reserva Extrativista. Estamos abertos a ela. A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ele vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o usufruto, não a propriedade”. Disponível em: <http://wiki.softwarelivre.org/Pessoas/Empates> (último acesso em 13/10/2011)

princípios que os orientam e a capacidade de se situarem como forças sociais ativas. Todas as transformações sociais, domésticas e internacionais, nos anos 80 possibilitaram a *blocos sociais* de diversas *escalas espaciais* (HARVEY, 2004) ascenderem como forças ativas e capazes de incidir sobre o destino de sua própria realidade. A Amazônia da década de 80, nesse sentido, apresenta um quadro de embates sociais muito mais complexo e rico do que das décadas precedentes.

A concepção gramsciana de *sociedade civil*, definida não como um espaço político de mera oposição popular, mas sim como o domínio das instituições e organizações que sustentam uma situação de hegemonia (MAYO, 2011), é central para entender a virada ocorrida com a redemocratização brasileira nos anos 80. A sociedade civil passou a ser uma arena fundamental para a construção do futuro da Amazônia. A configuração social, econômica e geográfica da região passou a ser disputada por diversas forças sociais locais, nacionais ou globais. Não queremos dizer, todavia, que um ambiente de hegemonia tenha sido instaurado na Amazônia a partir da ascensão de forças sociais locais. Buscamos, antes, exprimir o fato de que o recrudescimento do poder coercitivo e opressor do Estado possibilitou a emergência de diversos grupos e *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971) multiescalares que disputam o destino da região, conferindo uma nova configuração social à fronteira amazônica.

A esse contexto doméstico de fortalecimento da sociedade civil amazônica somou-se uma série de pressões internacionais para que ocorressem mudanças no paradigma de ocupação e exploração da floresta. Nesse cenário, atores regionais aliaram-se a outros movimentos nacionais e internacionais a fim de angariar poder e se fazer ouvir. Mecanismos financeiros internacionais com forte presença na Amazônia, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), viram-se compelidos a dialogar com segmentos sociais (BECKER, 2009).

Um marco histórico desse momento foi a ida de Chico Mendes ao senado norte-americano e ao BID. Pouco depois de ser fundado, o CNS passou a receber convites de diversas entidades de vários lugares do mundo para expor a situação social, econômica e geográfica da Amazônia e divulgar as propostas das RESEX (GONÇALVES, 2010). Uma nova fase de internacionalização da Amazônia se

inaugurava, portanto, a partir da entrada de novos atores e *blocos sociais* oriundos das mais diversas *escalas espaciais*.

Como já argumentamos no capítulo anterior, a Amazônia se torna alvo de disputas e debates internacionais já nas décadas de 1960 e 1970 com o Clube de Roma e o relatório *Limites do Crescimento* (MEADOWS et al., 1972), que colocou em xeque a soberania dos Estados amazônicos sobre seu território devido à ameaça que suas aspirações desenvolvimentistas representavam para a integridade ambiental daquela região. O Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas de 1972 em Estocolmo são marcos da ascensão das questões ambientais na agenda internacional. No plano nacional, durante todo o regime militar o governo buscou uma posição de defesa frente ao contexto internacional. Todavia, a partir da redemocratização, esse cenário se altera, especialmente por intermédio de Fernando Collor de Mello.

Durante o curto período de Fernando Collor como presidente do Brasil, a política externa brasileira abandona o discurso de confrontação com os países desenvolvidos, e busca compreender até que ponto os interesses nacionais podem convergir com os discursos ambientalistas que se aprofundam no cenário internacional. Assim, ao invés de se esforçar em se fechar como forma de proteção, o Brasil procura equacionar a necessidade de desenvolvimento econômico e social às críticas ambientais internacionais (ANTIQUERA, 2006). O ponto de flexão entre ambos elementos é o conceito de *desenvolvimento sustentável*. O Brasil, então, coloca-se ao lado do discurso de proteção ao meio ambiente ao mesmo tempo em que mantém aberto os espaços para se discutir desenvolvimento.

Assim, argumentamos que a Amazônia volta ao centro do debate entre desenvolvimento e proteção ambiental por um outro viés, que busca construir uma *via média* entre ambos não por um cenário de proteção à soberania, mas sim pela inserção do Brasil como um ator protagonista nas discussões globais acerca da necessidade da sustentabilidade. Essa é uma fase de transição entre o *regionalismo fechado* dos militares e o *regionalismo aberto* que vivencia a Amazônia nos dias de hoje.

Esse novo foco de política externa se explicita no esforço brasileiro em organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, também chamada de Eco-92, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro³¹ entre os dias 3 e 14 de junho³². Na Eco-92, as delegações dos diversos países presentes se esforçaram para encontrar maneiras de conciliar a necessidade de desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Com esse objetivo em mente, foram aprovados no final da conferência a Declaração do Rio e a Agenda 21. Combinando as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica, ambos os documentos endossam o paradigma fundamental de *desenvolvimento sustentável* (VELOSO DOS SANTOS, 2011).

O Relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, define *desenvolvimento sustentável* como:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 47).

A conferência de 1992, por meio da Declaração do Rio e da Agenda 21, consolida o conceito de *desenvolvimento sustentável* como consenso internacional. A partir desse momento, qualquer aspiração ou estratégia desenvolvimentista deveria, ao menos, tangenciar a idéia de sustentabilidade. No contexto amazônico, em específico, a busca por sustentabilidade se soma às reivindicações sociais locais, transformando-se num ponto de convergência entre as forças locais, que entendiam que manter a floresta em pé seria uma forma sustentável de se retirar riquezas da floresta, e forças ambientalistas internacionais. Assim, o futuro da floresta passou a ser construído através de múltiplas relações de força entre também múltiplos atores, atuantes em, igualmente, múltiplas escalas. Nesse sentido, é possível argumentar que

³¹ Como forma de aumentar o prestígio do evento, o então presidente Fernando Collor transferiu, de forma provisória, a capital do Brasil de Brasília para o Rio de Janeiro.

³² A conferência também celebrou os 20 anos da primeira Conferência das Nações Unidas que debateu o tema ambiental, em Estocolmo. No entanto, uma das principais diferenças entre ambos os eventos foi a presença maciça de chefes de Estados na conferência no Rio de Janeiro, demonstrando que a questão ambiental havia se tornado, já naquele momento, central para a articulação da governança global.

Amazônia que emergiu da redemocratização dos anos 80, ainda que estivesse em um período de transição entre o *regionalismo fechado* e o *aberto*, já era uma região inserida na *nova geografia* da globalização, nos moldes de Sassen (2010).

Durante o governo Collor, reivindicações internacionais pela defesa do meio ambiente foram assimiladas às estratégias nacionais de maior projeção no plano internacional. A questão ambiental, flexionada pelo conceito de *desenvolvimento sustentável*, passou a ser um dos pilares da política externa brasileira. Nesse contexto, o presidente Fernando Collor, criou uma nova Secretaria de Meio Ambiente, que contou com empréstimos do Banco Mundial e da Alemanha para sua viabilização, e colocou as reivindicações por proteção às terras indígenas no centro do debate nacional. Cedendo a pressões de movimentos ambientalistas, nacionais e internacionais, o governo homologou às vésperas da Eco-92, em maio de 1992, uma das maiores e mais polêmicas reservas indígenas brasileiras, a reserva Yanomâmi³³. Sob a liderança de Fernando Collor, o Estado brasileiro, no âmbito de um amplo processo de abertura econômica, que analisaremos mais adiante, pintava uma cena na qual desenvolvimento econômico e social não era mais sinônimo de destruição e descaso ambiental.

Contudo, se o fim dos anos 1980 e início dos 1990 é um marco na fronteira amazônica, com a criação do CNS e da Aliança dos Povos da Floresta e com a assimilação de fato das pressões internacionais às políticas públicas nacionais, os anos de 1995 e 1996 representam o início de um processo distinto, que atualiza certos elementos da estratégia desenvolvimentista dos militares. Em 1992 Fernando Collor sofreu um *impeachment* e a Presidência da República foi assumida por Itamar Franco. O maior legado do período de Itamar Franco como presidente foi o bem sucedido Plano Real, que, como se sabe, devolveu estabilidade econômica e colocou ponto final na inflação que tomou conta do país durante a década de 1980 e início da de 1990. Por trás do Plano Real estava o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Em 1994, na esteira do sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso é eleito Presidente do Brasil. Durante seus dois governos, de 1994 a 2002, propiciado justamente pelos ajustes na economia do país, houve uma retomada do planejamento territorial pelo

³³ Localizada entre os estados do Amazonas e Roraima, esta reserva engloba uma área de 94.000 km² e inclui faixa de fronteira com a Venezuela, país que também possui uma reserva Yanomâmi com 83.000 km² (SILVA, 2004).

Estado, fortalecendo a presença de forças exógenas interessadas na mobilização de recursos naturais e de negócios.

Como sustenta Becker (2009), a partir do governo de FHC a Amazônia, assim como nos governos militares, foi atravessada por um *vetor termo-industrial* de exploração dos recursos naturais. A partir desse momento, a Amazônia passou, novamente, a se constituir como uma fronteira para atividades minerais e para o agronegócio. Nesse novo contexto, há novamente a intenção de se constituir uma integração regional amazônica bidimensional. Ou seja, integrá-la à estratégias desenvolvimentistas conduzidas no plano nacional, no âmbito de programas governamentais como o *Brasil em Ação* e o *Avança Brasil*, e a uma política externa que visava expandir a mesma estratégia para o plano regional, por meio da conversão do TCA em uma organização internacional com personalidade jurídica, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

3.2. O governo de Fernando Henrique Cardoso e a inserção da Amazônia no regionalismo aberto

A dimensão nacional da estratégia de integração regional amazônica que se configurou a partir de meados dos anos 1990 se baseou na retomada do planejamento territorial pelo governo de FHC, que, centralizado no Ministério do Planejamento e do Orçamento, pautou-se em dois projetos de desenvolvimento econômico. Em 1996, foi lançado o *Programa Brasil em Ação*. Por meio de uma mentalidade técnico/administrativa nas ações do governo federal e de parceria ativa com a iniciativa privada nacional e internacional, o programa pretendia “reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população”³⁴. O programa se baseava na divisão do território nacional em nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, conforme mostra o mapa 3. Por eles se espalhavam 42 empreendimentos previstos, 16 na área social e 26 na área de infra-estrutura, que, contando com um orçamento de R\$79 bilhões, visavam a criação de oportunidades de investimentos ao mesmo tempo em que barateava a instalação de empreendimentos privados em todo o país.

³⁴ Todos os dados acerca do Programa Brasil em Ação foram obtidos no sítio eletrônico http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/2acao1.htm (último acesso em 20/09/2011)

A definição dos eixos foi baseada em um estudo de grande porte, realizado por um consórcio de empresas de consultoria composto pela Bozz-Allen & Hamilton, Bechtel e ABN-Amro Bank, que buscou a compreensão das realidades regionais a fim de identificar suas potencialidades produtivas e obstáculos para sua concretização. Nesse sentido, o conceito de Eixos Nacionais de Integração

“considera o território nacional como um espaço geoeconômico aberto, rompendo com a visão tradicional de país fragmentado segundo suas fronteiras geopolíticas formais, com macrorregiões e estados. Em lugar disso, a definição dos Eixos dá ênfase à análise dos fluxos reais de bens e serviços e à identificação das demandas dos cidadãos no ambiente em que vivem. Assim, os Eixos representam espaços territoriais delimitados, para fins de planejamento, segundo a dinâmica sócio-econômica e ambiental que os caracteriza.” (CARDOSO, 2002, p. 449)

Mapa 3 - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Cardoso, 2002

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento se originaram a partir de quatro variáveis consideradas fundamentais para a transformação do território em um *espaço geoeconômico aberto*, são elas:

- i. **Malha multimodal de transportes:** toda infra-estrutura viária existente no país, ou seja, todos os meios disponíveis como rodovias, ferrovias, hidrovias interior – inclusive de cabotagem –, transporte marítimo, terminais de transbordo, portos marítimos e

- fluviais, cuja função é facilitar a logística de mobilidade de mercadorias, bens, serviços, dinheiro e pessoas pelo território.
- ii. **Hierarquia funcional das cidades:** busca potencializar o poder de influencia e atração dos centros urbanos brasileiros, de modo a aumentar a intensidade dos fluxos pelos territórios urbanos.
 - iii. **Identificação dos centros dinâmicos:** são os espaços que apresentam maior potencial de expansão econômica, os ENIDS visam intensificar a capacidade desses centros dinâmicos de promover o desenvolvimento.
 - iv. **Ecossistemas:** o estudo realizado pelo consórcio de empresas de consultorias acima mencionado procurou mapear e analisar as potencialidades em termos de recursos naturais existentes nos ecossistemas do país. (CARDOSO, 2002)

O programa *Brasil em Ação* fazia parte do Plano Plurianual (PPA) 1996-1999. Os Planos Plurianuais foram implementados pela Constituição de 1988 como uma forma de resgatar a importância do planejamento estratégico territorial estatal, que havia arrefecido devido à reduzida capacidade de implementação do Estado brasileiro, aguçada nos anos 80³⁵. Desde então, era responsabilidade do presidente da República o seu envio ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de seu primeiro ano de governo.

O primeiro Plano Plurianual, de 1991 a 1995, que cobriu os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, foi elaborado para cumprir protocolo, sendo somente uma peça formal (LESSA et al., 2009). É apenas a partir de 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso e com José Serra como Ministro do Planejamento, que os Planos Plurianuais passam a se constituir como importante elemento organizador da ação governamental, apresentando os principais objetivos e delineamentos estratégicos para um período de quatro anos. Como argumentam Lessa et al. (2009, p. 90), os PPA são “herdeiros dos grandes planos que orientaram o Estado desenvolvimentista das décadas de 1950 – 1970”.

³⁵ Como informam Lessa et al. (2009), “a partir do III Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, que cobriu o mandato do último governo militar, de 1979 a 1985, e com o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que data de 1986, os principais instrumentos do planejamento federal passaram a representar documentos meramente formais. Com o ritmo inflacionário ganhando força, os planos e os orçamentos estatais, sem uma revisão periódica consistente, tornavam-se rapidamente peças declaratórias da reduzida capacidade de implementação do Estado brasileiro”.

Como forma de garantir e aprofundar o processo de estabilização econômica, iniciado por FHC durante o governo de Itamar Franco com o Plano Real, o PPA 1996 – 1999 priorizou a reforma do Estado por via de desestatizações (LESSA, et al., 2009). O plano vem na esteira do processo de abertura e desregulamentação econômica, que direcionava ao setor privado parte substancial dos investimentos estatais, iniciado por Fernando Collor. Dessa forma, o PPA 1996 – 1999 territorializava a busca por uma maior abertura econômica e projeção no mercado internacional, preparando o território para atrair cada vez mais capital estrangeiro a fim de aumentar a capacidade de acumulação nacional.

A política econômica brasileira de antes da década de 1990 tinha como objetivo primordial blindar a economia nacional de assimetrias e ingerências internacionais. Dessa forma, o Estado brasileiro sustentava uma posição refratária e combativa aos regimes internacionais, o que mantinha o Brasil à margem dos fluxos de capital externo (SALLUM JR, 2011). Como reação a essa postura defensiva, Fernando Collor apresentou um projeto de *integração competitiva*. Segundo Sallum Jr. (2011, p. 264),

“A idéia central contida no projeto de ‘integração competitiva’ era de transferir para a iniciativa privada o centro motor do desenvolvimento brasileiro, reduzindo as funções empresariais do Estado e abrindo a economia brasileira para o exterior”.

Em contraste com o programa desenvolvimentista das décadas anteriores, que buscava consolidar a base industrial brasileira por meio de substituição de importações, o projeto de *integração competitiva* de Collor propunha-se a uma reestruturação completa do sistema produtivo brasileiro com o objetivo de projetar a indústria brasileira no cenário internacional. A racionalidade da *integração competitiva* de Fernando Collor não se estruturava num nacionalismo defensivo, como expressavam os militares em seus esforços soberanos, mas, ao contrário, se estruturava na afirmação do Brasil no plano internacional.

Esta perspectiva esteve em sintonia intelectual com a reavaliação crítica do desenvolvimento industrial latinoamericano que começara a ser feita no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a partir do início dos anos 1980. Segundo Corazza (2006), a CEPAL avaliara que o padrão latino-americano de industrialização se tornara insustentável em função de seu caráter fechado às inovações tecnológicas e por não buscar integrar-se aos fluxos internacionais de

capital. Por essa razão, argumentamos, novamente, que o governo de Fernando Collor de Mello caracterizou uma importante fase de transição para o *regionalismo aberto*. A partir desse período, o país passa a buscar formas de se integrar à geografia dos fluxos globais de capital, sendo os programas desenvolvimentistas de Fernando Henrique Cardoso peças chave na constituição de uma estrutura de fixos que possibilitava a atração de fluxos externos. O planejamento territorial estatal voltava a ser elemento essencial para a estratégia desenvolvimentista nacional.

Assim, a consolidação de uma infra-estrutura integrada, capaz de garantir mobilidade à produção agro-industrial brasileira, além de aumentar a potencialidade de outros setores econômicos, como o turismo, era, então, prioritário na agenda do PPA 1996 – 1999 e, por sua vez, do *Brasil em Ação*. Nesse contexto de aquecimento da capacidade de planejamento e transformação territorial por parte do Estado, a Amazônia voltava a ser assolada por grandes projetos de infra-estrutura. A Amazônia Legal, como pode ser visto no mapa 3, foi dividida em dois eixos de integração e desenvolvimento: o eixo Arco Norte e o Madeira Amazonas³⁶. Sobre os eixos amazônicos, Fernando Henrique Cardoso disse em um documento intitulado *Mensagem ao Congresso Nacional*, de 2002:

“Na mais extensa região do País, o imenso acervo de recursos naturais e o uso de tecnologias limpas abrem um amplo conjunto de novas oportunidades para o investimento. A exploração sustentável de produtos da floresta, o ecoturismo e a biotecnologia somam-se à agropecuária, agroindústria, exploração mineral e aos serviços, constituindo a base do desenvolvimento dos Eixos Arco Norte e Madeira-Amazonas.

O desenvolvimento sustentável da região demanda infra-estruturas modernas, que se integrem à natureza amazônica, viabilizando a aproximação com os países vizinhos. É o caso das hidrovias, meio natural de organização do sistema de transporte, da energia limpa produzida a partir do gás natural e dos sistemas avançados de telecomunicações.

Os investimentos em informação e conhecimento devem crescer progressivamente para agregar valor aos produtos da região, superar problemas sociais, conservar a diversidade biológica e cultural e, sobretudo, garantir a valorização do patrimônio ambiental em benefício do desenvolvimento da Amazônia e do País.” (CARDOSO, 2002, p. 451 - 452)

³⁶ Segundo Cardoso (2002), o conjunto de investimentos previstos para os Eixos Arco Norte e Madeira-Amazonas seriam distribuídos entre obras: hidrovia do Rio Madeira; gasodutos Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho; geração de energia termelétrica em Rondônia; linhas de transmissão de energia para o Acre e Mato Grosso; aeroporto internacional de Porto Velho; pavimentação das rodovias BR-156 e BR-401, que conectariam o Brasil à Guiana Francesa e à República da Guiana; ligação rodoviária Manaus – Boa Vista – Caracas; linha de transmissão de energia elétrica Guri – Boa Vista, interligando as redes de eletricidade brasileiras e venezuelanas.

Como complemento ao *Brasil em Ação*, o governo federal, lançou, no ano 2000, o *Programa Avança Brasil*³⁷. Esse programa foi pensado para potencializar o projeto de transformação territorial do *Brasil em Ação* por meio da constituição de corredores estratégicos de desenvolvimento. Sua finalidade principal era integrar a capacidade produtiva nacional ao mercado internacional e aumentar a competitividade do país. Dessa forma, as empresas brasileiras poderiam desempenhar maior protagonismo no cenário internacional e o capital internacional teria mais facilidade para instalar-se no território nacional. A Amazônia tornou-se novamente, uma fronteira a ser ocupada por forças produtivas que impactaram na constituição geográfica e social da região (BECKER, 2009).

Com o foco no mercado internacional, o *Avança Brasil* confere ainda maior centralidade à necessidade de se constituir uma infra-estrutura de fixos que possibilite maior fluxos de mercadorias, bens, serviços, dinheiro e pessoas. Organizando um conjunto de investimentos para o triênio 2000 – 2003, o programa previa a aplicação de cerca de US\$ 43 bilhões somente na Amazônia Legal, sendo US\$ 20 bilhões exclusivos para obras de infra-estrutura física (FEARNSIDE e LAURANCE, 2002). Como demonstra o mapa 4, esse orçamento era destinado à construção de infra-estrutura de transporte, telecomunicações e mobilidade de recursos naturais. O asfaltamento de aproximadamente 7500 km de rodovias, constituindo melhorias significativas nas rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Manaus-Porto Velho (BR319), facilitaria o transporte de produtos agrícolas – entre eles a soja, que naquele momento já era uma das maiores culturas em expansão na Amazônia (CASTRO, 2004) – e de madeiras.

Em total convergência com o contexto de abertura da economia brasileira, grande parte dos investimentos previstos para o *Avança Brasil* foi centrado na iniciativa privada, tanto nacional quanto internacional (FEARNSIDE e LAURANCE, 2002). A fim de facilitar e regulamentar esse processo de investimento privado em programas governamentais, o governo brasileiro criou, no dia 28/11/2000, a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos – Investe Brasil. O objetivo primordial da Investe Brasil era a “atração e promoção de investimentos diretos, estrangeiros e nacionais, para o desenvolvimento nacional”

³⁷ Todas as informações sobre o Programa *Avança Brasil* estão disponíveis no site <http://www.abrasil.gov.br/index.htm> (último acesso 20/09/2011).

(BRASIL, 2002). A Investe Brasil procura criar um cenário propício para a atração de investimentos privados no país por meio de oferta de informação qualificada, divulgação de oportunidade de investimentos e articulação de contatos estratégicos.

Mapa 4: Principais Projetos do Avanço Brasil na Amazônia e no Pantanal



No período da ditadura, a principal justificativa que impulsionou a empreitada militar em território amazônico foi uma suposta ameaça estrangeira à integridade territorial brasileira. Nesse sentido, o desenvolvimentismo militar, que levou à ocupação e integração da Amazônia ao resto do país e do mundo, era promovido em nome da manutenção da soberania nacional. No decorrer da década de 1980, todavia, a doutrina neoliberal se solidificou como realidade histórica consolidada, implicando a passagem de uma idéia de governo fundamentada na soberania estatal para o paradigma da *governança*. A noção de *governança*, segundo definem Harvey (2008) e Scholte (2005), compreende uma configuração mais ampla, que insere elementos administrativos da iniciativa privada,

pronunciados sob o neoliberalismo, na forma como Estados governam a si mesmos. Por meio da consolidação do neoliberalismo, que encontrou no consenso de Washington, de 1989, seu ponto forte, o capitalismo global passou a ser marcado por uma financeirização mais aberta. Os mercados financeiros passaram por um período de intensa inovação e desregulação internacional, tornando-se instrumentos de coordenação, obtenção e concentração de riquezas e incidindo diretamente sobre a forma como os Estados estruturaram sua capacidade de governar.

Esse processo de financeirização desregulada do capitalismo global implicou a crescente mobilidade geográfica do capital, a gradual redução de barreiras artificiais ao movimento de bens e serviços e a adoção de um padrão cambial flutuante pela maioria dos países, proporcionando um impulso geral de padronização de arranjos comerciais firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por meio da atuação dos países na OMC, padrões e normas neoliberais foram firmados como reguladores da economia global (HARVEY, 2008). As economias nacionais, atravessadas pela doutrina neoliberal, viam-se compelidas a se preocupar cada vez mais com sua capacidade de competir no âmbito geral do capitalismo global (HARVEY, 2004). É nesse contexto global que o desenvolvimentismo estatal conduzido por Fernando Henrique Cardoso se insere.

Na esteira da abertura econômica do período Collor, os programas desenvolvimentistas de FHC se esforçaram para integrar a região amazônica à coerência do desenvolvimento econômico doméstico, constituindo uma dimensão nacional do amplo processo de integração regional amazônica, impactando profundamente na configuração sócio-geográfica da região. No entanto, a estratégia desenvolvimentista brasileira desse momento já não se pautava mais em processos de substituição de importações, e nem buscava a proteção de sua soberania territorial. A base econômica e política da *nova geografia* da globalização (SASSEN, 2010) já havia se constituído nesse período. A liberação de novos territórios para o fluxo capitalista, com o fim da Guerra-Fria e com o Consenso de Washington, já havia se constituído como uma constante para os cálculos estratégicos de todos os países.

Nesse novo contexto, a dimensão nacional da integração amazônica se confunde com sua dimensão internacional – que analisaremos na parte seguinte desse capítulo. Pois ambas buscam converter o território amazônico em um corredor de exportações capaz de potencializar a exploração de seus recursos naturais e aumentar o papel da região na capacidade de acumulação de capital de todo o país. A partir desse momento já podemos afirmar que o *regionalismo aberto* já se surge como uma tendência para transformação sócio-geográfica na porção brasileira da Amazônia. Contudo, o regime de fronteiras compartilhadas que sustenta a *nova geografia* (SASSEN, 2010) ainda não estava plenamente constituído na América do Sul. Era necessária a criação de mecanismos de integração e cooperação regional que possibilitassem que todo o continente se convertesse numa plataforma de produção e mobilidade de bens, serviços, dinheiro e pessoas. Para tal fim, o Brasil concentrou sua capacidade efetiva de protagonismo e liderança no fortalecimento do MERCOSUL e na conversão do TCA numa organização internacional capaz de proporcionar o *regionalismo aberto* em todo o território amazônico, não somente na porção brasileira (ANTIQUERA, 2006).

No entanto, como buscamos demonstrar na parte anterior desse capítulo, ao analisar o surgimento do CNS e das RESEX, na *nova geografia* da globalização (SASSEN, 2010) novos atores sociais têm suas vozes e capacidade de articulação e reivindicação potencializadas. Assim, todo esse cenário de transformação e adequação territorial ao capitalismo global passa a ser contestado e disputado por diversos grupos, oriundo das mais variadas *escalas espaciais* (HARVEY, 2004; 2008). Dessa forma, a inserção da Amazônia na *nova geografia* e, por sua vez, no *regionalismo aberto* se faz por meio de embates entre projetos e programas desenvolvimentistas estatais, reivindicações de movimentos sociais por melhores condições de vida, preservação da floresta e direitos, como o movimento liderado por Chico Mendes, pressões internacionais por políticas preservacionistas e demandas do grande capital nacional e internacional por mais território. Embates e disputas entre diversos grupos e *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971) articulados no território amazônico é o que caracteriza a inserção da região amazônica na globalização.

Nesse contexto, o *ajuste espacial* capitalista (HARVEY, 2005a) não dispõe mais de uma estrutura de repressão como a que os militares criaram, por isso a sua concretização não acontece sem que seja aberta e diretamente contestada. No atual contexto, tanto nacional quanto internacional, não há globalização sem contestação e disputa. A inserção da Amazônia na globalização não é uma exceção a essa regra. Assim, se por um lado predominavam interesses pela preservação, por outro as demandas produtivas em larga escala, tanto internas quanto externas, estimulavam a derrubada da mata amazônica para a instalação de uma estrutura que possibilitasse o aumento do fluxo de capital e da produtividade (BECKER, 2001).

O território amazônico se tornou, assim, uma arena de disputas entre diversas forças oriundas de várias *escalas espaciais* (HARVEY, 2004; 2008). A nosso ver, é justamente essa disputa que caracteriza a faceta que a globalização assume a partir da década de 90 até os dias atuais. Os governos militares, ainda que por vias do *regionalismo fechado*, proporcionaram a abertura do território da floresta a forças do capitalismo mundial, mas foi durante os governos de Fernando Henrique Cardoso que a Amazônia se consolidou como uma região aberta às contradições e embates constitutivos da globalização. A Amazônia que emergiu da redemocratização, passando pelos anos 90 até os dias de hoje, é um grande laboratório de conflitos entre *blocos sociais* diversos.

No âmbito da globalização, a definição de região com um fato resultante das relações sociais e das práticas dominantes (HAESBAERT, 2010) fica ainda mais clara.

3.3. A dimensão internacional da integração amazônica à nova geografia da globalização: a transformação do TCA em OTCA

Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, por ocasião dos 500 anos de descobrimento do Brasil, foi realizada, em Brasília, a Primeira Reunião de Presidentes Sul-Americanos. Neste encontro os mandatários dos doze países que compõem a América do Sul acordaram em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infra-estrutura regional e ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de regiões isoladas. Estavam presentes

no encontro, além dos presidentes dos doze países, representantes do BID e da Confederação Andina de Fomento (CAF).

A integração regional foi o principal ponto discutido no evento. Na sua declaração final, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou:

“Inspirados pelo êxito das iniciativas sub-regionais de integração e pela perspectiva de sua convergência, estamos convencidos de que a configuração de um espaço econômico integrado sul-americano é uma realização possível ainda para esta geração. (...)”

A América do Sul será um dos elementos cruciais na construção gradual da integração no plano hemisférico e na valorização de nossa inserção na economia internacional. (...)”

No espírito de um regionalismo aberto, e fiéis às raízes e aos laços de fraterna cooperação que nos unem a todos os países da América Latina e Caribe, os países sul-americanos comprometem-se a aprofundar sua solidariedade em todos os campos e a tornar realidade a integração de nossos povos.” (CARDOSO, 2000)

No âmbito da Primeira Reunião de Presidentes Sul-Americanos, acordou-se a criação da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Com o objetivo de avançar na modernização da infra-estrutura regional e na adoção de ações específicas para promover sua integração e desenvolvimento econômico e social, o Plano de Ação da IIRSA divide o continente sul-americano em dez Eixos de Desenvolvimento e Integração (EID). A definição conceitual dos EID é similar aos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração que nortearam os projetos desenvolvimentistas de Fernando Henrique Cardoso. A finalidade desse plano é a construção de uma estrutura de transporte, energia e telecomunicações capaz de integrar as vocações e capacidades produtivas de todos os países em uma força única (CARVALHO, 2004; 2006). Por meio da IIRSA, a racionalidade que guiou os programas de integração e desenvolvimento do governo FHC é transplantada para todo o continente. A lógica de ocupação e transformação territorial que orienta a atuação do governo brasileiro passa agora a vigorar sobre todo o continente sul-americano.

No entanto, todo um caminho teve de ser trilhado para que a IIRSA pudesse surgir como opção viável e desejável para o desenvolvimento conjunto de todo continente sul-americano. Duas rotas, então, tiveram de ser seguidas simultaneamente: o fortalecimento do MERCOSUL, que se tornou principal instrumento da política brasileira para o continente sul-americano; e a transformação do Tratado de Cooperação Amazônica em Organização do Tratado

de Cooperação Amazônica (OTCA), nosso objeto de análise nessa parte do capítulo.

Ao longo da década de 1990 o TCA passa por um processo de revalorização. A principal razão desse processo, segundo indica Antiquera (2006), é a crescente avaliação por parte do governo brasileiro de que a bacia amazônica como um todo, não só a porção brasileira, constituiria uma grande e potente plataforma para projeção do Brasil e do continente no cenário internacional. Assim, o TCA se transforma em um instrumento da nova política externa brasileira, que expressa no plano internacional regional suas intenções de integração do território à coerência do capitalismo global.

Nesse novo contexto, a principal preocupação era tornar o TCA operacional e eficiente, a fim de torná-lo um instrumento de transformação direta e conjunta de toda região amazônica. A estrutura prevista originalmente no tratado, pautada no Conselho de Cooperação Amazônica, não se mostrava adequada aos novos interesses e à nova estratégia de relação com o cenário internacional. Nesse novo contexto, uma nova estrutura organizacional deveria ser de caráter permanente e capaz de lidar com os conflitos entre os signatários³⁸, com a falta de um conhecimento profundo das capacidades e condições de exploração dos recursos naturais, e a falta de recursos próprios de alguns Estados amazônicos para a implementação de um plano de desenvolvimento contundente e eficiente.

O tema do fortalecimento institucional do TCA aparece pela primeira vez na III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA em 1989, em Quito. Na *Declaração de Quito* (TCA, 1989), documento que destaca as principais decisões da reunião, é afirmada a intenção de criação de uma Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica. Foi decidida a criação de uma comissão *ad hoc* para preparação de estudos acerca das possibilidades de sua viabilização. Todavia, naquele momento, a criação da Secretaria Permanente era somente uma possibilidade a ser avaliada e não um comprometimento formal.

Foi só em 1995, por ocasião da V Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA, na cidade de Lima, no Peru, que se decidiu formal e oficialmente pela criação da Secretaria Permanente, cuja sede seria em Brasília.

³⁸ Algumas disputas antigas ainda marcavam as definições de fronteira na Amazônia naquele momento, como, por exemplo, as disputas fronteiriças entre Colômbia e Peru e Peru e Equador (ANTIQUERA, 2006).

Um novo grupo de trabalho *ad hoc* fora estabelecido, mas dessa vez com a função de entregar, até junho de 1996, uma proposta concreta que definisse sua estrutura e objetivos (TCA, 1995).

As negociações a respeito do formato jurídico, competência, e financiamento da nova secretaria se estenderam até 1998, quando, reunidos de forma extraordinária em Caracas, os chanceleres assinam um protocolo de emenda que cria, finalmente, a Secretaria Permanente. O Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica³⁹ (TCA, 1998) modifica o Artigo XXII do texto original do TCA, que diz respeito à Secretaria pro tempore, e cria a Secretaria Permanente. Esta, que se instalará em Brasília, passa a ser encarregada de implementar, de fato, os objetivos previstos no TCA. Além disso, por meio do Protocolo de Emenda, as Partes Contratantes do TCA acordam em criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, órgão dotado de personalidade jurídica e capaz de celebrar acordo entre as Partes Contratantes, com Estados não-membros e com outras organizações internacionais. O processo de criação da OTCA, iniciado em 1998, é somente finalizado em 2 de agosto de 2002, com a última ratificação por parte do governo colombiano⁴⁰. É só a partir desse momento que a OTCA adquire, de fato, vida jurídica própria.

A Secretaria Permanente da OTCA, a fim de promover o desenvolvimento harmônico da região, busca o fortalecimento e a implementação dos objetivos traçados no âmbito do antigo TCA. Para tal, foi elaborado um Plano Estratégico (OTCA, 2004) para os anos de 2004 à 2012, no qual se estabelece uma agenda comum para toda região amazônica baseada em quatro eixos estratégicos de coordenação:

- i. Conservação e uso sustentável dos recursos naturais;
- ii. Gestão do conhecimento e intercâmbio tecnológico;
- iii. Integração e competitividade regional;
- iv. Fortalecimento institucional. (OTCA, 2004)

Além disso, no documento do Plano Estratégico é anunciada a visão da OTCA:

³⁹ Disponível da íntegra no sítio eletrônico <http://www2.mre.gov.br/dai/tcaemda.htm> (último acesso em 15/01/2012)

⁴⁰ Informação obtida no sítio eletrônico <http://www.otca.info/portal/protocolo-emenda.php?p=otca> (último acesso 04/02/2012).

“Uma organização fortalecida e reconhecida internacionalmente como foro político regional para contribuir com a integração e o desenvolvimento sustentável dos respectivos territórios amazônicos dos Países membros, que complemente os esforços nacionais de gestão, ordenamento territorial, conservação e uso sustentável de seus recursos naturais, respeitando a soberania dos Estados e voltada a gerar benefícios mútuos para as partes, bem como criar melhores condições de vida para suas diferentes populações, particularmente as amazônicas, com base no respeito aos direitos e aspirações da sociedade em seu conjunto.” (OTCA, 2004, p. 19)

Assim, em total convergência com as estratégias de desenvolvimento e de projeção internacional do Brasil e da América do Sul consolidadas no decorrer da década de 1990, o antigo TCA, que surgiu, originalmente, como instrumento de *regionalismo fechado*, é convertido em um instrumento de *regionalismo aberto*. Entendemos, então, que é possível argumentar que o *regionalismo aberto* na América do Sul, e em especial na Amazônia, é construído sobre as estruturas do *regionalismo fechado*. As transformações e imposições territoriais conduzidas pelos militares serviram como estruturas sobre as quais os governos de Fernando Henrique Cardoso e, como demonstraremos posteriormente, também o de Luiz Inácio Lula da Silva, construíram seu próprio *regionalismo* amazônico.

A OTCA, ao mesmo tempo em que é resultado das transformações internacionais que expandem a globalização, é instrumento de promoção dessa *nova geografia* (SASSEN, 2010). Na história da expansão geográfica de *zonas de coerência* (BRAUDEL, 2009) específicas, como a capitalista, é fundamental a existência de instrumentos jurídicos que regularizam e organizam as relações de troca no seu interior. A conversão do TCA em OTCA, organização com personalidade jurídica própria, desempenha esse papel, pois confere legalidade ao novo regime de fronteiras que se instaura por vias do *regionalismo aberto*. Por intermédio da OTCA, o espaço amazônico passa a ser pensado e constituído de forma conjunta e integrada em uma mesma lógica. Os Estados buscam harmonizar seus programas e projetos, ainda que não percam o direito soberano sobre suas porções da floresta, na tentativa de transformar toda a região amazônica numa plataforma de produção e mobilidade de bens, serviços, pessoas e dinheiro. A OTCA insere legalmente o espaço amazônico em uma lógica competitiva que busca a adequação às necessidades e demandas do mercado internacional.

O tema da integração física ganha, então, notória visibilidade, tornando-se um objetivo consensual entre todos os Estados amazônicos. Esse objetivo comum

é legitimado pelo fato da Amazônia ser uma região, ainda que dotada de uma complexa e rica rede hidrográfica, desprovida de interligações físicas que possibilite a mobilidade em larga escala dos bens – na sua maioria commodities – produzidos na região.

A OTCA, desde o início, ainda que concentrada no processo de implementação da Secretaria Permanente, será um espaço legítimo, tanto do ponto de vista jurídico quanto político, para o fortalecimento e concretização da agenda da integração física da região. O então presidente Fernando Henrique Cardoso, na ocasião da VI Reunião de Ministros de Chanceleres do TCA, realizada no de 2000, na capital venezuelana, Caracas, explicita a importância do TCA para a integração física sul-americana. Além disso, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso deixa claro a relação entre a dimensão nacional de seu projeto de integração amazônica, que buscamos analisar através dos PPA e dos programas *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, e a dimensão internacional, centrada na transformação do TCA em OTCA e na legitimação da construção de infra-estruturas que possibilite a integração física da Amazônia:

Desejo apenas sublinhar a importância do momento atual para a Amazônia e seu sistema de cooperação internacional. O TCA reflete as realidades e os desafios da integração. E quando falo de integração, não tenho em mente apenas os aspectos comerciais. Penso igualmente – o que às vezes é até mais importante – nas iniciativas de integração física, de energia, transportes ou comunicações. Na relação entre a integração comercial e a integração física há sempre a ameaça de um círculo vicioso que leva à estagnação e ao atraso. Não se faz a estrada porque não há comércio. E não se desenvolve o comércio porque não existe estrada. Por essa lógica, nada jamais se faria.

Há tempos que aprendemos a cortar esse nó górdio. Aprendemos que é preciso enxergar o desenvolvimento em sua correta expressão geográfica; que é necessário ir além da mera definição de pólos de irradiação, como se fazia no passado.

No Brasil, o Governo procedeu a um esforço de estudo e planejamento que resultou em um grande programa plurianual de investimentos, o *Avança Brasil*. Esse programa procura traçar os principais eixos de integração e desenvolvimento capazes de assegurar a infra-estrutura necessária para o crescimento econômico com justiça social.

Na Amazônia, identificamos dois eixos principais. O "Arco Norte", incluindo os Estados de Roraima e Amapá, e o "Madeira-Amazonas". **Ambos são compostos de projetos cuja dimensão internacional é da maior importância.** (CARDOSO, 2000a, p. 251) (grifo nosso)

Ademais, FHC situou a importância da integração amazônica no âmbito da agenda da integração de todo o continente sul-americano:

A identidade sul-americana é uma identidade múltipla. É amazônica, andina, platense, caribenha, voltada tanto para o Pacífico quanto para o Atlântico. Uma vertente não exclui a outra, e em todas elas a vocação da América do Sul é a de integrar-se cada vez mais; integrar-se, aproximando cada vez mais nossos países e desdobrando-se em diferentes espaços de cooperação; integrar-se, para atuar no mundo globalizado. (CARDOSO, 2000a, p. 252)

Dessa forma, reiteramos o argumento de que a transformação do TCA em OTCA é parte integrante de uma agenda de política externa brasileira, compartilhada pelos outros Estados sul-americanos, que busca a reorganização do espaço territorial sul-americano. A criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica foi um movimento que visou muito mais que a integração amazônica propriamente dita. Esse movimento se insere na agenda da integração de todo o continente sul-americano. Celso Lafer, ex Ministro das Relações Exteriores do Brasil (1992 / 2001-2002) e ex Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, reforça o papel da OTCA na agenda da integração sul-americana:

Quero também mencionar a importância atribuída ao Tratado de Cooperação Amazônica, que acabamos de converter numa Organização com secretaria permanente. Essa institucionalização tem significado econômico, ambiental e político e se insere nessa mesma visão voltada para conferir um novo patamar à organização do espaço sul-americano. (LAFER, 2003, p. 131)

O Plano Estratégico (OTCA, 2004) desempenha função fundamental no esforço pela integração sul-americana, pois o documento se constitui como uma “carta de navegação” para tal agenda (PIEDRA-CALDERÓN, 2007). A fim de captar recursos para a implementação dos programas e projetos previstos no Plano Estratégico, a OTCA, fazendo uso de sua personalidade jurídica, passa a manter relações com diversos atores, nacionais e internacionais, amazônicos ou não. Assim, a OTCA elaborou e implementou diversos projetos em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Confederação Andina de Fomento (CAF), a Agência Alemã de Cooperação (GTZ), entre outros. No total, foram mobilizados um montante de US\$33 milhões destinados à concretização do Plano Estratégico 2004 – 2012 (PIEDRA-CALDERÓN, 2007).

Assim, o amplo projeto de integração regional sul-americana, que tem na OTCA um importante instrumento, abre a região para a parceria com

organizações internacionais, organismos multilaterais e agências de cooperação internacional, além de possibilitar que empresas privadas e organizações não-governamentais interessadas nos projetos da OTCA passem a atuar na região⁴¹. Essa variedade de parceiros constitui uma das facetas fundamentais do novo *regionalismo* instaurado na Amazônia, que se esforça em abrir a região para as mais diversas organizações, empresas, agências e corporações que carregam consigo a lógica do capitalismo global. A abertura e diversificação dos parceiros para o desenvolvimento amazônico foram essenciais para a inserção definitiva da região no mapa dos fluxos globais de capital. Por isso, defendemos que a transformação do TCA em OTCA é um marco decisório na história da expansão da *zona de coerência* (BRAUDEL, 2009) capitalista na Amazônia. Marco esse que não seria possível sem o protagonismo do Brasil em fomentar essa expansão tanto no interior de seu espaço territorial, quanto no âmbito de todo continente. Por essa razão, entendemos que, a partir da análise da história recente da Amazônia, não haveria capitalismo e, conseqüentemente, nem globalização propriamente instalada na floresta sem que os Estados tivessem se articulado e construído as bases para que a coerência capitalista se instalasse e passasse a regular a configuração sócio-geográfica da região amazônica. A instalação do capitalismo só foi possível porque os Estados julgaram ser essa a melhor maneira de concretizar suas aspirações e estratégias desenvolvimentistas.

Retomando o que já dissemos no capítulo teórico dessa dissertação, uma *zona de coerência* (BRAUDEL, 2009) depende da instalação de uma superestrutura jurídica, que regule e restrinja a vida social, a fim de proporcionar um cenário unificado em um mesmo sistema de regras e restrições, e de um conjunto de estruturas fixas fincadas no território, constituindo um conjunto de infra-estrutura que permita que o território seja atravessado por certa capacidade de produção e acumulação de capital. É nesse contexto que a agenda da integração física se insere de forma primordial.

Já no texto original do TCA, de 1978, em seu Artigo X, há referência à importância de uma infra-estrutura física no território. Porém, essa agenda só transcende o nível discursivo se afirmando como realidade concreta a partir da

⁴¹ Há uma lista detalhada dos projetos previstos no Plano Estratégico 2004 – 2012 no sítio eletrônico <http://www.otca.info/portal/projetos-programas.php?p=agd> (última visita 22/12/2011), inclusive com detalhamentos acerca de seu orçamento e parceiros.

criação da OTCA e do fortalecimento da agenda de integração regional em todo o continente. Entendemos que a expressão final desse longo processo de integração regional, fomentado pela transformação do TCA em OTCA, é a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Por meio da IIRSA, as duas dimensões do processo de integração amazônica, a nacional e a internacional, se misturam. A IIRSA, que, como demonstraremos no capítulo seguinte, tem um quadro institucional próprio e independente, unifica as estratégias desenvolvimentistas de toda América do Sul na intenção de transformar todo o território sul-americano numa plataforma de exportação e mobilidade, intensa e em larga escala, de capital.

4. Integração física, contramovimento transnacional e globalismo aberto

4.1. Iniciativa Para a Integração Regional Sul-Americana – IIRSA

Como já argumentamos em outros momentos dessa dissertação, o *regionalismo aberto* consiste em um processo por meio do qual os países envolvidos se integram com o objetivo de potencializar tanto a competitividade econômica quanto a representatividade política no cenário global. Nesse contexto, o território é fundamental para acomodar o *capital fixo* (HARVEY, 2005b) necessário para a mobilidade de bens, serviços, pessoas e dinheiro. No que concerne à Amazônia, por meio do *regionalismo aberto*, uma nova rodada de completa reestruturação geográfica se inicia, centrada nos projetos que compõem o plano IIRSA.

A IIRSA é um conjunto de grandes projetos para criação de uma infraestrutura integrada, coordenado pelos governos dos doze países sul-americanos. Seu objetivo principal é construir um *sistema integrado de logística* abarcando áreas de telecomunicações, transporte e energia a fim de criar condições para a integração econômica da América do Sul (CARVALHO, 2006). A IIRSA é, basicamente, o processo através do qual os Estados sul-americanos criam condições infra-estruturais para que o modelo de coerência capitalista se instale com toda sua força em rincões ainda não manejados pela racionalidade produtiva do capitalismo.

Entendemos, portanto, que a IIRSA é uma expressão de um conjunto de países que já constituiu uma estrutura jurídica – a OTCA – que permitisse sua integração física. Além disso, a IIRSA só foi possível devido ao acúmulo de políticas públicas e programas governamentais que vieram, ao longo de meados do século XX, preparando o território para a instalação da coerência capitalista. Nesse sentido, toda a narrativa que buscamos construir nos capítulos 2 e 3 podem ser interpretadas como uma pré-história da IIRSA, no sentido que sem os processos que sustentaram as duas dimensões – nacional e internacional – dos

projetos de integração amazônica não se constituiria o cenário propício para a existência de um projeto de integração físico como a IIRSA.

No âmbito dos projetos de infra-estrutura da IIRSA, as fronteiras entre o nacional e o internacional se inserem num novo paradigma de reordenamento territorial que, segundo documento que detalha o Plano de Ação da IIRSA (2003), se sustenta sobre duas premissas fundamentais, uma de ordem geográfica e outra de ordem jurídico-institucional. Ambas as premissas contribuem decisivamente para a construção de um novo regime de fronteiras no continente sul-americano e, dessa forma, inserem o continente na *nova geografia* da globalização (SASSEN, 2010).

Em primeiro lugar, o território é reordenado a partir de sua vocação geopolítica e geoeconômica para fins produtivos. Foram definidos dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) (mapa 5), sendo que quatro deles englobam diretamente a região da floresta amazônica como um todo: o *Eixo Andino*, que engloba a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela; *Eixo Peru-Brasil-Bolívia*; *Escudo das Guianas*, constituído por regiões do Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela; e o *Eixo Amazonas*, que engloba regiões do Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Os projetos desenvolvidos no âmbito de cada Eixo provocam impactos específicos nas regiões, consequência dos tipos de construções e das formas de reordenamento do território pretendidas. Ao todo, prevê-se um conjunto de 514 projetos com um custo total de, aproximadamente, US\$86 bilhões, de acordo com Ministério do Planejamento brasileiro⁴².

Segundo Carvalho (2004; 2006), cada um desses Eixos foi desenhado em função de sua capacidade e vocação produtiva, centralizando o fluxo de bens e produtos tanto para o mercado sul-americano quanto para o global. A infra-estrutura de energia, transporte e telecomunicações terá a função de sustentar o alto fluxo de produção e circulação de bens e produtos entre o mercado continental e global. Segundo relatório do CINDES (2009), cerca de 60% dos

⁴² Certas informações sobre a IIRSA estão disponíveis no site do Ministério do Planejamento Brasileiro, disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=302&sec=10> (último acesso 15/10/2011). Além disso, o site WWW.iirsa.org (último acesso 15/10/2011) disponibiliza uma série de documentos e relatórios oficiais.

projetos são empreendimentos nacionais que impactam sobre países vizinhos⁴³. A maioria dos demais são projetos binacionais como pontes, túneis, passagens de fronteira, transmissão de energia, eclusas, hidrovias, ferrovias e rodovias.

Mapa 5: Eixos de Integração e Desenvolvimento - IIRSA



Fonte: IIRSA.org

Em segundo lugar, o esforço da iniciativa busca a convergência entre normas e mecanismos institucionais a fim de remover barreiras de ordem legal e institucional que limitam o uso produtivo do território. Essa convergência institucional entre os doze países que integram a IIRSA busca implementar uma estrutura independente tanto dos governos quanto dos atores diretamente afetados pelos grandes projetos de infra-estrutura. Essa estrutura é composta por:

- a) Um **Comitê de Direção Executiva** (CDE) formado por representantes designados pelos governos sul-americanos;
- b) **Grupos Técnicos Executivos** (GTE) compostos por especialistas designados por cada país. Há um GTE para cada eixo de integração;

⁴³ Apenas dois projetos envolvem todos os doze países: o primeiro pretende a difusão continental de serviços postais baseado no Exporta Fácil, serviço oferecido pela Empresa Brasileira de Correios; o segundo visa promover acordos comuns entre todas as operadoras de telefonia celular que atuam no continente sul-americano afim de baratear a comunicação. Ambos os projetos visam estimular as exportações de pequenas e médias empresas (CINDES, 2009).

- c) Um **Comitê de Coordenação Técnica (CCT)** formado por representantes do BID, da CAF e do *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata* (FONPLATA). Esse comitê teria como finalidade atuar junto aos governos na implantação e monitoramento dos projetos pertencentes ao Plano de Ação da IIRSA. (OEI, 2000)

Além das duas premissas centrais acima mencionadas, existem outros princípios norteadores da IIRSA. São eles: sustentabilidade econômica, social, ambiental e política; aumento do valor agregado da produção; consolidação das tecnologias da informação; convergência normativa e coordenação público-privada (IIRSA, 2003).

O governo brasileiro, segundo Carvalho (2004), situa-se como protagonista do atual período do processo de integração regional sul-americano pela alocação significativa de recursos do Bando Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para a realização de projetos pertencentes à IIRSA. Durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), o BNDES se converteu em um vigoroso financiador de projetos de integração regional na América do Sul. A partir de 2003, e mais intensamente a partir de 2004, o BNDES se tornou um dos financiadores da carteira de projetos da IIRSA, estreitando as relações com a CAF e com o BID, principais financiadores do plano IIRSA, e marcando, dessa forma, presença no CCT. Em seu discurso na ocasião da abertura do 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF, em agosto de 2003, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que na ocasião ocupava o cargo de Ministro Interino das Relações Exteriores explicita o papel de liderança e protagonismo do governo brasileiro na integração sul-americana:

Este seminário, a iniciativa BNDES/CAF se insere na prioridade que o Presidente Lula definiu no seu discurso de posse para a América do Sul - e vem reiterando, a cada pronunciamento, a cada encontro, a prioridade que seu governo dedica às relações entre os países vizinhos e irmãos. Não é uma prioridade apenas retórica, ou porque estamos na América do Sul. Ela decorre da análise de uma situação internacional extremamente complexa, do ponto de vista econômico. A estagnação permanece nos principais centros da economia mundial; as próprias regras do sistema internacional foram colocadas em cheque por novas teorias, por novas iniciativas - e onde o exercício da força vem tentar apresentar-se como legítimo, acima do direito. (GUIMARÃES, 2003)

Ainda por ocasião da abertura do 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF, o então presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, explicita o papel do BNDES na integração física regional:

A infra-estrutura é, rigorosamente, a locomotiva do processo de desenvolvimento. Sem o bloco de infra-estrutura não se preenche a condição necessária para que as sinergias do continente venham a nos beneficiar a todos e a cada um. Caminhar nessa direção é certamente uma tarefa prioritária para os bancos de fomento que promoveram esse encontro (...).

Nesse momento, tenho imensa satisfação de poder anunciar aos senhores que o BNDES tomou a decisão de organizar um departamento vocacionado para a integração sul-americana. Vamos organizá-lo na nossa área de comércio exterior. O departamento representa - e eu quero dizer isso só para que os senhores tenham uma idéia do nosso interesse e esforço - numa área que tem 22 técnicos e que opera 42% do nosso orçamento, o recrutamento de mais 16 pessoas. O Banco é muito avarento com o seu pessoal. Nada nos desgosta mais do que qualquer outra instância de governo pedir alguém emprestado. Temos poucos quadros; dedicar 16 quadros do Banco nesse momento a essa tarefa é, para todos que pertencem à comunidade do BNDES, um sinal inequívoco da imensa importância que damos à integração sul-americana. (LESSA, 2003) (grifo nosso)

Por meio da atuação do BNDES, o governo Lula obteve sucesso em manter o Brasil como catalisador da integração regional sul-americana. A racionalidade e a lógica de eixos de desenvolvimento dos programas da era FHC, transplantadas para todo o continente no âmbito da IIRSA, potencializaram-se por meio da atuação dos governos Lula. Dessa forma, o Brasil teve garantido o posto de potência regional tão necessário para suas aspirações globais. Além disso, durante um dos governos Lula foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o período de 2007 – 2010 que conta com a atuação ativa do BNDES. O PAC parte da mesma matriz teórica e ideológica da IIRSA e tem o mercado internacional como norte. Como sustenta Castro (2009),

O PAC e o IIRSA foram montados com a mesma orientação, de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infra-estrutura. Ambos estão articulados pela concepção de eixos de integração e desenvolvimento. A IIRSA em nível sul-americano, como bloco regional, e o PAC em nível nacional. Do ponto de vista formal, são programas integrados. Os investimentos do PAC levarão a aumentar a assimetria em relação aos países sul-americanos, pois asseguram ao Brasil uma aceleração da economia, que o colocaria em situação ainda mais vantajosa no concerto nas nações sul-americanas. (CASTRO, 2009, p. 138)

Ainda que o PAC não seja um objeto de estudo dessa dissertação, entendemos que o Programa de Aceleração do Crescimento e a IIRSA

representam o momento atual das duas dimensões de projetos de integração regional. No âmbito da IIRSA, que legitima um regime de fronteiras que ultrapassa a noção de *fronteira-separação* (LAFER, 2004) do passado, as dimensões nacionais e internacionais se misturam num projeto de amplitude continental. No PAC, por sua vez, a racionalidade que sustenta a IIRSA é voltada para a transformação do território brasileiro numa plataforma apta a receber fluxos internacionais de capital.

A atuação do Estado brasileiro na implementação de projetos que visam à integração do continente sul-americano atende a interesses não restritos à classe política. Diversos grupos econômicos, de diversos setores, associados ao grande capital nacional e internacional, são levados em conta na formulação da política externa brasileira. Entre esses setores destacam-se o agronegócio, ramos das indústrias siderúrgicas e de automobilismo, além de grandes empresas mineradoras e petrolíferas, nacionais ou transnacionais. Esses atores, dotados de grande quantidade de poder material e recursos institucionais, são capazes de se impor de forma poderosa sobre outras forças sociais nos embates que ocorrem no interior do aparato estatal. A força com a qual a bancada ruralista – composta por representantes de diversos setores do agronegócio – se impõe no Congresso brasileiro, forçando mudanças profundas na legislação ambiental, é um bom exemplo desse cenário⁴⁴. Portanto, o Brasil garante seu protagonismo no processo de integração regional através da robustez do BNDES e de uma relação simbiótica com setores específicos da economia nacional.

O protagonismo do Estado brasileiro na instalação do modelo de coerência capitalista em território nacional e, a partir do plano IIRSA, no continente sul-americano como um todo, nos permite perceber que o Estado não é mera *correia de transmissão* dos interesses do capital global. A integração da economia

⁴⁴ Segundo afirma relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), “desde a legislatura de 1999/2003, a bancada ruralista desenvolveu a estratégia de ocupar todos os espaços políticos possíveis. Desde então, vem conquistando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e as presidências da Comissão de Agricultura e Política Rural e da Comissão de Meio Ambiente e Consumidor – esta última com menor frequência. No Senado Federal, na última legislatura podia-se notar a proximidade efetiva de alguns senadores com os interesses da bancada ruralista. Não era inusitada a visita das lideranças ruralistas aos gabinetes dos senadores nos momentos de votação ou de encaminhamentos de projetos de interesse da bancada. Essa relação estreitou-se por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a questão da Terra (CPMI da Terra), quando foi aprovado o relatório do deputado Lupion (DEM/PR), que criminalizava os movimentos sociais, em detrimento do texto do relator titular da CPMI, deputado João Alfredo (PSOL/CE)” (INESC, 2007).

brasileira e sul-americana às dinâmicas, restrições e regras da *zona de coerência* (BRAUDEL, 2009) do capitalismo global não interessam somente às classes capitalistas transnacionais. Esse processo é de interesse direto dos próprios Estados. No caso dos países sul-americanos, suas capacidades produtivas seriam potencializadas por via da integração regional, conferindo-lhes melhores condições de competir no cenário internacional, tanto econômica quanto politicamente. Assim, é possível argumentar que há uma convergência de interesses entre as forças do grande capital – nacional e internacional – e os interesses de Estado, e não uma relação de hegemonia de um sobre o outro, como argumenta William Robinson (2004; 2005; 2007).

Nesse sentido, entendemos que a assimilação de paradigmas de *governança*, por meio da inserção de elementos e técnicas administrativas do mundo empresarial na forma de governar dos países (HARVEY, 2008), não é mera imposição das forças do capital. Ainda que Estados tenham sua liberdade de ação limitada pelas regras e restrições do capital, a íntima relação entre governo e forças capitalistas é uma escolha consciente de ambas as partes (GILL e LAW, 2007). O capitalismo se sustenta nos poderes estatais para moldar e legitimar um sistema de regras e restrições que garanta coerência, eficiência e estabilidade a dinâmicas de produção e circulação, ao mesmo tempo que o Estado se sustenta nos fluxos de capital para criar condições de concretizar seus projetos. É por essa razão que entendemos ser possível afirmar que o Estado nacional é o *ponto de condensação* (MORTON, 2007) dos interesses das classes capitalistas, nacionais ou transnacionais.

Nessa nova conjuntura de integração à economia global, o regime tradicional de fronteiras é resignificado. Conforme já dissemos no capítulo 1, o *regionalismo aberto* implica a transformação de uma noção de fronteira baseada na *separação* para outra, baseada na *cooperação* (LAFER, 2004). Essa nova percepção de *fronteira-cooperação* se caracteriza como um *novo paradigma de desenvolvimento*, que concebe a América do Sul como uma unidade geoeconômica. É sobre essa concepção cooperativa das fronteiras que o governo brasileiro – por meio de sua capacidade de influência, da robustez do BNDES e de setores da economia nacional e internacional convergentes com os planos de Brasília – expande sua liderança regional. No processo de construção desse novo

paradigma ecoam vozes de diversos setores produtivos, entre elas a do ex-presidente da antiga Cia Vale do Rio Doce, ex-secretário de Assuntos Estratégicos no governo Collor, Eliezer Batista da Silva (1997). Segundo ele:

Para atender suas necessidades econômicas em um contexto cada vez mais global, as nações devem começar a ver além de suas próprias fronteiras, desenvolvendo um conceito de panoramas social e econômico dentro do qual bens e serviços possam ser movimentados eficientemente para gerar o máximo de valor. (...) Isso significa ver o continente sul-americano como uma unidade econômica única, em vez de 13 diferentes entidades políticas, e basear as decisões de desenvolvimento nos meios mais eficientes de se alcançar a integração e progresso em todo o continente. (SILVA, 1997, p. 29 - 30)

A construção de uma infra-estrutura que realmente integre as áreas de maior vocação produtiva da América do Sul é, portanto, fundamental, pois garante o acesso e o controle dos recursos naturais do continente, possibilitando que eles sejam incorporados ao fluxo global de mercadorias e serviços. Contudo, regiões como o Pantanal, os Andes e a Amazônia são difíceis obstáculos para a construção de uma infra-estrutura de integração sul-americana⁴⁵. Daí a necessidade de uma profunda transformação na paisagem geográfica dessas regiões. Em documento apresentado na IV Reunião do CDE da IIRSA, realizada em Caracas no ano de 2003, a divisão do continente em Eixos de Integração e Desenvolvimento aparece como mecanismo fundamental para vencer os obstáculos naturais da geografia sul-americana e conquistar a integração regional total:

[Os EID] representam uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável amplo da região. Este ordenamento e desenvolvimento harmônico do espaço facilitarão o acesso às zonas de alto potencial produtivo que atualmente encontram-se isoladas ou subutilizadas devido à deficiente provisão de serviços básicos de transporte, energia ou telecomunicações. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento representam uma referência territorial para o desenvolvimento amplo sustentável da região. (IIRSA, 2003)

Refletindo o protagonismo brasileiro na integração continental da América do Sul, os EID – herança clara da estratégia de desenvolvimento nacional de Fernando Henrique Cardoso, que se baseava em Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – respondem a objetivos geoestratégicos pensados para beneficiar a exportação de commodities brasileiras para os mercados europeus e

⁴⁵ Segundo Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, “a Cordilheira dos Andes é certamente uma beleza, mas é um terrível problema de engenharia”. (LESSA, 2003)

da América do Norte, além de asiáticos, como China e Índia (BNDES, 2003; CARVALHO, 2004). No entanto, aparece também como prioridade a integração dos mercados regionais a fim de aumentar o volume de exportação e importação entre os próprios países sul-americanos. Ou seja, a integração regional visa potencializar tanto a competitividade na escala global quanto a capacidade de trocas intrazonais. Tal quadro fica claro se analisarmos brevemente as principais características do Eixo Amazonas.

A área de influência do Eixo Amazonas estende-se por 5.657.679 Km², equivalendo a 50,52% da soma da superfície total dos países que o compõe e contando com uma população de 61.506.049 habitantes, com uma densidade demográfica de 10,87 habitantes/Km² e com um PIB de aproximadamente US\$150 bilhões (IIRSA, 2007). Um dos principais objetivos do Eixo Amazonas é integrar portos no Pacífico, como Buenaventura na Colômbia, Esmeraldas no Equador e Paita no Peru, aos portos brasileiros de Manaus, Belém e Macapá a fim de aumentar o escoamento de produtos entre eles.

Das três modalidades de projetos que compõem a carteira da IIRSA – transportes, energia e telecomunicações – predominam no Eixo Amazonas os que visam a melhoria das condições de transporte e de integração elétrica. No que concerne à estrutura de transportes, basicamente, em toda a região amazônica são utilizadas vias fluviais, rodovias e aeroportos como meios de transporte⁴⁶. Conexões e linhas ferroviárias são praticamente inexistentes. Não existe nenhum tipo de conexão internacional por ferrovia em toda extensão do EID Amazonas. Nesse sentido, devido à complicada geografia regional, torna-se “desejável aproveitar ao máximo as possibilidades que a natureza oferece por meio da ampla rede hidrográfica presente na zona” (IIRSA, 2010a, p. 72). Já no que concerne a projetos de integração energética, devido à dispersão da população, à extensão e geografia complexa do território, é bastante difícil a integração dos serviços de provisão de energia, particularmente na região amazônica a leste dos Andes. Ainda assim, há grandes projetos como as UHEs de Jirau e Santo Antonio⁴⁷, na

⁴⁶ Segundo o sistema Aliceweb do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e de relatório produzido pela CAF em 2010, o modo de transporte ferroviário corresponde a 0,1%, o modo rodoviário 1,46%, o marítimo 95,5%, o modo aéreo 0,36% e “outros meios” 2,58% dos modos de transporte empregados nas exportações dos países do EID.

⁴⁷ Ambas as hidrelétricas ficam em zonas de convergência entre os EID Amazonas, Interoceânico e Peru-Brasil-Bolívia.

bacia do Rio Madeira, que visam a integração energética tanto de regiões amazônicas brasileiras, quanto entre Brasil, Bolívia e Peru (BNDES, 2003).

No período de 2000 a 2008, segundo relatório da IIRSA (2010a), foi registrado um incremento de 324,59% nas exportações da área de influência do EID, totalizando US\$65,94 bilhões em 2008 contra US\$15,53 bilhões em 2000. Esse valor se refere a 23,12% das exportações totais de todos os países pertencentes ao Eixo Amazonas. No entanto, 95,41% dessas exportações são extrazona, ou seja, voltadas para mercados externos, enquanto apenas 4,59% correspondem a exportações entre os países do eixo. É esse quadro que justifica a necessidade de consolidação de uma estrutura que possibilite maior integração entre os mercados internos ao EID, possibilitando maior mobilidade de bens e serviços no interior da zona.

No ano de 2005 foi consolidada uma Agenda de Implementação Consensuada (AIC) que aponta a execução de certos projetos como prioritários para atingir os objetivos de integração propostos⁴⁸ (IIRSA, 2010b). A AIC é composta por um conjunto de 31 projetos estratégicos definidos a partir da avaliação dos quatro primeiros anos de existência da IIRSA. A visão estratégica dos projetos na região enfoca o fortalecimento das atividades agrárias, florestais e turísticas como pilar da economia regional através da promoção de investimento por via legislativa; melhoria da infraestrutura física; fortalecimento do desenvolvimento sustentável; incentivos para o progresso empresarial; associatividades entre os setores público e privado; e capacitação dos recursos humanos (IIRSA, 2007; 2010a). Nesse cenário, prevê-se a tecnificação da agricultura, a otimização da articulação entre os locais de produção e os mercados, além da identificação e desenvolvimento de atividades agroecoturística e criação de agroindústrias. Dois setores chamam a atenção: agronegócio com base na fronteira da soja; e o biocomércio baseado na agrobiodiversidade que visa alcançar altos níveis de produtividade de produtos orgânicos para exportação intra e extrazonal.

⁴⁸ É possível dizer que a IIRSA é dividida, até os dias de hoje, em dois momentos (IIRSA, 2010b). O primeiro momento, de 2000 a 2004, foi a fase de planejamento territorial e de ordenamento da carteira de projetos da IIRSA. Através dessa carteira de projetos é que se definiu o conjunto de projetos estratégicos que constitui a AIC 2005 – 2010, a segunda fase da IIRSA. Ainda na primeira fase, de 2000 a 2004, definiu-se que cada EID teria um grupo de projetos prioritários denominados projetos “âncora”.

Segundo IIRSA (2007), a agricultura amazônica é fortemente marcada pela produção artesanal destinada majoritariamente para a subsistência. No Brasil, especificamente, a plantação da soja em larga escala constitui uma das principais fronteiras do agronegócio na Amazônia, sendo que boa parte da soja cultivada na floresta é deslocada através dos rios Madeira e Amazonas. A soja se expande na Amazônia não só tomando conta de áreas já assimiladas ao cultivo de larga escala⁴⁹, mas também pela conversão indireta de novas áreas florestais, o que significa aumento de áreas desmatadas ou inseridas em um mercado de terras. Incentivada pelas grandes empresas do agronegócio para exportação que atuam, sobretudo, como fornecedoras de créditos e insumos à produção, a expansão da soja vincula-se às dinâmicas da especulação e da apropriação fundiária desordenada e ao uso predatório dos recursos naturais (CASTRO, 2004).

O cultivo da soja na Amazônia e no Brasil é altamente dependente de tecnologias de preparação do solo e de escoamento da produção (CASTRO, 2004). Assim, a IIRSA torna-se elemento central para a expansão da fronteira da soja, pois provê as empresas produtoras de uma infra-estrutura de transporte que possibilita o escoamento da soja em grãos ou em farelo, tanto para os mercados asiáticos e europeus quanto para outros mercados sul-americanos. Através de projetos financiados pelo plano IIRSA e por inovações tecnológicas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a soja se expande por toda a extensão da floresta amazônica.

Uma nova fronteira do agronegócio, pouco mencionada em outros estudos sobre a IIRSA na Amazônia, mas situada como central para o plano estratégico da AIC nos relatórios da IIRSA, são os produtos orgânicos. De acordo com relatório da IIRSA (2007), havia 4,7 milhões de hectares destinados ao cultivo de produtos orgânicos em toda América do Sul, sendo que pouco menos de 10% desse total seria no interior do EID Amazonas. O mesmo documento sugere que o cultivo orgânico, devido à marca “Amazônia” e ao alto interesse global por esse tipo de produto, deve ser tecnificado e submetido ao controle de grandes empresas, pois só dessa forma poderia suprir a alta demanda global.

Através da expansão dessas duas fronteiras, e do ecoturismo, beneficiado por uma malha de transporte que possibilita o fácil deslocamento de pessoas de

⁴⁹ Área denominada de *Arco do Fogo*, ou *Arco de Povoamento* (BECKER, 2009).

centros urbanos como Manaus e Belém para regiões antes de difícil acesso, a IIRSA vai consolidando uma transformação na constituição geográfica e social da região amazônica. O avanço do plantio da soja e da nova fronteira de produtos orgânicos – ainda bastante incipiente, se comparada com a soja, mas apontada como uma possibilidade real de ganhos – acarreta em uma nova rodada de inserção de partes do território amazônico em um mercado de terras desleal (CASTRO, 2004; GONÇALVES, 2010). Todos os projetos de melhoria infra-estrutural resultam no encarecimento da terra, já que o proprietário terá a sua disposição maiores facilidades para seu uso produtivo. Nesse contexto, o pequeno produtor se vê em real desvantagem em comparação com o grande empresário.

Por todas essas iniciativas, nesse início de século, a Amazônia é transformada numa plataforma de corredores de exportação intra e extrazonal de commodities. Suas capacidades produtivas – seu solo, suas províncias minerais e suas redes hidrográficas – convertem-se em objeto de exploração com o objetivo de sustentar fluxos de capital global estruturados sobre o modelo de coerência do mercado internacional.

Todos os relatórios da IIRSA (2003; 2007; 2010a; 2010b) analisados para a escrita dessa dissertação sugerem que impactos ambientais e sociais devem ser levados em conta. No entanto, nenhum é capaz de apontar com precisão quais seriam esses impactos e quais medidas seriam tomadas para dirimir suas consequências negativas. Ao mesmo tempo, prevê-se como premissa organizacional da iniciativa a construção de uma estrutura institucional blindada a pressões de atores diretamente afetados pelos projetos em execução. O Comitê de Coordenação Técnica, cuja função é o monitoramento geral dos projetos, também responsável por monitorar possíveis impactos sócio-ambientais, é formado exclusivamente por representantes da CAF, do BID, do FONPLATA e o BNDES.

Não há na estrutura organizacional da IIRSA representantes da sociedade civil ampla e muito menos de organizações dos atingidos diretamente pelos projetos (MAB, 2009). Dessa forma, o contexto de integração regional, no âmbito do *regionalismo aberto* e da IIRSA, que vive a região amazônica, assim como toda a América do Sul, é um verdadeiro catalisador de disputas entre forças sociais oriundas de diversas escalas espaciais.

4.2. Fórum Social Pan-Amazônico: contramovimento transnacional

Como argumenta Polanyi (1980), o capitalismo é uma construção histórica, fruto de dinâmicas forjadas em determinados momentos históricos, artificialmente naturalizadas por intermédio de instituições criadas para esse objetivo. Seu nexos distópico temporal/espacial nada tem de natural. Seu avanço sobre o tempo e o espaço da natureza não é linear e muito menos desprovido de conflitos, pelo contrário, é marcado pelas mais diversas e legítimas reivindicações de direitos e, como sustenta Harvey (2004), por um *desenvolvimento geográfico desigual*. Ainda assim, lentamente a superfície do planeta é subordinada a exigências de uma coerência distópica que tem como constante histórica a necessidade de mercantilizar tudo ao seu redor.

O processo de mercantilização total se corporifica na dominação e categorização total das potencialidades da natureza (POLANYI, 1980). No início do século XXI, através de diversos programas, projetos e dimensões da integração amazônica, cujos principais elementos buscamos analisar nos capítulos anteriores, *o processo fictício de mercantilização da natureza* (POLANYI, 1980) torna-se também uma realidade amazônica, impactando profundamente na integridade geográfica e social da região. Nesse contexto, a Amazônia, seu território, seus povos e sua diversidade biológica, convertem-se em possíveis novos produtos, novas patentes e novos mercados, integrando-se à divisão internacional da produção e tornando-se, assim, parte fundamental do capitalismo global.

Historicamente, o movimento de expansão da coerência capitalista é marcado por insatisfações e conflitos de todos os tipos, gerando *contramovimentos* ou *duplo movimento* (POLANYI, 1980) de resistência. Do ponto de vista das classes capitalistas, que se esforçam por comprovar que o capitalismo se baseia em um sistema de relações sociais naturais às aspirações e desejos humanos, esses *contramovimentos* são empecilhos a sua evolução. Nessa perspectiva, qualquer movimento de resistência ao avanço da coerência capitalista só atrasaria o momento no qual o próprio capitalismo teria vencido todos os obstáculos, internos ou externos, tornando-se um sistema produtivo capaz de gerar prosperidade para todos. Contudo, do ponto de vista daqueles atingidos pelo alargamento da *zona de coerência* (BRAUDEL, 2009) capitalista e que compreendem o caráter histórico, e não natural, das bases que sustentam o

sistema, o *contramovimento* é uma forma de defesa e proteção. Sobre essa dupla dinâmica de ataque e defesa, Karl Polanyi (1980) argumenta:

Achamos, assim, que a evidência comprova a interpretação que damos ao duplo movimento. Se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes humano e natural do tecido social, como insistimos, o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de pessoas exercesse a maior pressão no sentido de obter alguma espécie de proteção? Foi isto o que encontramos. Seria de se esperar, também, que isto acontecesse sem qualquer prevenção teórica ou intelectual por parte deles, e a despeito da atitude que assumiam em relação aos princípios subjacentes a uma economia de mercado. Mais uma vez, este foi o caso. (POLANYI, 1980, p. 182)

No âmbito da *nova geografia* da globalização (SASSEN, 2010), que instaura um novo regime de fronteiras e cria uma estrutura de rápida mobilidade física e virtual global, cada vez mais atores sociais são capazes de se fazer ouvir e se posicionar frente ao avanço da coerência capitalista. Nesse contexto, as possibilidades do *contramovimento* defensivo e de resistência são alargadas. Atores e grupos sociais de qualquer *escala espacial* (HARVEY, 2004) podem abandonar ou evitar hierarquias, podendo acessar diretamente atores e grupos sociais de outros locais, seja no mesmo país ou atravessando fronteiras, constituindo plataformas transnacionais não-hierárquicas (SASSEN, 2010), aprofundando e ampliando, assim, as capacidades de articulação em *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971). Dessa maneira, na esteira do alargamento do capitalismo global, a possibilidade de articulação social em plataformas de longo alcance coloca as lutas e conflitos por direitos políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais no centro da linguagem do *contramovimento* defensivo.

Todavia, no que concerne a integração amazônica, não há, na estrutura organizacional e decisória de nenhum dos processos analisados nos capítulos anteriores, representação significativa da sociedade civil e nem daqueles impactados diretamente pelos programas e projetos de transformação sócio-geográfica a que foi submetida a região ao longo do século XX (MAB, 2009). A forma como os programas e projetos de integração amazônica foram concebidos consolidou um cenário de integração verticalizada, marcado por hierarquias e assimetrias que colocam em xeque os mais diversos direitos civis em prol da produção e manutenção dos fluxos de capital que sustentam a *nova geografia* e garantem maior relevância dos países sul-americanos no cenário internacional.

Há, então, um paradoxo, pois o mesmo processo que possibilita o alargamento da coerência capitalista, ameaçando a garantia de direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais, possibilita o alargamento da capacidade de articulação e de reivindicações por maior autonomia e mecanismos de proteção social capazes de, efetivamente, proteger as populações.

Dessa forma, ainda que num contexto de grandes investimentos em mega-construções de infra-estruturas, que transformam a Amazônia e a integram à divisão internacional da produção, a *nova geografia* abre a possibilidade que um *novo território regional* seja constituído na floresta. Um *novo território regional*, segundo Bocayuva (2004, p. 103),

como um território de direitos, aparece dentro da lógica federativa e cosmopolita de processos de alianças políticas entre povos e supera os marcos tradicionais do princípio da autodeterminação nacional, pois coloca o centro da questão na perspectiva de uma vontade política e de um bloco histórico capaz de repensar as relações e a sociedade internacional no plano interamericano.

Nesse *novo território regional* (BOCAYUVA, 2004), inserido na *nova geografia* da globalização, os *blocos sociais* (GRAMSCI, 1971) se organizam em redes horizontalizadas, articuladas ao redor de um objetivo comum: a construção de um quadro de direitos civis que os garanta autonomia. Apesar da integração amazônica verticalizada, como conduzida pelos Estados sul-americanos, o cenário político que esses *blocos sociais* transnacionais buscam consolidar é o de uma integração regional baseada em processos de cooperação horizontalizada, com forte participação popular em todas as instâncias de decisão. Dessa forma, argumentamos que a luta por direitos e por autonomia, que veio se fortalecendo desde a década de 1980, através da liderança de Chico Mendes, se constitui como uma dimensão paralela e alternativa da integração amazônica, que não entende a Amazônia como uma plataforma de projeção no mercado internacional, mas como uma região que se consolida nas identidades plurais de seus habitantes.

Embora articulados em plataformas que transcendem os limites fronteiriços estatais, é acessando poderes de Estado que os *blocos sociais* podem obter vitórias ou derrotas em suas lutas e reivindicações por direitos. Pois são os Estados, no âmbito de seu poder executivo, legislativo e judiciário, que podem legitimar ou destruir mecanismos de proteção. Dessa forma, ainda que marcada por profundos processos de internacionalização, a luta por direitos e autonomia na

atual conjuntura da *nova geografia* da globalização passa, necessariamente, pelo Estado nacional.

Nesse contexto, o Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA) é um bom exemplo de como movimentos sociais, organizações e institutos não-governamentais podem se articular na composição de plataformas transnacionais, pressionando os Estados por alterações na condução de suas políticas públicas, tanto interna quanto externamente. A idéia de uma pan-Amazônia⁵⁰ foi sendo construída na esteira dos processos bidimensionais de integração amazônica e no fortalecimento das questões ambientais tanto no cenário sul-americano, quanto no cenário global. Quanto mais integrada estavam as estratégias de transformação e ocupação territorial amazônica, mais os impactos e problemas se tornavam similares por toda a bacia amazônica, demandando e possibilitando que grupos sociais se articulassem em blocos e redes de maior alcance.

Assim, o FSPA – pensado primeiramente como um Fórum Regional dentro da articulação do Fórum Social Mundial (FSM) – se constitui como uma arena para que movimentos sociais de toda a Amazônia se articulem, ampliem e conheçam as bandeiras e lutas das diversas organizações sociais de toda bacia amazônica, sendo, então, um importante instrumento na busca por um outro modelo de integração regional. Na primeira edição, em 2002, na cidade de Belém do Pará, estiveram presentes aproximadamente 1000 participantes, vindos da Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia e Brasil, além de delegações da Itália, França, Catalunha, Palestina e Canadá⁵¹.

Após essa arrancada inicial, foram organizadas mais três edições anuais do FSPA, em Belém, Ciudad Guyana, na Venezuela, e em Manaus. Durante essas três novas edições, foi ampliada cada vez mais a participação das organizações e movimentos sociais de todos os países que compõe a região da Pan-Amazônia. No

⁵⁰ A região da Pan-Amazônia se refere a toda região da bacia amazônica, abrangendo todos os Estados amazônicos, sendo, assim, a área geográfica abarcada pela OTCA.

⁵¹ Todas as informações acerca da história, dos números de participantes e das edições do FSPA foram obtidas no site WWW.forumsocialpanamazonico.org (último acesso estimado em 15/06/2011). Por alguma razão o site desapareceu em algum momento após o mês de junho, por essa razão não posso precisar a última vez que acessei o site, sendo que a data do dia 15 de junho de 2011 foi obtida conferindo as propriedades dos documentos baixados. O dia 15 de junho de 2011 é a data mais recente, por isso estimo que o site tenha sido acessado pela última vez nesse dia.

entanto, após a quarta edição, o Conselho Pan-Amazônico⁵² teve dificuldades de se rearticular e levantar recursos para viabilizar uma quinta edição no ano de 2006. No entanto, no decorrer dos anos de 2008 e 2009, em decorrência da preparação para o FSM em Belém, o movimento Pan-Amazônico se fortaleceu.

Contando com a participação de mais de 400 representantes de organizações e movimentos sociais de toda a Amazônia, foi organizada, no interior do FSM, a Assembléia da Pan-Amazônia. Como resultado da assembléia, foi publicado o *Manifesto do Fórum Social Pan-Amazônico* (FSPA, 2009) reunindo as principais reivindicações e características gerais do FSPA. Além do manifesto, a *Carta de Santarém* (FSPA, 2010), lançada após a quinta edição do evento, ocorrido em 2010, na cidade paraense de Santarém, apresenta com clareza os objetivos da plataforma surgida no âmbito do FSPA. Atualmente, o FSPA conta com um Comitê Internacional de Organização, formado por diversas ONGs e representantes de movimentos sociais de todos os países que compõe a Pan-Amazônia.

O grande contraste entre o modelo de integração vertical, que na atual conjuntura é concentrado na carteira de projetos do plano IIRSA, e as reivindicações dos movimentos sociais do FSPA é justamente o caráter verticalizado e hierárquico presente na IIRSA. O que impulsiona o *contramovimento* nesse caso é o fato dos atores frontalmente atingidos pelos grandes projetos de construção de infra-estrutura não serem consultados nas tomadas de decisão. A plataforma do FSPA não coloca em xeque a necessidade de integração regional, mas sim o fato disso estar sendo feito à revelia das demandas e necessidades dos amazônidas (FSPA, 2009; 2010).

Assim, argumentamos que o FSPA, como plataforma para diversos movimentos e grupos sociais, se caracteriza como um *ponto de condensação* (MORTON, 2007) para as aspirações por um modelo alternativo de integração regional, baseado na autonomia dos povos, na solidariedade e na identidade amazônica plural. No decorrer das cinco edições foi consolidado um discurso único, pautado sobre identidades plurais que demandam autonomia e poder de se

⁵² Formado no interior da comissão de organização do FSM, o Conselho Pan-Amazônico conta com a participação de diversas ONGs e representantes de movimentos sociais. Entre elas a FASE, o Fórum da Amazônia Oriental, o Movimento Atingidos por Barragens a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário situam-se como protagonistas.

autogovernar. Ponto central das reivindicações dos movimentos pan-amazônicos, afirmado tanto no *Manifesto* (FSPA, 2009) quanto na *Carta de Santarém* (FSPA, 2010), é o direito pela terra e pela participação plena, igualitária e autônoma de todos os povos, etnias e sociedades amazônicas na definição do futuro da região. Na Carta de Santarém, eles afirmam:

Temos uma utopia: a construção de um continente sem fronteiras, a Aby-Ayala, terra de muitos povos, iguais em direitos e solidários entre si. Uma terra livre de toda opressão e exploração. (FSPA, 2010)

Por meio da articulação em redes, movimentos sociais pan-amazônicos encontram a oportunidade de compreender que, a despeito de sua diversidade identitária, existe uma conjuntura global que possibilita e, ao mesmo tempo, torna imperativo o diálogo entre grupos tão diversos:

Somos de muitos povos, distintos e mezclados; por isto rechaçamos o pensamento único, o viver uniforme, as imposições econômicas, sociais, políticas, sexuais e culturais. Instituímos a cultura e a comunicação como armas para combatermos a dominação, a violência, o terror e a propriedade. (...) Somos assim: lutamos para construir um mundo onde caibam todos os mundos. (FSPA, 2009)

A busca por autonomia relaciona-se diretamente com a pluralidade identitária, com o direito à terra e com o repúdio ao modelo vertical e hierarquizado de integração regional, não baseado no diálogo com os amazônidas:

O direito dos povos originais de manterem suas culturas, suas identidades e seus territórios é sagrado. Povos indígenas e quilombolas devem ter suas terras demarcadas e juntamente com as comunidades tradicionais ter reconhecidos seus direitos à autonomia e ao auto-governo sem que isto signifique separatismo ou cisão do território nacional. Isto significa que nenhum projeto pode ser implantado sem o prévio consentimento das comunidades que vivem nestes territórios. (FSPA, 2009)

A plataforma transnacional pan-amazônica constitui-se, então, como um movimento de resistência anticapitalista, que entende que modelos de integração, como a IIRSA, agravam a situação de destruição climática ao mesmo tempo em que retiram a posse da terra de seus habitantes tradicionais (ALMEIDA e CARVALHO, 2009). Estes são forçados a se subordinar às regras e restrições dos grandes grupos que passam a deter o controle do território. Essa plataforma, no entanto, só é possível devido aos processos de liberação de fluxos característicos da expansão do capitalismo global. Os movimentos sociais pan-amazônicos lutam contra a expansão territorial do capitalismo ao mesmo tempo em que se beneficiam de suas estruturas de mobilidade, que permitem a consolidação de

plataformas de resistência. Dessa forma, advogam pela existência de acordos regionais que não visem somente a integração das capacidades produtivas, mas sim a integração de identidades oriundas de múltiplas *escalas espaciais*, num mosaico social capaz de exprimir os interesses dos povos amazônicos como um todo:

Defendemos que os acordos de integração regional resultem na supressão do fosso que separa os países sul-americanos, promova a sustentabilidade na Pan-Amazônia ao invés da pura exploração dos recursos naturais. Neste sentido, iniciativas como o Banco do Sul e a Unasul devem fortalecer a integração dos povos e não apenas os interesses econômicos. (FSPA, 2009)

As reivindicações dos movimentos sociais articulados no FSPA, a nosso ver, corroboram a tese que o Estado ainda se apresenta como um *ponto de condensação* (MORTON, 2007) tanto para as vitórias quanto para as derrotas decorrentes das lutas sociais. Fica claro, também a nosso ver, que a concretização do modelo vertical ou horizontal de integração regional será decidida nos embates e conflitos travados no interior do *Estado Ampliado*⁵³ (GRAMSCI, 2011a). Tanto o modelo do *regionalismo aberto* e da IIRSA, baseado em grandes projetos infra-estruturais como hidrelétricas gigantescas, alargamento do leito dos rios, códigos florestais que beneficiam grandes latifundiários e desmatadores, quanto o modelo horizontal dos amazônidas, baseado na solidariedade e na integridade física e social da floresta, agregando valor à agricultura familiar e protegendo as diversas identidades amazônicas, dependem dos poderes de Estado para se concretizar.

Contudo, por mais que os Estados sejam arenas ampliadas de sociabilidade, nas quais reinam por excelência os conflitos e lutas sociais, como define Gramsci (2011a), certos grupos são mais contemplados do que outros pelo aparato estatal, já que os Estados dependem de fluxos de capitais para assegurar sua capacidade efetiva de promover políticas públicas (GILL e LAW, 2007). Por essa razão, no que concerne o antagonismo entre a IIRSA e o FSPA, os interesses do capitalismo são contemplados em detrimento das demandas por autonomia e por modelos alternativos de desenvolvimento sócio-econômico defendidos por movimentos sociais. A atuação direta do Estado brasileiro, através do BNDES, no financiamento e na constituição da estrutura administrativa da IIRSA, que se

⁵³ A noção de *Estado Ampliado* (GRAMSCI, 2011b) remete à incorporação e realização de interesses e demandas das classes subalternas que são atendidas pelo aparato estatal através de, por exemplo, políticas públicas.

blinda à participação popular, indica claramente que há convergência entre os interesses de Estado e a concretização de um sistema de infra-estruturas que transforme a Amazônia num corredor de exportação para bens, serviços, capitais e pessoas⁵⁴.

Não podemos, todavia, argumentar que na atual conjuntura o Estado brasileiro, cujo protagonismo na integração amazônica e sul-americana foi aprofundado no decorrer da segunda metade do século XX e início do XXI, se imponha por meio de *colonialismo interno* (CASANOVA, 2006), como argumentamos no capítulo 2 a respeito da atuação do Estado sob controle dos militares.

O antigo *colonialismo interno* dos militares foi geograficamente desconstruído, sendo transformado em processos de internacionalização e integração aberta. O *regionalismo aberto* instaura um novo regime de fronteiras no qual a soberania nacional sobre o território, aspecto essencial da definição de *colonialismo interno* proposto por Casanova (2006), se torna mais fluída e porosa. No novo contexto do *regionalismo aberto* não é mais a questão nacional que norteia as ações estatais. Ou melhor, a questão nacional se encontra em total convergência com a questão internacional, sendo difícil separá-las. Assim, argumentamos que no atual contexto, o caráter de colonialidade tem sua origem não somente na arena nacional, mas é reflexo dos processos de globalização, que pressionam por uma *nova geografia* estruturada sobre um novo regime de fronteiras que trinca os limites entre a questão nacional e a internacional.

No entanto, no âmbito da integração regional aberta conduzida pelos Estados amazônicos, de caráter vertical e blindada à participação popular, a produção e aprofundamento de assimetrias e hierarquias, que conduzem à situações de opressão e injustiça, permanecem como uma constante. Dessa forma, ainda que o caráter interno do *colonialismo interno* tenha se perdido, o caráter de colonialidade permanece. No entanto, a transformação na escala geográfica do processo de integração, que, no decorrer da última década do século XX e

⁵⁴ Segundo matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em 16/10/2011, a “Amazônia vira motor de desenvolvimento” para a economia brasileira. A matéria aponta que o volume total de investimentos destinados aos nove estados amazônicos atingirá, até 2020, a soma de R\$212 bilhões, sendo o setor energético o mais destacado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/991426-amazonia-vira-motor-de-desenvolvimento.shtml> (acessado em 16/10/2011).

primeira do XXI, situou a dimensão internacional da integração amazônica como fundamental para aumentar a relevância política e econômica da América do Sul na globalização, demanda um novo entendimento desse caráter de colonialidade.

Ainda que não afirmemos que os Estados se impõem no território amazônico por vias do *colonialismo interno*, entendemos que tal conceito, ainda que desconstruído na *nova geografia* da globalização, oferece elementos que auxiliam a compreensão das relações de poder na atual conjuntura. Afinal, há ainda um profundo quadro de assimetrias e desigualdades sociais, que remetem à políticas que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, colocando em risco a garantia de direitos civis, econômicos, culturais e ambientais. Assim, como forma de adequar a noção de *colonialismo interno* ao contexto atual, propomos um neologismo: o antigo *colonialismo interno* se transformou em *globalismo aberto*.

A noção de *globalismo aberto* pretende expressar as especificidades da atuação estatal no âmbito do *regionalismo aberto*. Num contexto de *regionalismo fechado*, o governo federal utilizou de medidas de *colonialismo interno* para assegurar a integridade territorial brasileira e sua soberania. Ou seja, criou um aparato jurídico-financeiro que impôs um contexto de assimetrias, hierarquizações, submissões e opressões cuja finalidade era garantir segurança política e econômica. Nesse contexto, a expansão da fronteira interna do capitalismo, diretamente ligada a mecanismos de *colonialismo interno*, era justificada pela necessidade de manutenção da soberania territorial do Estado e pelo direito ao desenvolvimento. O processo de integração do território amazônico visava a expansão dos poderes soberanos do Estado sobre aquela área, a fim de levar desenvolvimento baseado em processos de substituição de importações e de uma malha industrial capaz de suprir as demandas da sociedade brasileira.

Atualmente, no cenário da *nova geografia* da globalização, sustentada por processos de liberalização e desregulamentação econômica, o território se converte em um suporte de fluxos transfronteiriços de capital, processos, produtos e pessoas. O antigo regime de fronteiras, baseado no *regionalismo fechado* e no poder direto e autoritário do Estado, é substituído por outro, fundamentado na noção de *fronteira-cooperação* (LAFER, 2004). Esse novo regime de fronteiras articula-se através das demandas e necessidades do mercado internacional,

constituindo o cerne do *regionalismo aberto* através da promoção das capacidades produtivas, visando a exportação em larga escala (CARVALHO, 2006). Esse cenário não mais se justifica pela busca da garantia da soberania do Estado, mas sim pelo aumento da capacidade de competição, tanto política quanto econômica, no cenário internacional.

A partir disso, argumentamos que o *globalismo aberto* está para o *regionalismo aberto* assim como o *colonialismo interno* esteve para o *regionalismo fechado*. Da mesma forma que estratégias desenvolvimentistas, movidas por mecanismos de *colonialismo interno*, proporcionavam aos governos militares legitimar sua soberania sobre o território nacional ao promover a entrada de forças capitalistas internacionais em seu território, as estratégias desenvolvimentistas no âmbito do *globalismo aberto* proporcionam que o modelo de coerência do capitalismo global se concretize no plano doméstico.

Ambas as noções, *colonialismo interno* e *globalismo aberto*, denotam que um aparato estatal consolida uma situação de opressão e subjugo, favorecendo certos grupos em detrimento de outros. A diferença está na forma como o poder é exercido. No contexto do *regionalismo fechado*, cenários de assimetrias e hierarquizações eram alimentados por mecanismos de *colonialismo interno* estruturados na autoridade formal e direta do Estado. Esses mecanismos eram concretizados através de grandes projetos de transformação sócio-geográfica, como a transamazônica, barragens como a de Tucuruí, o grande Carajás, entre outros.

No contexto do *regionalismo aberto*, mecanismos de *globalismo aberto* alimentam cenários de assimetrias e hierarquizações ao privilegiar e financiar um modelo de integração regional verticalizado, que atravessa o território amazônico sem propriamente avaliar seus impactos e consequências. Assim, a carteira de projetos da IIRSA é agente direto de promoção do *globalismo aberto* em toda a América do Sul. Nesse sentido, a noção de *globalismo aberto* busca expressar certa continuidade do papel central desempenhado pelos Estados na promoção do capitalismo, assegurando a manutenção de assimetrias e hierarquizações.

Considerações Finais

Ao longo de quatro capítulos buscamos demonstrar como a Amazônia foi impactada e transformada por projetos de integração regional que, por meio do protagonismo do Estado brasileiro, se processou tanto na dimensão nacional quanto na internacional. O resultado foi a integração completa de toda região amazônica aos imperativos, preceitos, demandas e interesses do capitalismo global. Procuramos também sustentar nossa premissa teórica que globalização e capitalismo global são sinônimos e que sua expansão depende da atuação direta do Estado para se realizar no território, tornando-se uma forte variável para a definição das características gerais de uma região.

Além disso, essa dissertação buscou sugerir, através de uma linguagem teórica que visou articular elementos das Relações Internacionais, da Economia Política Internacional e da Geografia, que a produção social do espaço global e o desenvolvimento geográfico desigual, são aspectos centrais dos novos regimes internacionais de divisão social e territorial do trabalho e das funções. Dessa forma, a produção do espaço e o desenvolvimento desigual são elementos vitais para a compreensão da nova conjuntura de integrações regionais e produção de *regionalismos*.

Na América do Sul, a atual conjuntura da agenda de integração regional, que tem na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) sua expressão mais profunda, deriva diretamente do quadro de integração física e política que atravessou a região amazônica ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI. Todavia, a UNASUL ainda é um projeto em processo, que ainda não mostrou a que veio e que tem de lidar com diversas intempéries para se consolidar de fato. Fase final de um projeto hegemônico brasileiro, que busca a consolidação do Brasil como uma liderança regional a fim de aumentar sua relevância no cenário internacional, tanto econômica quanto politicamente, a UNASUL depende da integração física e do regime de fronteiras que a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana pretende construir.

Assim, à título de conclusão, argumentamos que a integração política total que a UNASUL busca só é possível depois que sub-regiões sul-americanas, como a Amazônia ou a Bacia do Prata, estiverem definitivamente integradas. No entanto, seria justo questionar até que ponto esse tipo de integração beneficia a população dos países sul-americanos. Ou então, tecendo a pergunta de outra forma, a quais populações essa integração beneficiaria? Não parece haver, por parte dos Estados, um questionamento da validade ética dessa empreitada. Os que se sacrificam e que tem suas vidas forçadamente reestruturadas pela construção de grandes projetos, como as diversas hidrelétricas que se multiplicam pelos rios amazônicos, parecem não ser uma variável de peso na avaliação dos impactos e consequências dos processos de integração física e política em curso. Em última instância, seu sacrifício é entendido como sendo um mal necessário, pois, pelo menos à princípio, uma quantidade muito maior de pessoas se beneficiaria com o progresso e desenvolvimento levado pelas obras da IIRSA, ou até mesmo do PAC.

Por essa razão, entendemos que levantar a dúvida acerca da validade ética de todo esse processo seria uma boa maneira de terminar essa dissertação. A noção de *globalismo aberto* indica que, da forma como entendemos todo esse processo, o Estado brasileiro contemporâneo é agente de uma reedição, sobre outras estruturas e razões, da empreitada colonial que instaurou assimetrias e hierarquizações, há muito incrustadas em nosso imaginário coletivo e em nossas instituições.

A análise da história recente da Amazônia e da América do Sul parece demonstrar que, ainda que tenhamos conquistado nossa independência já há quase duzentos anos, não vencemos o ranço da colonização. Na atual conjuntura de transformações sistêmicas profundas – que coloca o Brasil e outros países em desenvolvimento, também ex-colônias, como Índia, China e África do Sul, como potências regionais com forte relevância no cenário internacional – a colonialidade encontra novas roupagens, responde a novos imperativos e utiliza de novos meios para continuar atravessando a vida de milhares de pessoas.

Talvez a própria globalização, ainda que se alimente desse novo cenário de colonialidade, represente uma esperança para uma mudança sistêmica realmente profunda, que não somente indique uma redistribuição dos poderes políticos e

econômicos no âmbito das instituições internacionais, mas que indique liberdade e autonomia para cada vez mais pessoas.

A possibilidade da amplificação de vozes e articulações outrora inaudíveis faz com que os Estados e as forças sociais do capitalismo sejam interpelados com mais frequência e contundência. Parece então, paradoxalmente, que a própria expansão do capitalismo criou formas para o fortalecimento daqueles que resistem e lutam contra o alargamento territorial de sua coerência. O que nos leva a crer que na expansão do capital, os atingidos, excluídos e marginalizados, articulados em redes que transnacionalizam sua capacidade de resistência e luta, são a verdadeira antítese do processo dialético que conduz à substituição do capitalismo por outro sistema, um tanto mais justo e baseado na autonomia e nos direitos dos povos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W.; CARVALHO, G. **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: UFPA, 2009.

ANTIQUERA, D. D. C. **A Amazonia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazonica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. Campinas: Dissertação de Mestrado. Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP) de Pós Graduação em Relações Internacionais, 2006.

ARAMBURU, M. Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, p. 82 - 99, Junho 1994.

BECKER, B. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135 - 159, Setembro 2001.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BNDES. **Complexo do Rio Madeira**. 1o Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDS / CAF. Brasília: [s.n.]. 2003.

BOCAYUVA, P. C. C. Direitos Humanos e (des)territorialização. In: ORTIZ, M. H. **Justiça Social: uma questão de direito**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. p. 81 - 104.

BRASIL. **O Desafio do Planejamento Governamental**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília. 2002.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 3, 2009.

BRENNER, N.; ELDEN, S. Henri Lefebvre on State, Space, Territory. **International Political Sociology**, v. 3, p. 353-377, 2009.

CARDOSO, F. H. PRIMERA REUNIÓN DE PRESIDENTES DE AMERICA DEL SUR. **iirsa.org**, 2000. Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/rp_brasilia2000_declaracion_de_los_presidentes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

CARDOSO, F. H. **Discurso no Encerramento da VI Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica**. Caracas: Biblioteca da Presidência da República, 2000a.

CARDOSO, F. H. **Mensagem ao Congresso Nacional:** Abertura da 4a sessão legislativa ordinária da 51a legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação do Governo, 2002.

CARVALHO, G. **A Integração Sul-americana e o Brasil:** o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA. Belém: FASE, 2004.

CARVALHO, G. **Oiapoque:** uma parábola na floresta - Estado, integração e conflitos na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. Belém: edições do autor, 2006.

CASANOVA, P. G. Colonialismo Interno, una redefinición. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **La teoría marxista hoy:** problemas y perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 409 - 434.

CASTRO, C. P. **Plantio de Grãos em Área de Fronteira, Ação Antrópica e Desmatamento:** Estudo do processo de incorporação ao mercado nacional de novas terras amazônicas. II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Meio Ambiente. Indaiatuba: [s.n.], 2004. p. 1 - 20.

CASTRO, E. Integração Sul-Americana do IIRSA - Visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, A. W.; CARVALHO, G. **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica.** Belém: UFPA, 2009. p. 107 - 141.

CEPAL. **O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe.** Organização das Nações Unidas. Santiago de Chile. 1994.

CINDES. **Infraestrutura e Integração Regional: O papel da IIRSA.** CINDES. Rio de Janeiro, p. 1 - 21. 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORAZZA, G. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-142, maio 2006.

COX, R. W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais. In: GILL, S. **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 101 - 123.

FEARNSIDE, P. M.; LAURANCE, W. F. O Futuro da Amazônia: os impactos do programa Avança Brasil. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 182, p. 61 - 65, maio 2002.

FSPA. Manifesto do Fórum Social Pan-Amazônico. **Fórum Social Pan-Amazônico**, 2009. Disponível em: <<http://forumsocialpanamazonico.org/article2.html>>. Acesso em: 11 abril 2011.

FSPA. Carta de Santarém. **Fórum de Reforma Urbana**, Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/foruns-regionais/57-norte/160-carta-de-santarem-conclui-o-v-forum-social-pan-amazonico.html>>. Acesso em: 04 outubro 2011.

GILL, S. **Gramsci**: materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GILL, S.; LAW, D. Hegemonia Global e o Poder Estrutural do Capital. In: GILL, S. **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 157-197.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2010.

GONTIJO, R. Aonde nos Leva essa Estrada? In: MORAIS, F. E. A. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebook of Antonio Gramsci**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 4a ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2011a.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916 - 1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRANDIN, G. **Frodlândia**: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na floresta. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRUZINSKI, S.; BERNAND, C. **História do Novo Mundo**: da descoberta à conquista, uma experiência européia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GUIMARÃES, S. P. Discursi do Exmo Sr. Secretário das Relações Exteriores. **bndes.gov.org**, 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_abertura5.pdf>. Acesso em: 18 janeiro 2012.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARDMAN, F. F. **Trem Fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 4a edição. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a. p. 97 - 126.

HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b. p. 127 - 162.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. 2a edição. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais: história e praticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

IIRSA. **Ferramenta de Trabalho para o Desenho de uma Visão Estratégica da Integração Física Sul-americana**. Comitê de Direção Executiva. Caracas. 2003.

IIRSA. **Visión de Negocios del Eje del Amazonas**. IIRSA. Buenos Aires, p. 50. 2007.

IIRSA. **Carteira de Projetos IIRSA 2010: Planejamento Territorial Indicativo**. IIRSA. [S.l.]. 2010a.

IIRSA. **Relatório de Implementação Consensuada**. IIRSA. [S.l.], p. 155. 2010b.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

LAFER, C. Reflexões Sobre uma Gestão. **Política Externa (USP)**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 111 - 137, 2003.

LAFER, C. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LANGER, J. O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano. **Revista de História**, São Paulo, n. 136, p. 25-40, julho 1997.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

LESSA, A. C.; COUTO, L. F.; FARIAS, R. D. S. Política Externa Planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995 - 2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 89 - 109, junho 2009.

LESSA, C. Íntegra Discurso do Sr. Presidente Carlos Lessa. **bndes.gov.org**, 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_encerra1.pdf>. Acesso em: 18 janeiro 2012.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: Uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, maio 2002.

MAB. O Plano IIRSA na Visão do Movimento dos Atingidos por Barragens. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. J. **O Plano IIRSA na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Belém: UFPA, 2009. p. 179 - 212.

MARTINS, J. D. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. **Capital**: A critique of political economy Vol.1. London: Penguin books, 1990.

MAYO, P. The Centrality of the State in Neoliberal Times. **International Gramsci Journal**, n. 3, march 2011.

MORAIS, F. Primeira Aventura na Estrada. In: MORAIS, F. E. A. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci**: Hegemony and Passive Revolution in the Global Economy. London: Pluto Press, 2007.

MUPPIDI, H. **The Politics of the Global**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

OEI. **Plano de Ação para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana**. Organização dos Estados Iberoamericanos. Brasília. 2000.

OTCA. **Plano Estratégico do Tratado de Cooperação Amazônica 2004 - 2012**. Secretaria Permanente. Brasília. 2004.

PEREIRA, M. L. G. **Poder, Hierarquia e Reciprocidade**: Os caminhos da política e da saúde no Alto Rio Negro. Campinas: Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

PICOLI, F. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIEDRA-CALDERÓN, A. F. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o Processo de Integração Sul-Americana**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

RICUPERO, R. O Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 81, p. 177 - 196, jan./mar. 1984.

ROBINSON, W. I. **A Theory of Global Capitalism**: production, class, and state in a transnational world. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

ROBINSON, W. I. Gramsci and Globalisation: From Nation-State to Transnational Hegemony. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, Santa Barbara, vol. 8, december 2005. 1 - 16.

ROBINSON, W. I. Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State. **Societies without borders**, Santa Barbara, 26 may 2007. 5 - 25.

RODRIGUES, A. M. C. **Direito Amazônico**: delineamentos básicos para uma teoria condizente com a realidade regional amazônica. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito., 2009.

SALLUM JR, B. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 259 - 288, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6a ed. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico - científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHOLTE, J. A. What is globalization? The defitional issue - again. **CSGR Working Paper Series**, december 2002. 1 - 34.

SCHOLTE, J. A. The Sources of Neoliberal Globalisation. **UNRISD Overarching Concerns**, Geneva, October 2005. 1 - 38.

SENHORAS, E. M. A Escala do Regionalismo sob Construção. **Selected Works**, novembro 2006. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1041&context=eloi>>. Acesso em: 20 setembro 2011.

SILVA, E. B. D. **Infra-estrutura para Desenvolvimento Sustentado da América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.

SILVA, M. I. D. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Campinas: Dissertação de Mestrado. Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP) de Pós Graduação em Relações Internacionais, 2004.

SOUSA SANTOS, B. D. Os Processos da Globalização. **Revista Crítica de Ciência Sociais**, p. 1 - 48, 2002.

TCA. **Tratado de Cooperação Amazônica**. [S.l.]. 1978.

TCA. **Declaración de San Francisco de Quito**. Tratado de Cooperação Amazônica. Quito. 1989.

TCA. **Declaración de Lima**. Tratado de Cooperação Amazônica. Lima. 1995.

TCA. **Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica**. Tratado de Cooperação Amazônica. Caracas. 1998.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão**: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VELOSO DOS SANTOS, S. **Os BRICS e a Economia Verde: Rumo à Rio+20**. BRICS Policy Center. Rio de Janeiro, p. 9. 2011.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1983.

ZEVALLOS, E. A. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 117 - 169, 1993.